

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ARETA HELD PREVIATTI

**AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: O QUE REVELAM OS
REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E
PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR.**

**CAMPINAS
2009**

ARETA HELD PREVIATTI

**AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: O QUE REVELAM OS
REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E
PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia de Carvalho Machado.

**PUC - CAMPINAS
2009**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe pela paciência, apoio, companhia e pelos momentos de infinitas risadas. Gostaria de substituir todas as vezes que falei “mãe”, por “muito obrigado”.

Muito obrigada à amiga Alma por estar presente em todos os momentos.

Obrigada à amiga Eliana Oligursky por ser minha companheira, por estarmos juntas há seis anos nessa intelectual trajetória.

Agradeço aos sujeitos da pesquisa pela disponibilidade em me receber, sem eles este trabalho não seria possível.

Agradeço à banca de qualificação, professora Doraci Alves Lopes e professor Newton Cesar Balzan, que com suas contribuições enriqueceram a pesquisa. Agradeço também à banca de defesa, professor Newton Cesar Balzan e professor Afrânio Mendes Catani por fornecerem subsídios para o aprimoramento e término do trabalho.

Agradeço minha orientadora Vera por me conceder total autonomia na elaboração do trabalho.

Por fim, agradeço a Capes pelo apoio financeiro.

A todos muito obrigada.

“A tese é como um porco:
nada se desperdiça”.

Umberto Eco

RESUMO

PREVIATTI, Areta Held. **Autonomia universitária: o que revelam os representantes de instituições públicas e privadas de ensino superior.** Dissertação de mestrado em Educação, PUC-Campinas, 2009. p. 125. Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia de Carvalho Machado.

O presente estudo tem como principal problemática a contextualização da autonomia das universidades em relação aos órgãos superiores, dentro do atual ideário neoliberal. Procuramos conhecer a história da educação superior, investigar os fatores que regem e interferem na autonomia das universidades, analisar como os elementos sociais, políticos e econômicos influenciam e intervêm nessas instituições e por fim, constatar até que ponto as universidades têm autonomia nas suas ações educativas, administrativas e financeiras. A fim de coletar dados da realidade realizamos seis entrevistas com gestores de universidades públicas e privadas do estado de São Paulo. Esses dados foram articulados com nosso referencial teórico para uma análise crítica da problemática. Os resultados mostraram que as universidades ainda não possuem o grau de autonomia desejado pela maioria dos entrevistados e estudiosos da área, mas a luta por uma universidade mais autônoma está viva. A autonomia universitária constitui-se como um processo possível de realização. Esperamos, com o término deste trabalho, contribuir para as discussões em relação ao ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: Autonomia; universidade; neoliberalismo.

ABSTRACT

PREVIATTI, Areta Held. **University's autonomy: what is revealed by representatives from both public and private institutions of higher education.** Master in Education Dissertation, PUC-Campinas, 2009. p. 125. Supervised by: Profa. Dra. Vera Lúcia de Carvalho Machado.

The subject matter of this study aims to contextualize the university's autonomy regarding superior organs, considering the actual neoliberal scenario. Therefore, we have acknowledged the history of higher education in Brazil, investigating the factors that guide and interfere in the university's autonomy. Moreover, we aimed to investigate how social, political and economic factors influence and interfere in these institutions, indicating until what point the universities have autonomy in their educative, administrative and financial actions. Objecting to collect real data we did six interviews with both public and private university presidents in Sao Paulo state. This collected data was articulated with our theoretical referential in order to develop a critical and problematical analysis. The results obtained reflect that the universities still don't have the autonomy level desired by the majority of the people interviewed and the area experts. However, the fight for a more autonomous university is alive. The university's autonomy is a process that can be taken. We expect by the end of this research to contribute to the discussions regarding the higher education in Brazil.

Key words: *Autonomy, university and neoliberalism.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
AUTONOMIA E UNIVERSIDADE: DE QUE ESTAMOS FALANDO?	12
1.1 Autonomia: resgate do significado conceitual	12
1.2 – Autonomia como práxis	19
1.3 – Reflexões sobre universidade e seus compromissos	22
1.4- Autonomia: um desafio para as universidades	39
A UNIVERSIDADE NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	46
2.1 Neoliberalismo: surgimento e características	46
2.2 A influência neoliberal na educação	53
2.3 Universidade e autonomia em tempos de neoliberalismo.....	58
AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: O PONTO DE VISTA DOS REPRESENTANTES	71
3.1 Primeiras falas	71
3.2 Os pontos de vista: semelhanças e diferenças.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICE.....	128
ROTEIRO DA ENTREVISTA	129

INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil é um constante desafio. Seu objetivo é a produção e transmissão de conhecimento, porém ela também é um local de reprodução ideológica. Assim, acaba sendo utilizada como meio de controle e manipulação da classe dominante contra a classe dominada. Com isso, percebemos que a educação não é, e nunca será apolítica, ela está totalmente integrada e subjugada pelo contexto social, político e econômico. A educação é fundamental para romper com a história de dependência científica, tecnológica e cultural do nosso país.

A autonomia universitária sempre foi alvo de discussões e polêmicas dentro das universidades e dos diferentes governos. A autonomia é inerente à universidade, podemos dizer que uma não sobrevive sem a outra. A universidade precisa de autonomia para cumprir seu papel. Sem autonomia, a universidade fica totalmente subjugada aos interesses do governo ou de órgãos privados, como mantenedoras e fundações, resultando em uma tutela que na maioria dos casos só atende a interesses específicos.

Esta pesquisa visa contextualizar o Ensino Superior no final do século XX e início do século XXI, enfocando a questão da autonomia universitária, analisando a realidade por meio do ponto de vista dos representantes de instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo.

O tema proposto surgiu com o término do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas no ano de 2006, cujo objeto do trabalho de conclusão era “Autonomia da escola pública no contexto neoliberal: limites e possibilidades”. A problemática atual é uma extensão e ampliação do assunto estudado anteriormente. Contempla um outro nível da educação, deixamos a educação básica e passamos a estudar a educação superior, buscando a questão da autonomia na mesma perspectiva de entendê-la como algo necessário para o desenvolvimento da educação.

Procuramos conhecer a história da educação superior, investigar os fatores que interferem na efetivação da autonomia, analisar as leis, principalmente a Constituição de 1988 e a LDB 9394/96 e articular como os elementos sociais, políticos e econômicos influenciam e

interferem na educação superior. Entender estes mecanismos é imprescindível para melhor compreensão dos processos educacionais.

A partir disso, nosso objetivo é investigar e analisar até que ponto as universidades têm autonomia nas suas ações educativas, administrativas e financeiras.

O período que compreende o final da década de 1980, passando pela década de 1990 até os primeiros anos do século XXI, foi o escolhido por ser um momento de intensas mudanças nas estruturas sociais e políticas, sendo assim, a análise contempla a época recente.

A partir dos anos 1990 foi consolidada a ideologia neoliberal, um novo modelo do modo de produção capitalista, que perpassa por diversos âmbitos: econômico, político, social e com grandes repercussões nas políticas educacionais. Esse ideário foi disseminado como sendo a única salvação possível para a situação dos países pobres, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990.

Dentro deste contexto, a educação, geralmente, está a serviço do mercado. Os verdadeiros interesses são camuflados e disfarçados. Conhecer o contexto social, político e econômico em que vivemos é imprescindível para entendermos as realidades educativas, que estão além do processo ensino-aprendizagem.

O Ensino Superior vem mudando nessas últimas décadas, em decorrência das novas necessidades educacionais, provocadas pelas mudanças na ordem mundial. Esse processo colocou o ensino superior no caminho da desregulamentação e mercantilização do ensino, que retira a responsabilidade do Estado na definição das políticas educacionais, passando esta função para o mercado. Distorcendo as características e os objetivos das universidades

Nossa discussão não se resume à mera descrição de fatos, de conceitos ou experiências isoladas, mas uma análise da autonomia como uma práxis, evitando a dicotomia entre a teoria e a prática, entendendo-as como uma unidade capaz de interpretar o mundo e transformá-lo.

Considerando que a metodologia em um trabalho científico é de extrema importância, procuramos explicitar os caminhos que foram seguidos na pesquisa. É a partir desta escolha teórico-metodológica que os passos vão se construindo. Acreditamos que a

metodologia deve manter uma coerência entre a teoria e a prática. As ações, tanto no cotidiano, quanto na pesquisa, não podem se distanciar da teoria e do método que embasa o trabalho.

A pesquisa tem um caráter bibliográfico, por meio de leituras de obras pertinentes ao tema e análise documental (legislação). A fim de coletar informações empíricas e conhecer o que existe de fato na realidade foram realizadas entrevistas com gestores de cinco grandes e importantes universidades do estado de São Paulo: duas universidades públicas, sendo uma estadual e uma federal e três universidades privadas, duas confessionais de ordens religiosas diferentes e uma comunitária. Além desses sujeitos, também foram utilizados dados de uma entrevista realizada com um pesquisador do assunto, vinculado a uma universidade pública estadual, que devido ao seu conhecimento e participação na área, achamos apropriado e de grande valia incluí-lo no trabalho.

Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente em suas respectivas instituições. A entrevista foi elaborada de forma semi-estruturada, com cinco questões abertas, nas quais os entrevistados puderam falar livremente sobre os assuntos solicitados. Tiveram duração, em média, de 60 minutos e todas foram gravadas com a permissão dos entrevistados.

A identidade dos sujeitos e instituições serão preservadas e para isso iremos identificá-los da seguinte maneira: Entrevistado I – corresponde à reitoria da universidade federal; Entrevistado II – corresponde à reitoria da universidade privada confessional do Estado de São Paulo; Entrevistado III – reitoria da universidade privada confessional do Estado de São Paulo; Entrevistado IV – pesquisador vinculado a uma universidade pública estadual de São Paulo; Entrevistado V – reitoria universidade pública estadual de São Paulo; Entrevistado VI – reitoria da universidade privada comunitária do Estado de São Paulo.

O critério de escolha dos sujeitos foi pela importância que representam como autoridades dentro das universidades, por estarem diretamente ligados ao tema do trabalho em seu cotidiano e por serem os mediadores entre os órgãos superiores e a instituição.

No início da pesquisa entramos em contato com outras quatro instituições, sendo duas públicas estaduais e duas privadas a fim de realizar a mesma entrevista com seus administradores, mas não se mostraram interessados em colaborar com nossas investigações. Acreditamos que o número de sujeitos entrevistados é o suficiente para a pesquisa e esta não foi prejudicada, devido à riqueza de suas experiências e relatos.

Na primeira fase da pesquisa, de leituras e de análise de documentos, realizamos o levantamento investigativo para reconhecimento e entendimento do problema, suas origens e seus desdobramentos. Foi realizada uma revisão bibliográfica em obras que tratam do tema. Na segunda fase, com a realização das entrevistas buscamos coletar dados para conhecermos o que pensam os gestores de Universidades sobre a autonomia universitária e como ela ocorre na prática.

Em relação à primeira fase da pesquisa, estudamos os referenciais teóricos, utilizando livros, artigos e sites, que nos orientaram a compreender algumas características que acreditamos serem fundamentais para o entendimento do assunto. Entretanto, sabemos que muito ainda pode ser dito sobre esse tema tão complexo e ao mesmo tempo fascinante e desafiador.

Na segunda fase que compreende a coleta de informações das entrevistas, obtivemos elementos essenciais para a análise do trabalho, que revelam dados importantíssimos para o entendimento efetivo da situação da autonomia universitária. Para a análise das entrevistas foram transcritas as gravações e destacados os pontos mais relevantes para a pesquisa. A análise propriamente dita foi feita por meio de um quadro contendo as partes selecionadas das entrevistas e realizado um diagnóstico das falas articulado com o referencial teórico.

Este trabalho visa analisar algumas questões sobre a autonomia universitária e chegar a considerações significativas sobre a problemática levantada. Para alcançar esse objetivo, organizamos o trabalho da seguinte maneira:

O primeiro capítulo denominado “Autonomia e universidade: de que estamos falando?”, é responsável por demonstrar os conceitos-chave do trabalho. Apresenta os conceitos de autonomia e universidade. Recuperamos a etimologia da palavra e as concepções de autonomia. Resgatamos historicamente como esta autonomia se deu nos diferentes modos de produção, bem como a concepção de autonomia como práxis. Em relação à universidade são abordados seus compromissos e a questão da autonomia como desafio para as instituições. O objetivo do capítulo é resgatar e detalhar conceitos que no decorrer da história foram banalizados e distorcidos, explicitando as concepções que acreditamos serem as mais viáveis para um entendimento crítico sobre a problemática trazida pela pesquisa.

No capítulo dois, “A universidade no final do século XX e início do século XXI”, estudamos o contexto atual e sua ideologia dominante, retratamos o surgimento e as características do ideário neoliberal tão impregnado na sociedade brasileira. Como o neoliberalismo é disseminado e sua influência no campo educacional, enfatizando o ensino superior, a universidade e sua autonomia neste contexto. O objetivo do capítulo é contextualizar a educação superior na atualidade para que possamos entender suas transformações e como ela pode ser utilizada para satisfação de interesses específicos.

No último capítulo, “Autonomia universitária: a visão dos representantes” foi realizada a apresentação e análise dos dados coletados. Procuramos articular nosso referencial teórico com as idéias trazidas pelos sujeitos em suas experiências no cotidiano de suas funções. O objetivo deste capítulo é demonstrar por meio do ponto de vista dos administradores a autonomia no dia-a-dia das suas atividades.

Por fim, sabemos que o tema desse trabalho é complexo e polêmico, e estará em pauta por muito tempo, sendo assim, não pretendemos esgotar com esse trabalho o assunto em questão. Procuramos refletir sobre essa temática e deixar caminhos abertos para novas pesquisas e avanços.

AUTONOMIA E UNIVERSIDADE: DE QUE ESTAMOS FALANDO?

A problemática da autonomia universitária é o objeto do estudo deste trabalho acadêmico. O resgate do conceito de autonomia universitária foi necessário para que pudéssemos compreender seu significado e implicações, bem como identificar possíveis diferenças conceituais. Procuramos esclarecer o conceito, deixando claro nosso entendimento sobre o tema.

1.1 Autonomia: resgate do significado conceitual

Tomando por conceito “a representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e tarefas da realidade” (HOUAISS, 2001, p. 783), iniciaremos nossos estudos procurando explicitar o conceito de autonomia, por reconhecer que este termo é constantemente utilizado, expressa diferentes concepções políticas e sociais presentes em grupos antagônicos, gerando uma diversidade de idéias relativas à autonomia.

Para melhor entendimento do conceito, resgatamos em Otranto (1997), a etimologia da palavra, autonomia vem do grego: *autos* – si mesmo – e *nomos* – lei. Autonomia significa autoconstrução, autogoverno, autogestão, direção própria.

A fim, também, de responder nossas indagações fomos buscar a definição de autonomia no dicionário Aurélio: 1. Faculdade de se governar por si mesmo. 2. Direito ou faculdade que tem uma nação de se reger por leis próprias. 3 . Liberdade ou independência moral ou intelectual. 4. Distância máxima que um veículo, avião ou navio pode percorrer sem se reabastecer de combustível. 5. Propriedade pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem sua conduta. (1980, p. 205)

A definição do Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia traz: "Etimologicamente autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete". (LALANDE, 1999).

Embora as definições, tanto etimológica quanto dos dicionários, sejam importantes no tratamento do conceito, para nos aprofundarmos em nossas análises ampliamos a investigação tendo em vista identificar a amplitude da idéia existente em relação ao termo autonomia, buscando estudiosos que tratam desta problemática.

A idéia de autonomia, mais que um conceito isolado deve ser compreendida e analisada dentro de um contexto histórico e social, pois o próprio conceito não é estático e sofre alterações de acordo com as relações e os processos históricos. Entendemos que autonomia é uma ação, uma prática e como tal, é tanto causadora, como resultado dos processos histórico-sociais. “Como relação e prática social, portanto, a autonomia será sempre o produto de uma conjuntura histórica e nunca a resposta definitiva para contradições e conflitos sociais, insondáveis e imprevisíveis”. (MARTINS, 2002, p. 220).

Segundo Anderson (1976), a origem histórica do termo autonomia, se dá na Grécia, quando alguns povos se rebelavam e buscavam sua independência, demonstrando a presença da idéia de autodeterminação política das cidades. Sendo assim, neste período a acepção do conceito de autonomia era política, e sua referência era o autogoverno das pólis (cidades-estado), surgidas por volta do século VIII a.C. Os locais onde ficavam as pólis eram isolados e de difícil acesso entre si, fazendo com que cada pólis tivesse que se autogovernar, tornando-se independentes. Cada uma apresentava um governo, leis próprias e interesses particulares, ou seja, eram autônomas.

Entretanto, os conflitos de interesse estavam presentes nessas organizações e, a fim de contornar esses conflitos internos, foi necessária a criação de um organismo que impusesse a ordem nos diversos e antagônicos interesses. Esse organismo foi o Estado que seria o instrumento do agir político, exercendo um poder sobre os indivíduos, sendo o único órgão a desempenhar a soberania.

Para Almeida (1960) soberania, “é uma força simples, infracional, que existe toda ou não existe”. (p. 66). No caso grego, embora, o Estado administrasse o convívio, acabava possibilitando aos grandes proprietários a organização de governos que garantissem seus direitos e interesses. Com isso, percebemos que mesmo dentro das pólis que eram autônomas, existia relativa autonomia dos sujeitos diante do Estado e do governo. Buscando sua autonomia interna em relação a esses órgãos, a população consegue vivenciar a autonomia na participação dos conselhos, órgãos que tinham amplos poderes: vigiavam as ações, controlavam a educação e exerciam a justiça. Nas palavras de Almeida (1960), “a autonomia,

em suma, é a própria direção daquilo que é próprio; somente por extensão, puramente metafórica, é que se costuma atribuir a autonomia a quem, por ações próprias, dirige aquilo que não lhe é próprio”. (p. 73). Podemos entender que a busca pela autonomia é inerente à história da humanidade e está presente desde a antiguidade.

Observamos que a autonomia acaba por subordinar-se ao Estado que para Höfling (2001) vai possibilitar a ação do governo, “Estado como conjunto de instituições permanentes como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente que possibilitam a ação do governo”. (2001, p.31). Dentro desta visão o Estado é um arranjo entre os sujeitos que aceitam um pacto capaz de garantir a ordem e certos direitos civis. Entretanto, eles não percebem que esse pacto é uma ilusão, pois na realidade, esconde a dominação de uma classe sobre a outra. Marx e Engels (2007)¹, vinculam o Estado aos interesses de determinada classe social, freqüentemente a classe dominante, e não como uma instituição representativa dos interesses gerais e comuns da sociedade civil, embora seja uma instituição criada pelos próprios homens. Sobre a origem do Estado Engels descreve:

Faltava apenas uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais, que não só consagrasse a propriedade privada, mas também imprimisse o reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade. Uma instituição que, numa palavra, não só perpetuasse a nascente divisão das sociedades em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado. (ENGELS, 1982, p. 153)².

Devemos destacar que o conceito de autonomia perpassa por todos os períodos históricos. De acordo com Anderson (1976), na idade média, o modo de produção era o feudal, e nesse período o conceito de autonomia esteve adormecido, pois se tratava de um sistema no qual, os servos não tinham nenhuma liberdade em relação aos senhores feudais. Diferentemente da antiguidade onde os trabalhadores eram escravos – não eram donos nem do seu próprio corpo – os servos eram homens livres em relação à sua força de trabalho, mas não em relação à vida política e social, pois a centralização do poder dos senhores feudais, privavam os servos de entrar para ordens religiosas, em ações judiciais, nem dispor de seus bens e tampouco podiam se deslocar livremente. Como na Antiguidade, na qual as pólis eram

¹ Esta obra foi publicada originalmente em alemão com o título *Die Deutsche Ideologie* em 1846.

² Esta obra foi publicada originalmente em 1884.

autônomas, os feudos também o eram, porém os membros das classes subordinadas não tinham sua autonomia garantida. A centralização do poder soberano dos senhores feudais e da igreja era utilizada explicitamente.

É com o esgotamento do sistema feudal, que começa a se organizar uma nova sociedade, baseada no comércio, que defende sua autonomia diante do regime absolutista feudal. Nasce assim a Idade Moderna, com uma nova classe social que mudaria profundamente as relações sociais: a burguesia.

O Iluminismo, iniciado no século XVI, trazia uma nova conceituação para o termo autonomia. Para os iluministas, era uma questão que se referia à racionalidade científica e à vivência da própria felicidade. O pensamento iluminista defende a negação da religião e da metafísica e a afirmação da verdade. Sendo assim, os iluministas apresentam uma noção de autonomia que é contrária à religião, à tradição e ao antigo regime absolutista. Sua concepção de autonomia se refere à razão, envolvendo evidências empíricas, sobretudo comprovadas matematicamente, assim, emancipando o homem da superstição e da ignorância. A autonomia aqui está ligada à possibilidade de viver uma vida feliz. Para os iluministas o avanço da racionalidade científica possibilitaria por si um aumento da autonomia. Entretanto, a relação entre o crescimento da verdade científica e o crescimento da autonomia não era tão simples quanto supunham os iluministas, porque eles não levaram em consideração questões essenciais como os diferentes interesses da sociedade moderna e a sua organização sócio-política-econômica.

A Revolução Industrial ocorrida na Idade Moderna, no século XVIII, consolida a chegada do capitalismo, que de acordo com Catani (1986), “partindo de uma perspectiva histórica é um determinado modo de produção de mercadorias, gerado historicamente desde o início da Idade Moderna e que encontrou sua plenitude no intenso processo de desenvolvimento inglês”. (p. 8.)

Por esta perspectiva capitalismo significa não apenas um sistema de produção de mercadorias, como também um determinado sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca.

No capitalismo surge um único recurso de sobrevivência, vender a força de trabalho em troca de um salário. Notamos a diferença entre os modos de produção da antiguidade, do feudalismo e do capitalismo. Neste último, o sujeito é livre e tem autonomia para vender ou não

sua força de trabalho, diferentemente dos servos e escravos que não tinham sequer a liberdade de escolha.

Para que exista Capitalismo faz-se necessária a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe social e a presença de uma outra classe para a qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência. Estes requisitos Marx demonstrou terem sido estabelecidos através de um processo histórico que transformou as antigas relações econômicas dominantes no Feudalismo, destruindo-as ao mesmo tempo em que se construía o Capitalismo. (CATANI, 1986, p. 9.)

Em troca da liberdade e da autonomia conquistada, os trabalhadores sofreram uma drástica mudança em suas rotinas de trabalho e passaram a ser vítimas de baixos salários e altas jornadas de trabalho.

Com a Revolução Francesa e a tomada do poder político e econômico pela burguesia cria-se o Estado Liberal e o liberalismo econômico. A revolução com seu lema: Liberdade, Igualdade e Fraternidade e o liberalismo econômico com suas idéias de liberdades individuais, liberdade de imprensa, de religião, a igualdade de todos perante as leis, parece garantir às pessoas sua autonomia.

De acordo com Castanho (2001), o capitalismo evoluiu em três fases: mercantil (do século XV até segunda metade do século XVIII) sua maior característica é a acumulação do capital, é a fase comercial; capitalismo industrial (segunda metade do século XVIII até os anos 1970 do século XX), período da manufatura; pós-industrial (anos 1970 até os dias atuais do século XXI) gerencial e econômico-financeiro.

Em relação à liberdade e à autonomia, independente da fase do capitalismo, sempre percebemos o mesmo discurso: todos são livres e gozam de autonomia em suas ações e pensamentos.

A partir dessas breves considerações, retomamos nossa preocupação, qual seja, o conceito de autonomia, a fim de defini-lo como pressuposto teórico - prático de nossas análises no decorrer deste trabalho.

Alvim (1995) designa que é preciso considerar que o conceito de autonomia não é estático, universal e absoluto, mas dialético e dependente de contextos históricos e sociais, bem como de leis, costumes e culturas.

Dalbosco (2004) não entende o poder autônomo como algo absoluto e ilimitado, também não entende como sinônimo de auto-suficiência. Contudo, “indica uma esfera particular cuja existência é garantida dentro dos próprios limites que a distinguem do poder dos outros e do poder em geral”. O conceito de autonomia é oposto ao de heteronomia, que em termos gerais é toda lei que procede de outro, hetero (outro) e nomos (lei).

Autonomia também pode ser considerada como a negação de qualquer limite ou vínculo, é independência, liberdade e autodeterminação. Contudo, essa definição não nos parece adequada para explicar o conceito de autonomia. Colossi e Brotti (2001), pronunciam que autonomia não é total liberdade ou soberania, e sim ter vínculos e limites. Quando se tem autonomia é preciso responder a algo ou a alguém.

Não se deve confundir autonomia com soberania, uma vez que a autonomia deve ser concedida obedecendo determinados limites, princípios, parâmetros ou padrões, quer sejam financeiros, legais ou democráticos. Neste sentido, a autonomia seria sempre relativa. (COLOSSI e BROTTI, 2001, p.72).

Para Cury (1991) a definição de autonomia perpassa por dois pólos, que podemos dizer, opostos. Por um lado, autonomia é um modelo que se basta por si mesmo ou algo que possui por si mesmo as regras que dirigem seu funcionamento e estrutura; o reconhecimento da capacidade de opção. Por outro lado, “autonomia é menos um modelo auto-suficiente e mais um lugar relativo que busca o melhor, opta pelo que é melhor, andando por si mesmo”. (Cury, 1991, p. 25).

Outra abordagem do conceito de autonomia é a apresentada por Martins (2002), segundo a qual o conceito de autonomia é vinculado à idéia de participação social e de ampliação da participação política, lutando pela descentralização e desconcentração do poder. A autonomia só pode efetivamente ser colocada na prática se for em um regime de democracia, no qual não cabe um regime totalitário e autoritário. Diante disso, ter autonomia é poder diminuir a dicotomia entre governados e governantes. “Não se trata de participar de um poder, mas de ter um poder”. (MARTINS, 2002, p.211).

De modo geral, autonomia é um poder que as instituições ou sujeitos podem ter em relação a órgãos ou a outras pessoas com os quais mantenham vínculos. É a capacidade de se governar, reger suas normas e leis, bem como responder por suas atitudes. Uma instituição

autônoma não tem soberania, ou seja, liberdade total acima de tudo. Ela tem uma liberdade limitada de acordo com os interesses de ambas as partes, tanto de quem concede, como de quem recebe. Contudo, esses interesses, normalmente, não são comuns entre as partes, e por isso essa é uma área de conflitos e contradições. “Contida dentro de certos limites, é lícita a relativa autonomia, desde que não se contraponha aos objetivos postos pelos governantes e setores privados”. (WANDERLEY, 1983, p. 9).

Para Martins (2002), a autonomia não ocorre apenas na consciência dos sujeitos, ela se dá na realidade e sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizá-la. O fazer autônomo não acontece fora do mundo, sendo assim, está cerceado pelas leis naturais, pelas leis civis, pelas convenções sociais, pelos outros. A autonomia é limitada por condicionamentos, não é absoluta. Dessa forma, ela jamais pode ser confundida com auto-suficiência, ou seja, a capacidade de fazer as coisas por si mesmo.

Ressaltamos as palavras de Martins (2002), que autonomia provoca a luta contra as organizações hierárquicas e autoritárias. Ela não é uma ideologia, nem mesmo uma política, mas uma alternativa à política de controle e submissão. A autonomia se define como elemento de uma sociedade democrática, combatendo o controle exacerbado, o excesso de burocracia e opressões. Mas acima de tudo autonomia é uma questão de poder. É uma luta entre interesses antagônicos. Uma relação permanente de conflitos e contradições, na qual quem tem mais poder fica em uma posição privilegiada e tem seus interesses e necessidades atendidos. O exercício da autonomia está diretamente relacionado à própria construção da democracia e,

para um bom funcionamento da democracia é necessário: (1) um grande número de cidadãos partícipes, direta ou indireta, da tomada de decisões coletivas; (2) existência de regras de procedimento como da maioria; (3) os que são chamados a decidir ou os que elegem os que decidem são locados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. (MARTINS, 2002, P. 208).

Considerando que, a autonomia se realiza numa realidade concreta, e que no dizer de Martins (2002) está vinculada à idéia de participação política de descentralização de poder, julgamos que ela possa ser compreendida como uma práxis, como veremos no próximo item.

1.2 – Autonomia como práxis

Observar como a autonomia é vivenciada na prática torna-se do nosso ponto de vista importante, trata-se de saber como ocorre a ligação entre teoria e prática, que não deve se dar de maneira mecânica e espontânea.

Segundo Vázquez (1977), o termo práxis designa a atividade humana que produz objetos – objetivos ou subjetivos – sem que essa atividade tenha um caráter utilitário, que na linguagem comum seria a atividade prática. A práxis é a maneira de tornar possível a passagem da teoria à prática, conservando a íntima unidade entre elas. Práxis é a atividade prática do homem, isto é, atividade prática-material. Com isso o autor quer dizer que a práxis transforma o mundo material e social a fim de torná-lo mais humanizado.

Práxis é a unidade entre a teoria e a prática, a qual não é apenas a relação entre elas, ou seja, a teoria embasando ou traçando objetivos que a prática espontânea e utilitarista deve atingir. A práxis é unir conscientemente o pensamento e a ação, contudo, não apenas a interpretação desse mundo, mas como condução à sua transformação.

Os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social, e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, é necessário, também, uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma autêntica consciência da práxis. (Vázquez, 1977, p. 47).

Neste sentido, o homem precisa ter consciência de que seus atos práticos contribuem para a formação da sociedade e para a história da humanidade. Entretanto, a maioria deles não tem a consciência de que interfere diretamente no processo de formação e constante recriação dos homens e de suas relações sociais. “É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade de seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica”. (MARX, 2007, p.100).

Vemos a práxis como guia para essa consciência e possibilidade de transformação, como um processo teórico e prático, ou seja, como define Marx (2007), uma atividade revolucionária, atividade prático-política.

Vázquez (1977) fundamenta, para que uma prática se torne revolucionária é preciso que os homens aceitem que uma teoria é essencial para a verdadeira práxis. Sendo assim, é preciso determinar o tipo de teoria que deverá ser aceita e que passará para a realidade por meio de homens concretos que farão a crítica e a converterão em ação, ou seja, na práxis revolucionária.

Marx concebe a práxis como uma atividade humana real, efetiva e transformadora que, em sua forma radical, é justamente a revolução. Vê essa práxis em indissolúvel relação com a teoria, entendida esta mais como filosofia ou expressão teórica de uma necessidade radical do que como conhecimento de uma realidade, e vê também o papel da força social que com sua consciência e sua ação estabelece a unidade entre a teoria e a práxis. (VÁZQUÉZ, 1977, p. 131).

A teoria em si não se realiza e a prática não se sustenta por si só. A prática e a teoria devem formar a unidade indissolúvel dessas duas esferas. A prática não se dá de modo instintivo, pragmático e espontâneo. A teoria deve ter dois aspectos fundamentais: fundamentar as ações reais e criticar a própria teoria, e acima de tudo não deve ficar no campo do pensamento. A práxis é determinada por condições materiais e objetivas. “A práxis não é uma atividade prática pura, mas sim o terreno em que se verifica a unidade do pensamento e da ação”. (Vázquez, 1977, p. 170).

No contexto dessas discussões, a autonomia não pode ser entendida com uma prática por si só. Ela não pode se anular num praticismo, isto é, uma prática sem teoria, reduzida ao utilitarismo, muito menos uma teoria que permanecerá no pensamento de seus idealizadores. Ora, autonomia não é utopia ou idealismo, nem tampouco, uma atividade prática sem volta à uma teoria crítica. Não obstante, a teoria e a prática não são opostas, não andam em caminhos contrários, elas tem o mesmo objetivo: a transformação.

Nesta perspectiva, a autonomia deve ser vista como uma prática social que será permeada por condições materiais e históricas, isto é, a autonomia será produto de um processo histórico com seus conflitos e contradições. Entretanto, para que ela se instaure

realmente nesse mundo material ela precisa ser entendida e considerada como uma práxis. Caso contrário, corre-se o risco de ser apenas prática desvinculada de uma teoria ou uma teoria presa nas idéias.

Na práxis a autonomia não é um fim, ela é sempre um começo, pois não é finita. Existe uma relação intrínseca entre o que é visado – o desenvolvimento da autonomia – e aquilo porque ela é desejada – seu exercício, pois ambos os desejos constituem dois momentos de um mesmo processo. (MARTINS, 2002, p. 219).

A autonomia só pode ser realizada em uma práxis coletiva, feita por homens concretos, com objetivos de transformação. Martins (2002), defende a autonomia como o eixo de um projeto revolucionário, que se dá em um campo de conflitos, no qual a luta é entre os que querem manter o *status quo* e os que pretendem mudar a conjuntura imposta.

Existe uma tensão entre os movimentos autônomos e as instituições sociais que tentam garantir a reprodução das relações sociais de produção, principalmente com o advento da sociedade capitalista e esse movimento perdura até os dias atuais. (MARTINS, 2002, p. 218).

Toda luta por autonomia, seja de instituições, como o caso das universidades, seja de trabalhadores, seja de classes sociais, é impregnada de tensões e conflitos entre os que buscam a autonomia e os que negam essa autonomia. Os que buscam a autonomia lutam por mudanças, os que negam a autonomia tentam garantir a reprodução das relações sociais e produtivas.

De acordo com Martins (2002), a autonomia como práxis busca romper com as estruturas tradicionais, tentando instaurar uma nova organização social, na qual se supera as relações de poder, a dicotomia entre quem decide e quem executa, a separação entre dirigentes e dirigidos ou, no mínimo, a diminuição da opressão e controle.

A luta e conseqüentemente a conquista da autonomia não será instaurada de cima para baixo, dos governos, estados, ministérios, mas sim de baixo para cima, pela luta dos sujeitos envolvidos e preocupados com mudanças efetivas.

Os movimentos autônomos e/ou participativos constituem o amplo cenário político e social que alimenta o antagonismo que fundamenta as relações sociais por força do desejo de mudanças, imprimidas pelas classes trabalhadoras. Esses movimentos salientam, ainda, muitas mudanças, operadas no âmbito da gestão das organizações. (MARTINS, 2002, p. 210).

Compreendemos autonomia como práxis, ou seja, uma ação que é repensada a todo o momento por uma teoria crítica e transformada em uma ação consciente, realizada por homens concretos que vivem em relações sociais, muitas vezes contraditórias e conflituosas, mas que buscam a transformação dessas relações. Assim sendo, a luta pela autonomia faz parte de uma luta maior, na qual entram outras reivindicações a fim de construir um mundo mais justo para todos.

A autonomia constitui o paradigma que orienta os movimentos de trabalhadores para a prática de ação direta contra o capital, propondo a superação de antagonismos fundantes das relações sociais de produção: a divisão entre o trabalho intelectual e manual; a cisão entre quem decide e quem executa; a separação entre dirigentes e dirigidos, enfim, indica uma nova distribuição de poder. (MARTINS, 2002, p. 220).

Entender a autonomia como práxis é saber que ela se dá em um local determinado, com objetivos definidos, a fim de causar alguma transformação. Para entendermos a autonomia universitária, iremos refletir sobre a universidade e seus compromissos.

1.3 – Reflexões sobre universidade e seus compromissos

As universidades são instituições antigas, e para entender a universidade atual, temos que entendê-la como uma instituição inserida em um contexto histórico que é dinâmico e está em constante transformação.

As universidades são herdeiras das instituições do mundo greco-romano, mas é apenas na Idade Média que se fundam como universidades propriamente ditas, tendo um caráter conservador, o saber cultivado era o desinteressado, ou seja, o saber como um fim em si mesmo, sem uma intenção imediatista, havia cursos longos de teologia e as aulas eram orais. Foram criadas para formar uma elite aristocrática.

As universidades, como outras instituições, foram sofrendo constantes mudanças e se adequando às necessidades históricas. Lentamente as universidades precisaram se adaptar aos novos processos de desenvolvimento econômico e social.

Com o advento do modo de produção capitalista a universidade ganha novo sentido e novos objetivos. O conhecimento deixa de ser produzido desinteressadamente e passa a ter um caráter profissionalizante e voltado para as necessidades dessa nova ordem econômica e social. Como afirma Wanderley (1983), “com a revolução industrial e a consolidação do modo de produção capitalista surgiram exigências de especializações e técnicas que se ajustassem à nova divisão social do trabalho”. (p. 18).

Neste período a organização das universidades estava voltada para formar os filhos da burguesia nas profissões de prestígio social, principalmente para os postos políticos e burocráticos. A universidade se transformou no local onde se concedia diplomas e títulos. Essa característica ainda é marcante nessas instituições, segundo Wanderley (1983): “[...] lugar transmissor do saber letrado e prestigiado, legitimador da ideologia dominante, reproduzidor da divisão social do trabalho” (p. 71).

Para melhor entendermos a formação das universidades no Brasil, nos fundamentamos em Cunha (2000). Para este autor, Portugal não incentivou a criação de universidades no Brasil Colônia, mas concedia bolsa de estudo para filhos de colonos estudarem em Coimbra. Porém, permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia.

Por volta de 1550 foi fundado o primeiro curso de ensino superior no Brasil, pelos jesuítas, voltado principalmente para a formação de sacerdotes. Posteriormente, os cursos foram voltados para uma formação não religiosa. Os estudantes eram filhos de funcionários públicos, senhores de engenho, criadores de gado e artesãos. Havia também o ensino superior de Artes, denominado Ciências Naturais ou Filosofia que continha lógica, matemática, física, ética e metafísica.

A preocupação de Portugal, em relação à criação de universidades no Brasil, era a de criar possíveis movimentos de independência. Por meio de controle, mantinha a dependência intelectual da colônia em relação à metrópole. Além disso, Portugal não dispunha de docentes para enviar à colônia sem prejudicar a metrópole. Eram poucos os docentes e estavam em Portugal, envolvidos com a Universidade de Coimbra.

O ensino superior brasileiro foi clerical desde seu surgimento com os jesuítas e posteriormente foi franciscano. Em 1808, com a transferência do poder metropolitano para o Brasil foi necessário um novo modelo de ensino superior. Este novo exemplo não foi criado no Brasil e sim importado da Europa: eram os modelos napoleônicos (franceses) e alemães de ensino.

Após a proclamação da república, houve um aumento considerável de instituições de ensino superior. A admissão dos candidatos foi facilitada. Essas mudanças ocorreram por dois motivos: aumento da procura do ensino superior devido à mudança econômica do país e a luta ideológica de liberais e positivistas pelo “ensino livre”.

No século XIX (1817) o rei D. João VI não criou universidades e sim criou as cátedras. Essas consistiam em unidades de ensino muito simples e isoladas de ensino superior, que tinham apenas um professor para a formação de profissionais. Os primeiros cursos foram: Medicina e Engenharia, imitando o modelo francês.

Cinco anos após a independência (1827), foi criado por D. Pedro I, um curso jurídico em Olinda e outro em São Paulo. Formou-se os três cursos dominantes no país durante muitos anos e que permanecem até os dias atuais: Medicina, Engenharia e Direito.

As universidades no Brasil surgem a partir das unificações das cátedras, que até então eram isoladas e em alguns casos formavam faculdades.

Segundo Fávero (1988), apesar da questão da autonomia ser anterior até mesmo à criação da primeira universidade no Brasil, o termo autonomia aparece pela primeira vez na Reforma Rivadávia Corrêa de 1911. Com o Decreto 8659, ortogou-se que nenhum estabelecimento de ensino, nem mesmo os criados pelo governo federal teriam qualquer espécie de privilégio, nem a facilidade na matrícula e nem de diplomas de exclusividade profissional.

No artigo 2º o decreto considera os institutos de ensino superior como: corporações autônomas, tanto do ponto de vista didático, como administrativo. Do ponto de vista didático era reconhecida a completa autonomia, cabendo aos estabelecimentos a organização dos seus programas. Na parte administrativa os diretores começaram a ser eleitos pela congregação e tinham um mandato de 2 anos, não podendo ser reeleitos.

O resultado da Reforma Rivadávia foi a redução de alunos que entravam nas instituições oficiais, devido a dificuldade dos exames para ingressar. Houve um aumento de ingressos nas escolas não oficiais, que apoiadas no princípio de autonomia proporcionavam facilidades para os candidatos.

Em 1915, foi promulgado o decreto 11.530 (Reforma Maximiliano), a fim de controlar a expansão exacerbada do ensino superior e garantir a qualidade. A partir desse decreto, afirmava-se que o exame vestibular fosse rigoroso, com presença de um fiscal e principalmente com a apresentação do certificado de conclusão do ginásio. A expressão autonomia foi extinguida nessa reforma, os institutos perderam o direito de eleger seus representantes e passaram a ser nomeados diretamente pelo presidente da república.

Posteriormente, em 1925, mais um decreto (16.782) foi instituído pelo presidente do Conselho Superior de Ensino (Reforma Rocha Vaz). Com esse decreto o caráter seletivo e discriminatório dos exames intensificou-se e chega o mais próximo do que é atualmente. Até então, todos que passassem nas provas do vestibular tinham seu acesso garantido no ensino superior. A partir dessa reforma, cada diretor de faculdade deveria fixar um número de vagas por ano. Sendo assim o exame vestibular passa a ser seletivo e classificatório. As vagas eram preenchidas pelos primeiros classificados até que se completassem o total de vagas.

Para que uma instituição recebesse o status de universidade era preciso ter um grande patrimônio, ter no mínimo três faculdades funcionando há pelo menos 15 anos. Com o título de universidade, as instituições privadas podiam usufruir sua autonomia, contanto que mantivessem a equiparação com os estabelecimentos federais de ensino superior.

Para Fávoro (1988), o controle das universidades federais vai se tornando cada vez mais explícito. A Reforma Francisco Campos em 1931 originou um ponto bastante claro em relação à questão da autonomia: as universidades teriam relativa autonomia, como preparação gradual para a autonomia plena.

O decreto 19.851 de 1931, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras padronizou a organização das instituições e trouxe uma autonomia muito restrita, na qual cada faculdade dentro das universidades seria dirigida por um conselho formada pelos catedráticos escolhidos pelo governo. Esses membros formavam o Conselho Técnico Administrativo (CTA) e trabalhariam na área técnica-administrativa de cada faculdade. O diretor deveria ser um professor catedrático e escolhido também pelo ministro da Educação. Para a escolha do reitor, o conselho universitário deveria escolher três nomes de professores e o ministro escolheria um, que seria o reitor.

O decreto nº 19,851, de 11 de abril de 1931, deixa perceber que os princípios não são suficientemente explicitados e, na verdade, ora é proclamada a autonomia dos estabelecimentos de ensino, ora ela lhes é dada de forma limitada, o que dá margem, ao mesmo tempo, a uma abertura momentânea e a um fechamento subsequente, o que reflete uma forma de controle e centralização. (FÁVERO, 1988, p. 10).

De acordo com Fávero (1988), o Conselho Técnico Administrativo passou a assumir algumas atribuições que antes cabia às congregações: emitir parecer de ordem didática; rever programas de disciplinas; verificar se os regulamentos estavam sendo cumpridos; autorizar a realização de cursos e cada instituto; organizar os números de alunos que seriam admitidos; organizar o regimento interno do instituto; elaborar com os diretores a proposta de orçamento anual de casa instituto.

Neste período a universidade do Rio de Janeiro passa por uma reorganização por parte do governo central, imprimindo-lhe o caráter nacional de universidade e tornando-a modelo para as outras instituições do país. De acordo com Fávero (1988) o documento oficial do Mesp (1935) diz que uma universidade nacional deveria constituir-se no mais sólido reduto, onde pudessem ser guardadas as tradições, firmados os princípios e diretrizes que assegurassem à nação brasileira a continuidade, o progresso, o equilíbrio e a liberdade.

Embora desde 1935 se justificasse a concepção da universidade do Brasil como padrão, o que se verifica é que a partir de 1937 essa instituição passa a ser o "modelo" outorgado pelo governo central para as demais universidades e cursos superiores no país. A Lei nº 452, de julho de 1937, que a reorganizou, já deixava

explícito de que forma seria ela transformada em perfeito “aparelho ideológico do Estado”. (FÁVERO, 1988, p. 11).

Durante o Estado Novo (1937 – 1945) as diretrizes do governo são pautadas em um caráter autoritário e centralizador, isso faz com que as universidades perdessem qualquer autonomia que pudessem ter até aqui. Todos os serviços do Estado, inclusive o ensino superior, ficou centralizado fortemente nas mãos do governo. A escolha, dos reitores e diretores, voltava a ser feita pelo presidente da república. Essa medida, segundo Fávero (1988) é um retrocesso se comparada com o Estatuto de 1931, no qual a escolha mesmo que cooptada era feita pela lista tríplice, três nomes indicados pela universidade e a escolha final pelo presidente.

Um pouco antes da deposição de Getúlio Vargas é concedida, por meio do decreto 8.393 de 1945 uma limitada autonomia para a universidade do Brasil, perdida durante o Estado Novo:

A universidade do Brasil passa gozar de autonomia administrativa, financeira e didática e disciplinar. O reitor volta a ser escolhido pelo presidente da república mediante lista tríplice, tal como estava disposto no Estatuto das Universidades Brasileiras. Quanto aos reitores de unidades, passaram a ser nomeados pelo reitor, com prévia autorização do presidente da república, obtida por intermédio dos MES, sendo a escolha feita a partir de lista tríplice organizada pela respectiva congregação. (FÁVERO, 1988, p. 12).

Muitos órgãos do governo são criados neste período para direcionar, acompanhar e controlar o Ensino Superior, muitos deles priorizando a pesquisa: 1948 - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 1950 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); 1951 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes).

Atualmente existe uma forte crítica às ações realizadas por esses órgãos, principalmente a Capes, em relação aos seus meios de seleção de prioridades de pesquisas e sua forma de avaliar. Essa discussão não é objetivo deste trabalho, porém muitos estudos estão partindo desses pressupostos para entender algumas imposições e exigências feitas por esses órgãos.

De um lado, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024 de 1961 em seu artigo 80 firma que as universidades gozarão de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. De outro lado, a própria lei restringe a autonomia proclamada quando define que os estatutos das instituições serão comprovados pelo conselho Federal de Educação. Cabia também ao conselho determinar o currículo mínimo e reconhecer e credenciar os cursos.

A partir da LDB, as IES foram compelidas a reformular seus estatutos e regimentos e submetê-los à aprovação do CFE. Se por um lado a LDB proclama a autonomia universitária, por outro a limita não só quando delega ao CFE a aprovação dos estatutos e regimentos, mas também quando determina que o CFE, após inquérito administrativo, poderá suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infringência desta lei ou dos próprios estatutos, chamado a si as atribuições do conselho universitário. (FÁVERO, 1988, p. 12).

As décadas de 1950 e início da década de 1960 foram de grande efervescência política. Estudantes, professores e pesquisadores defendiam a reforma universitária e reivindicavam: aproximar as diferentes faculdades dentro da mesma universidade; criação de institutos de pesquisa, organização em departamentos; trabalhos de professores e alunos em período integral; extinção da cátedra vitalícia; estruturação de carreira docente; remuneração justa para os professores; assistência para os alunos e incentivo para a pesquisa científica, artística e filosófica.

Com o golpe militar de 1964 as manifestações estudantis, docentes, artísticas e culturais foram controladas e detidas. A primeira ação militar era a neutralização da representação estudantil, com o fechamento da UNE. Os grêmios das escolas de grau médio eram transformados em centros cívicos sob a orientação de um professor especializado, ou seja, de confiança dos militares.

De acordo com Fávero (1988), a fase do regime militar traz uma enorme contradição na história do Ensino Superior. Ao mesmo tempo em que traz conseqüências desastrosas, é no período entre 1964 e 1968, que a universidade brasileira tem maior desenvolvimento. A preocupação básica era modernizar a universidade. Dois decretos balizavam essas transformações, o 53/66 e o 252/67, que fizeram com que as universidades federais reformulassem seus estatutos, mudando a estrutura de poder decisório interno.

No período do governo militar, a gravidade do que em relação à universidade não está expressa nos dispositivos legais, mas ocorre fora dessas normas. Está em que a universidade, como a sociedade, foi submetida a um regime de terror e de silêncio. Exemplo típico dessa situação foi a criação e manutenção das assessorias de segurança dentro das universidades, a fim de impedir que os mecanismos burocráticos, mesmo quando previstos em lei, chegassem a ser efetivamente usados ou implementados. (FÁVERO, 1988, p. 13).

A segmentação das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras ocorre no período ditatorial, porém a universidade brasileira tem se estruturado basicamente nesse modelo: agregação dos departamentos em alguns poucos centros; reunião dos departamentos em número maior de institutos, faculdades ou escolas; ligação dos departamentos diretamente à administração superior; superposição de centros às faculdades, aos institutos e às escolas.

Para Martins e Neves (2004), a temática da autonomia universitária integra diferentes forças sociais e expressam diferentes formas de entender o Estado, a universidade e a própria sociedade. No período militar a luta pela autonomia tinha duas frentes: uma que lutava por uma autonomia voltada pelo livre pensar, pela liberdade de pesquisa e contra as diferentes formas de controle e outra que defendia a privatização e o controle sob todos os aspectos da vida universitária.

No campo progressista, autonomia significava à época uma reação contra a forte intervenção da ditadura militar sobre a vida universitária, tanto aquela relacionada à repressão ao livre-pensar da pesquisa quanto ao controle da organização e dinâmica internas das universidades públicas, as formas centralizadas de financiamento e até mesmo sua autonomia significava a privatização das universidades públicas, através de certos mecanismos de financiamento; o descompromisso com a carreira docente, pela negação à política de isonomia salarial; a defesa da aproximação das universidades públicas com o mundo empresarial, orientando a perspectiva de um tipo de produção científica e tecnológica; e o fim da gratuidade escolar nas instituições públicas e o controle sobre a definição dos dirigentes universitários. (MARTINS, NEVES, 2004, p. 92).

Durante a Ditadura Militar ficava inviável a continuidade de um projeto de reforma universitária buscando maior autonomia às universidades. Porém a reforma foi feita. A reforma

5.540/68 ao mesmo tempo em que reconhecia o princípio de autonomia didático-científico-disciplinar, administrativo e financeiro da universidade, foi limitada, principalmente, pelo ato institucional nº 5. Ele representava o fechamento total do regime político brasileiro, censurava qualquer meio de comunicação, proibia protestos e passeatas. Eram presas, torturadas, exiladas e mortas várias pessoas em todo o país. O AI-5 proibia o direito ao *habeas corpus*, possibilidade de cumprir pena em liberdade, o presidente podia confiscar bens, demitir oficiais, cassar mandatos, promulgar decretos-lei sem aprovação do Congresso.

A reforma 5.540/68 tratava do ensino superior. Seus pressupostos são dois documentos: o Relatório Atcon (norte-americano) e o Relatório Meira Matos (Escola Superior de Guerra). Rapidamente, a lei era aprovada no Congresso, mediante pressões e intimidações. Algumas modificações:

- Extinção da cátedra (professor titular em determinada disciplina);
- Unificação das faculdades em universidades, para maior eficácia e produtividade, mas principalmente para maior controle;
- Instituição do curso básico;
- Instalação de cursos de longa e curta duração;
- Institucionalização da pós-graduação;
- Nova composição curricular: matrícula por disciplina;
- Divisão em departamentos, aumentando a burocracia e com ela o controle.

Observo ainda que a reforma contribui para fortalecer o processo de concentração do poder autoritário dentro das universidades, através da instalação de novos mecanismos de poder, monopolizados, em boa parte, por facções das antigas cúpulas que temiam um processo de radicalização e de contestação contra o regime. Essa situação tendeu a recrudescer e assumir sua máxima coerência quando o mecanismo de eleição de dirigentes das universidades públicas é alterado. Refiro-me à mudança da lista tríplice pela lista sêxtupla, pela qual o controle por parte dos eleitores e da comunidade acadêmica se torna mais difícil e aumenta a possibilidade da inclusão de pessoas de confiança ou favorece o poder estabelecido. (FÁVERO, 1988, p. 13).

Segundo Martins e Neves (2004), tanto o governo militar quanto o de José Sarney tentaram implementar, mesmo que de forma oculta, ações que conduziram a autonomia nos moldes conservadores. Alguns veículos para essas ações foram a Comissão de Alto Nível para estudar a Reformulação da Educação Superior (1982) e o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (1986). O documento formulado pela comissão permeia a idéia de autonomia.

Em relação à autonomia financeira o documento diz: “Caberá ao poder público responder pela manutenção e desenvolvimento das IES públicas, incluindo em seus orçamentos, sob forma de dotações globais, recursos destinados a cada uma delas e assegurando-lhes a oportuna transparência”. (ME/Comissão Nacional, 1985, p. 25). Para a autonomia acadêmica prevê: “liberdade efetiva de as universidades decidirem o conteúdo de seus cursos, pesquisas e atividades de extensão”. (ME/Comissão Nacional, 1985, p. 12). Também é proposto o currículo mínimo, porém as universidades teriam ampla margem para criá-lo.

Sobre o relatório Fávero (1988) diz:

A idéia de autonomia no relatório aparece também associada à questão de estrutura de poder decisório na universidade e a sua democratização, embora houvesse no interior da comissão discordâncias quanto aos limites da autonomia das IES públicas para escolher seus dirigentes. É preciso, no entanto, registrar que, se sob alguns aspectos houve avanços nas propostas em relação à autonomia e a democratização, isto não se deu por acaso; é fruto de anos de luta da comunidade acadêmica como um todo e do movimento docente em particular, que, a partir de 1979, juntamente com outras entidades, organizaram-se para lutar por seus direitos, enfrentando, em alguns casos e momentos, o arbítrio e o autoritarismo do poder constituído. (1988, p. 14).

De acordo com Martins e Neves (2004), essas conquistas se deram devido às iniciativas de entidades representantes do pensamento progressista. Alguns órgãos foram criados para reivindicar que a autonomia não fosse regulamentada por documentos ou legislações conservadoras: Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional (Andes – SN), Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e o reaparecimento da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Em 1988 foi promulgada a Constituição, lei que tanto para Martins e Neves (2004), quanto para Fávero (1988) foi uma vitória para as forças progressistas que conseguiram fazer com que a lei não legitimasse a autonomia nos moldes inteiramente conservadores.

Um momento privilegiado desse embate de forças político-sociais foi o processo de elaboração da Constituição de 1988. Em que pese a forte presença política das formas conservadoras, é possível afirmar que o campo progressista conseguiu naquele momento importante vitória, quando evitou que a autonomia universitária fosse regulada por lei complementar, o que provavelmente resultaria numa retomada de aspectos restritivos à autonomia, viés privatista. (Martins e Neves, 2004, p. 92).

A Constituição garante autonomia às universidades. Em seu artigo 207 traz: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Na década de 1980, com o enfraquecimento do regime autoritário, a universidade foi protagonista do movimento de redemocratização do país, mas continuou sendo regida pelas LDB 4.024/61 e a reforma 5.540/68.

Foi também na década de 1990, no governo Collor que as primeiras investidas neoliberais começaram surgir no ensino superior com a criação de uma nova proposta política, mudando o modelo de financiamento e propondo alterações na constituição. Essas mudanças foram interrompidas pela resistência feita pela Andes, Fasubra e a UNE.

Nos anos seguintes com o governo FHC o ideário neoliberal se solidificou e a questão da autonomia se tornou ponto chave para as reformas do Ensino Superior.

Nos dois períodos de governo de FHC, em que o neoliberalismo se consolidou como referência para o padrão de desenvolvimento capitalista no país, reorientando nossa inserção dependente no conjunto desse sistema, a temática da autonomia universitária foi retomada a toda carga, constituindo-se agora como parte integrante de um projeto coerente, e profundamente articulando, de contra-reforma do Estado, atendendo plenamente às diretrizes e metas das agências internacionais do capital. (MARTINS, NEVES, 2004, p. 93).

Neste governo com o Projeto de Lei Orgânica, FHC apresentou ao Congresso normas para regulamentar a autonomia nas universidades federais. Essa “nova”

regulamentação se dava nos mesmos moldes das ocorridas até então, sem grandes alterações em seus regulamentos. “Com esse projeto, o governo FHC pretendeu transformar as instituições federais em organizações sociais, deslocando-as do aparelho de Estado para a chamada “esfera pública não-estatal”. (MARTINS, NEVES, 2004, p. 93).

Entre as décadas de 1980 e 1990 intelectuais, educadores e políticos começavam a discutir e debater a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O projeto do Senador Darcy Ribeiro, com algumas alterações voltadas para as linhas da política do governo Fernando Henrique, era aprovada em dezembro de 1996, e promulgava-se a LDB 9.394/96.

De modo geral, a LDB 9.394/96 trazia para o Ensino Superior algumas alterações. A finalidade deste nível de ensino passa a ser: estimular a criação cultural o espírito científico e o pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento; incentivar a investigação e pesquisa científica, buscando o desenvolvimento da ciência e tecnologia; divulgar os conhecimentos culturais, científicos e técnicos; estimular o conhecimento dos problemas e prestar serviços especializados para a comunidade; promover a abertura à participação da população. Em relação a sua abrangência, farão parte da educação superior: cursos seqüenciais, graduação, pós-graduação e extensão. A lei delega que o reconhecimento dos cursos, o credenciamento de instituições serão renovados mediante avaliação periódica. O ano letivo deve ter duzentos dias de trabalho acadêmico. Os diplomas, depois de reconhecidos e registrados, terão validade em todo território nacional. As universidades, especificamente, serão responsáveis pela produção intelectual institucionalizada; um terço do corpo docente com títulos de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em período integral na instituição.

Especificamente em relação à autonomia, o Art. 53 garante que no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei; fixar os currículos de seus cursos e programas; estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional; elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; conferir graus, diplomas e outros títulos; afirmar contratos, acordos e convênios.

Por um lado, a Constituição de 1988 e a LDB 9394/96 são o reconhecimento de que as universidades têm liberdade de caminhar por si mesmas. Por outro lado, fixar diretrizes para

educação é estabelecer os princípios e rumos que a educação deve seguir. A lei não deixa de expressar uma forma de controle e manipulação de interesses dominantes.

A partir da análise de Saviani (2004) da LDB 9.394/96 percebemos que a lei não esconde alguns pressupostos neoliberais. Demonstrem características de democracia e liberdade, todavia muitas vezes os ideais escritos se opõem aos ideais reais.

No início do governo Lula, em 2001, tem início à discussão da reforma universitária. Diferentemente da LDB que fragmentava o Ensino Superior em cinco tipos: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores, no decreto 3.860 o governo diminui essa fragmentação, mas mantém a separação entre universidades com o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e instituições não universitárias voltadas apenas para o ensino, ou seja, à formação profissional.

Tendo em vista essa realidade, pode-se afirmar que autonomia universitária proposta pelo governo Lula mantém intocada a fragmentação da organização acadêmica, perpetuando, em nível superior, o histórico dualismo estrutural da educação escolar brasileira segundo origem de classe: aos estudantes que tiverem uma trajetória escolar que lhes permite competir por vaga em instituições universitárias majoritariamente públicas, uma formação humana que mantém, mesmo sob a ótica utilitarista do capital, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e para aqueles que não tiverem esta chance uma educação voltada apenas para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, ministrada nas instituições não-universitárias, majoritariamente empresariais. (MARTINS, NEVES, 2004, p. 95).

Os planos para autonomia neste governo, diferentemente dos anteriores que apenas regulamentavam o ensino federal, procuram determinar a autonomia da mesma maneira para todos os tipos de instituições: privadas, estaduais e federais. Para as autoras, isto faz com que a autonomia se transforme em uma questão de governo e de Estado.

O documento elaborado pelo grupo de trabalho interministerial (formado por membros de diferentes ministérios), trata, por exemplo, da autonomia didático-científica de maneira a garantir que as universidades possam desenvolver pesquisas que possuam ou não imediata relevância política econômica. Entretanto, regulamenta que essa autonomia de pesquisa deve ser controlada pelo MEC.

O mesmo documento assegura as seguintes metas para o governo Lula: ampliar as vagas na rede pública sem reduzir a qualidade; promover a responsabilidade social da universidade e tornar possível o acesso de jovens às universidades privadas sem utilização de recursos próprios.

A análise das iniciativas governamentais para a consecução desses objetivos da uma visão mais nítida da natureza da nova universidade brasileira. A ampliação das vagas nas universidades públicas dar-se-á concomitantemente pela degradação das já deterioradas condições de trabalho dos docentes – representada pelo aumento da relação professor-aluno, o que implica uma carga ainda maior das atividades de ensino em detrimento da carga horária destinada à produção do conhecimento – e pela ampliação de cursos através da educação à distância. (MARTINS, NEVES, 2004, p. 99).

Em nossa tradição universitária, sempre houve um predomínio dos modelos e soluções importados, muitas vezes inadequados à nossa realidade. Essa característica da educação superior permanece até os dias atuais. Em uma concepção reacionária a educação universitária tem como função única a formação da elite, enquanto que em uma concepção progressista, a educação universitária deve ser universalizada para a população.

Como vimos as universidades podem ser públicas: federais, estaduais e municipais, mantidas pela União, pelos estados ou municípios e são chamadas de oficiais. Podem ser privadas: confessionais, comunitárias, corporativas, filantrópicas, seus recursos vêm tanto de verbas do governo, como dos pagamentos das mensalidades e são chamadas de não-oficiais. Contudo, as instituições universitárias, sejam oficiais ou não, têm uma vinculação importante com o poder público, anterior à sua própria vinculação com a mantenedora.

A Lei orgânica da Autonomia Universitária “limita às universidades públicas a dotação de recursos públicos; mas, ao circunscrever esses recursos somente à criação e manutenção dessas universidades, abre a possibilidade de financiamento público para “desenvolvimento institucional” também das universidades privadas. (MARTINS, NEVES, 2004, p. 95).

Segundo Catani (1993), o setor privado, recentemente, apresenta-se de duas formas: o setor claramente empresarial e o confessional. O setor empresarial aspira pela não intervenção estatal em suas decisões, mas luta pelo recebimento de verbas públicas.

O setor claramente empresarial, cuja reivindicação maior concentra-se na não interferência governamental na determinação dos valores das anuidades, apresenta-se com um discurso que reivindica o liberalismo econômico clássico. Assim sendo, a polêmica com esse setor envolve questões como o grau de interferência do Estado na economia e, em particular, nos chamados setores sociais, a questão ética do lucro com a educação e a qualidade de ensino. (1993, p. 26).

O que caracteriza uma instituição como não lucrativa é a prestação de contas, na qual ela não pode obter lucro em suas atividades. Para Catani “a caracterização de uma escola como não lucrativa é uma operação meramente contábil, realizada ao fim de um determinado exercício. Para tanto, basta que as receitas sejam, pelo menos iguais às despesas”. (1993, p. 27)

Os estudos de Wanderley (1983) mostram que para o conceito de universidade, também podemos encontrar algumas concepções e definições. De um lado, a universidade é entendida como o lugar apropriado para a criação e transmissão do saber, para o desenvolvimento da ciência e para formação de profissionais; um espaço construído historicamente pelos homens. De outro lado, a universidade é um local de reprodução das condições materiais de produção, legitimando as diferenças da sociedade capitalista de classes, um meio de inculcação política e ideológica imposta pelas classes dominantes.

Fávero (1989), critica o sistema educacional superior como um bem cultural acessível a uma minoria e a universidade como um privilégio de poucos. Apenas precisa da universidade um grupo seleto de filhos da classe dominante para garantir a reprodução social.

O denominador da crise universitária parece ser o colapso de instituições que já não satisfazem a interesses do passado e, ao mesmo tempo, ainda não assumiram feições que satisfaçam às necessidades do presente, e muito menos no futuro. (FAVERO, 1989, p. 11).

Vieira (1989), reforça a idéia anterior quando afirma que a universidade está afastada das classes populares, cultiva interesses que não são do povo e rotula os interesses de poucos (classes dominantes) como cultura universal.

A universidade é o paraíso das classes médias, o lugar por excelência de suas práticas, o terreno onde se articulam seus ideais. Duma maneira muito peculiar combina o fazer e o fazer de conta. (VIEIRA, 1989, p. 13).

Para autores como Wanderley (1983) e Fávero (1989), a universidade, a principio pode ser caracterizada por um centro de estudos, no qual o conhecimento é produzido e sistematizado. Ela tem três eixos que não devem ser dicotomizados: pesquisa, ensino e extensão. O ensino e a pesquisa devem manter um padrão de qualidade, sempre levando em consideração a sua função social, no sentido de compromisso com a sociedade civil e suas transformações.

A universidade é parte de um contexto global inclusivo que a determina e que, dependendo de seu funcionamento e sentido, pode colaborar na manutenção ou na transformação da sociedade. A dura realidade da universidade latino-americana mostra que sua influência social tem sido pequena e de tendência conservadora, com alguns momentos inovadores e ações concretas de mudanças, mas de reduzido alcance. Um fator condicionante desta situação corresponde ao mimetismo cultural que a caracteriza e o seu caráter dependente". (Wanderley, 1983, p. 76).

Acreditamos que a universidade deve formar os sujeitos nas exigências das profissões por meio de seus cursos nas diversas áreas de conhecimento, conciliando tanto a teoria quanto a prática. Deve também, ser comprometida com uma formação geral humanista e que desenvolva a formação global e crítica do sujeito para que este possa atuar na sociedade a fim de modificá-la, tornando-a mais justa e igualitária.

A universidade é uma das instituições responsáveis pelo aperfeiçoamento humano, mas este não deve ser apenas individual, e sim levar em consideração que este sujeito está inserido em uma sociedade e com isto deve buscar um aprimoramento do grupo social. Esse aperfeiçoamento do individuo deve ser estendido à sociedade para que a universidade possa efetivamente cumprir seu papel social.

Para mim, a universidade é um lugar – mas não só ela – privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior da superestrutura, dentro da sociedade civil, mantendo vínculos com a sociedade política e a base econômica. Serve normalmente a manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir suas finalidades, garantindo o pluralismo de idéias e a liberdade de pensamento. Em alguns países cumpre papel destacado na formulação da política científica e tecnológica, na crítica das teorias que informa o desenvolvimento de subsídios para a sua implementação e execução. Em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe-lhes exercer tarefas urgentes de compromisso social. (WANDERLEY, 1983, p. 11).

O autor faz uma dura crítica à universidade, ao dizer que não existe uma verdadeira unidade, pois afirma que esta se constitui num aglomerado de estruturas e órgãos ainda sob o colonialismo educacional. Para melhorar essa situação indica que “se fazem necessárias a racionalização do uso de recursos financeiros, materiais e humanos, uma revolução de natureza mental e técnica, a adequação dos fins às exigências dinâmicas do desenvolvimento”. (Wanderley, 1983, p.77).

É na universidade que Wanderley (1983) vê a possibilidade do estudo e da pesquisa científica, que prepara profissionais competentes para a política, ciência e tecnologia do país, formulando críticas de teorias explicativas da realidade, a fim de julgar os modelos e projetos de reprodução, e contribuir para a formação da consciência social.

Reafirmamos que a universidade precisa comprometer-se cada vez mais com a produção, a sistematização e a disseminação do saber. Deve promover o debate, a comunicação e a socialização de novas idéias. Precisa colocar-se continuamente em interação com a sociedade que a sustenta. Portanto, ela deve cumprir com seu compromisso de formar o homem para construir uma sociedade mais justa.

Diante dessas considerações acerca de autonomia e universidade, trataremos a seguir do conceito-chave de nossas discussões: a autonomia universitária. Faremos uma

abordagem teórica sobre esse tema, ao mesmo tempo tão debatido e tão difícil de ser alcançado.

1.4- Autonomia: um desafio para as universidades

Para Fávero (1988), a autonomia é condição essencial para o funcionamento da universidade. É por meio da autonomia, entre outros fatores, que a universidade é capaz de desenvolver bem suas funções de criação e transmissão de conhecimento. Nessa linha, a autonomia funde-se com a própria existência ou razão de ser da instituição. “É parte de sua própria essência; constitui o tônus de sua atuação e de seu compromisso com o saber, com a produção de conhecimento”. (FÁVERO, 1988, p. 07).

A luta pela autonomia universitária é a ação pelo desenvolvimento e difusão do saber, isto é, toda reivindicação pela autonomia está em seu fim voltada ao objetivo da universidade. Esta reivindicação é contra os diversos órgãos – Igreja, Estado, mercado - que interferem no funcionamento e modificam a universidade, por meio de constrangimentos externos e internos que visam seus próprios interesses.

A autonomia universitária aparece, também, como uma força sociocultural e política que se ergue contra o monopólio do saber e da “verdade” pelos componentes e representantes de grupos. O conceito de autonomia traduz-se no direito e na obrigação institucional de exercer a crítica social sem tutelas ideológicas exclusivas e de debater os problemas nacionais e internacionais de forma conseqüente, chegando algumas vezes a apoiar movimentos e participar de organizações que buscam as transformações sociais. (FÁVERO, 1988, p. 08).

Wanderley (1983), também ressalta a luta pela autonomia como sendo inerente a existência da universidade, que se transforma de acordo com as mudanças históricas.

A reivindicação de autonomia constitui um dos pilares da vida universitária através dos tempos e, ao mesmo tempo que ela foi considerada uma condição de existência da própria universidade, passou por modificações adaptativas às várias situações históricas. A exigência de autonomia funda-se na sua vocação criadora e de busca pessoal e coletiva da verdade, com plena liberdade de ação

e de crítica. Assim, ela não pode submeter-se a pressões endógenas e exógenas de qualquer natureza. (WANDERLEY, 1983, p.70).

De acordo com Fávero (1988), para se discutir e entender a autonomia universitária, quatro elementos devem ser considerados: liberdade acadêmica para a universidade criar, elaborar, desenvolver ciência e difundir cultura; liberdade para que a universidade possa se organizar administrativamente e se autogerir assumindo com responsabilidade suas funções; necessidades de que as relações institucionais se realizem sem coerções, principalmente por parte do governo e mantenedoras no que se refere à captação de recursos e à legitimação do seu funcionamento; a presença ativa da universidade voltada para os problemas da realidade, procurando propor soluções para os grandes problemas sociais.

Na perspectiva de Catani (1996) e Wanderley (1983), a autonomia universitária abrange cinco dimensões. É importante ressaltarmos que essas dimensões devem estar diretamente relacionadas umas com as outras e não podem ser compreendidas e praticadas de modo desvinculado.

1. Autonomia administrativa está ligada à possibilidade de auto-governo, do não gerenciamento direto do Estado nas questões da estrutura administrativa. Este tipo de autonomia permite que a universidade tenha a possibilidade de decidir e organizar sua estrutura administrativa coerente com sua realidade e o momento histórico atual. Basicamente, é o direito de elaborar normas próprias de organização interna. A autonomia administrativa faz a ligação entre a financeira e a acadêmica.

2. Autonomia de gestão financeira compreende a independência das imposições em relação do emprego das verbas dentro das instituições. É a possibilidade da universidade utilizar os recursos financeiros recebidos para satisfazer suas necessidades reais e não que as verbas venham destinadas para fins que não sejam prioritários no momento. É por meio da autonomia de gestão financeira que as universidades podem conceder aumentos diferenciados a seus servidores, independentes dos percentuais atribuídos ao funcionalismo em geral; alienar os bens imóveis que lhes pertençam; decidir sobre a utilização e oneração dos mesmos; instituir fundações com bens de seu patrimônio e recursos de seu orçamento; contrair empréstimos; criar cargos próprios; investir em pesquisas; cobrar taxas de serviços; subsidiar restaurantes; realizar operações de crédito ou de financiamento, com a aprovação do poder competente.

3. Autonomia acadêmica diz respeito à possibilidade de poder ministrar as atividades didáticas sem restrições. Este âmbito de autonomia pode ser analisado de duas posições. A primeira é em relação às práticas docentes, nesse sentido a autonomia é maior para os professores que podem decidir o que e como trabalhar suas disciplinas. A segunda, em relação à aprovação de cursos, estatutos, programas fica na dependência dos órgãos superiores, como o ministério da educação. É o reconhecimento da competência de a universidade para definir a relevância do conhecimento a ser transmitido, bem como a sua forma de transmissão.

4. Autonomia técnico-científica é a possibilidade de a universidade escolher seus objetivos, de poder empregar as técnicas que melhor lhe convém, ter a liberdade de pesquisa, elaborar um conhecimento científico adequado para a realidade e que possa contribuir para a mesma. É poder definir a forma pela qual os problemas podem ser pesquisados e julgar os resultados da investigação por parâmetros internos, independentes dos interesses externos que os contrariem.

5. Autonomia política está presente por todos os outros âmbitos, porém ela se destaca pela possibilidade de a universidade discutir políticas governamentais, viver o pluralismo ideológico e se desenvolver com ele. Permite a universidade determinar sua posição política, bem como sua posição de como trabalhar ensino, pesquisa e extensão. Ainda formar alunos como sujeitos políticos conscientes.

Podemos também distinguir a autonomia em duas grandes esferas: a capacidade de a universidade definir seus próprios fins e programas e a capacidade dela estabelecer os meios para realização daquela.

Para compreender a autonomia da universidade é necessário saber que a autonomia universitária não é um fim em si mesmo, mas condição para que a instituição possa realizar e desenvolver bem suas funções e tarefas em relação à sociedade. É isso que faz com que a universidade se coloque acima das limitações do arbítrio, tanto do Estado, como de qualquer particularismo de grupos ou pessoas. (FÁVERO, 1988, p. 08).

Como já vimos o que garante, ou deveria garantir a efetivação da autonomia em todos esses âmbitos deveria ser a legislação. Porém, pela legislação perpassa uma outra

polêmica. De um lado, existe a possibilidade de haver novas reformas e leis a fim de garantir e normatizar os direitos adquiridos, de outro, defender a criação de novas leis poderia restringir ainda mais a autonomia das universidades.

Em relação à questão da autonomia da educação superior, na constituição e nos artigos 53 e 54 da LDB 9394/96 transparecem que as instituições têm um elevado grau de liberdade tanto pedagógica, quanto administrativa. Sendo assim, por que a autonomia ainda não é uma realidade?

De acordo com Otranto (1997) poderíamos justificar que o simples fato de a autonomia precisar ser regulamentada por leis, já a restringe. Ora, não bastam leis. A verdadeira autonomia deve ser conquistada e legitimada na prática, no cotidiano, como algo indispensável para o desenvolvimento da universidade e do país. Leis não podem garantir de uma hora para outra que a autonomia aconteça. A autonomia universitária não pode estar atrelada apenas às leis, pois a legislação não garante de fato sua aplicação. Deve-se configurar antes como expressão de interesses de grupos determinados em implementá-la. Uma autonomia construída coletivamente.

A autonomia não pode ser entendida como uma dádiva, mas como uma responsabilidade que a universidade tem de assumir, de forma competente, no desenvolvimento de suas funções: ensino, pesquisa e extensão. Daí afirma-se que ela é também uma conquista. (OTRANTO, 1997, p. 4).

Segundo a última autora, a própria história serve para comprovar que a autonomia universitária foi muitas vezes modelada e limitada pelas leis, que normalmente legitimam os interesses políticos e econômicos de grupos hegemônicos.

A luta por maior autonomia é um campo de conflito, é uma disputa de interesses antagônicos, bem como uma disputa de poder. Portanto, o maior ou menor grau de autonomia das universidades está diretamente subjugada ao poder que o Estado e as mantenedoras reservam para si.

Sobre essa questão legislativa Alvim (1995) assim se manifesta:

Assim, não se pode reduzi-la a um singelo esclarecimento de um conceito. Os atos normativos emanados dos órgãos governamentais limitam-na como posição doutrinária, ao mesmo tempo que a transformaram numa questão jurídica. Contudo, em decorrência do permanente confronto de forças entre Estado e Universidade, a autonomia transcende o campo da doutrina e se coloca como uma questão política ou ideológica, comum nos embates em busca do poder. Por essa mesma razão, faz surgir e prosperar inúmeras opiniões e posições, diferentes e divergentes. (1995, p. 26).

A partir dessas considerações muitos autores consideram a autonomia relativa, não no sentido do relativismo, no qual tudo pode, tudo é e não é ao mesmo tempo. Mas sim, por que ocorre em diferentes graus numa relação histórica entre as partes envolvidas: universidade, Estado e sociedade. Dependendo dessas relações a autonomia é maior ou menor, dando essa característica relativa. Relativa em relação à mobilidade que sofre de acordo com a sua intensidade. "Autonomia é uma independência relativa, autodeterminação limitada e liberdade concedida para um fim específico". (OTRANTO, 1997, p.06).

Em seus estudos Alvim (1995) declara alguns fatores que inibem a realização da autonomia. Entre esses fatores, destacamos: os comportamentos conservadores, acomodados e receosos de mudanças; o autoritarismo e o centralismo; o medo de perder o poder ou ter que distribuí-lo; o corporativismo exagerado; o temor do descompromisso do governo.

Contraopondo aos fatores inibidores, o autor fixa os fatores motivadores: possibilidade de uma gerência mais humana dos recursos; abertura e extinção de cursos; liberdade na pesquisa e no ensino; modificação de currículos; libertação da tutela do ministério e governo; democratização.

A conquista da autonomia universitária se dá por meio de uma disputa entre os órgãos superiores e a universidade, cada um buscando seus próprios interesses a fim de satisfazer suas necessidades e atingir seus objetivos. A luta pela autonomia universitária é contra os modelos tradicionais, controladores, burocratizados e fechados. Entretanto, esta é uma busca específica dentro das relações sociais, econômicas e políticas. Esta luta está inserida em uma busca maior: a autonomia social. Para que efetivas transformações aconteçam é preciso coragem e ousadia de pensar e de experimentar o novo. Neste sentido, a autonomia é a possibilidade de transformar as relações sociais autoritárias existentes.

Quando sustentamos maior autonomia para as universidades, não afirmamos que elas devem manter-se e organizar-se por si só, sem fiscalizações, avaliações ou

acompanhamento. A universidade é uma instituição que tem responsabilidades com a sociedade e um vínculo com o Estado, órgão que deveria ser responsável pela coordenação e desenvolvimento da universidade, que não é uma instância soberana. Entretanto, acompanhar, avaliar e fiscalizar não é o mesmo que controlar, manipular e subjugar.

As universidades públicas, consideradas oficiais, têm uma relação direta com o governo federal ou estadual, e sua autonomia ou falta dela está condicionada diretamente a esses órgãos. Seus recursos financeiros vêm do arrecadamento, do governo federal e estadual, que é repassado para as universidades, por isso devem ao Estado, bem como à sociedade, sua prestação de contas. Com isso, a autonomia da universidade pública está atrelada ao poder que o governo oferece a ela nas suas decisões.

Alvim (1995), traz considerações específicas sobre a autonomia da universidade privada confessional. Essas instituições têm maior autonomia em relação ao Estado, entretanto, sua autonomia é travada pelas mantenedoras. Da mesma forma que o Estado controla as instituições públicas, a mantenedora controla as instituições privadas. Além de cumprir as exigências do governo, elas precisam cumprir as exigências das mantenedoras, que também têm interesses próprios.

A discussão em relação aos dois sistemas, público ou privado, sobre quem tem maior autonomia é bastante conflituosa. Há os que defendem que a universidade pública tem maior autonomia, pois apenas responde ao governo, enquanto as privadas respondem ao governo e às mantenedoras. Também há os que defendem o contrário, que as privadas têm maior autonomia, pois não estão diretamente vinculadas ao governo. Não é nosso objetivo responder a esta questão específica, e sim, ver a autonomia como possibilidade de transformação do sistema universitário.

Compreender a autonomia não como uma concessão pura e simples do Estado ou das mantenedoras, mas decorrência lógica dos objetivos da universidade e sua missão na sociedade, que só poderão ser bem cumpridos se houver nela, liberdade de decisão e de ação. O diálogo constante entre as partes, o respeito recíproco às respectivas áreas de atuação, o estabelecimento de finalidades e propósitos claros, serão imprescindíveis para que as universidades vivam a autonomia de forma desafiadora. (ALVIM, 1995, p. 15).

Entendemos autonomia universitária como uma práxis que deverá ser pensada, teorizada, criticada e concretizada por sujeitos responsáveis que se preocupam com questões coletivas e acima de tudo queiram efetivamente transformar a sociedade.

Para atingir essas mudanças é preciso, primeiramente, entender a realidade, as formas de manipulações e controle, as ideologias dominantes. No segundo capítulo deste trabalho dedicamo-nos a especificar o contexto atual, que está presente na vida cotidiana, nas relações econômicas, sociais e educacionais. Pretendemos também explicitar como a autonomia das universidades é utilizada neste contexto.

A UNIVERSIDADE NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Neste capítulo abordaremos o contexto atual, desde 1990 até os primeiros anos do século XXI e como as universidades estão inseridas ao longo destes anos. Procuraremos analisar como a autonomia universitária é entendida e utilizada pelas ideologias dominantes. Para isto, faremos um resgate sobre o ideário neoliberal e sua aplicação no ensino superior, bem como sua apropriação e distorção de alguns conceitos para servir ao mercado.

2.1 Neoliberalismo: surgimento e características

O ideário neoliberal vai buscar suas bases em dois movimentos ocorridos, um no século XVIII, o Iluminismo e outro no século XIX, conhecido como Liberalismo.

O Iluminismo é um movimento burguês, ocorrido na Europa, no final do século XVII, critica o Antigo Regime, baseado no absolutismo monárquico, no mercantilismo e no clericalismo. Defende o materialismo, a razão e o homem como centro do universo. Neste período, a Igreja perde muito de seu poder. Começam a ser aceitas explicações científicas para vários fenômenos. A razão humana é fonte de todo o conhecimento.

O movimento Iluminista defende o direito natural à vida, à liberdade, à propriedade privada e ao renascimento cultural. O Iluminismo contribui diretamente para a construção de um novo modo de produção, baseado na indústria, no trabalho assalariado e na obtenção de lucro, características fundamentais do modo de produção capitalista.

O Liberalismo é uma corrente política que surge na Europa no final do século XVII, todavia sua consolidação acontece no século XIX e expande-se também na América do Norte. Suas idéias são fundamentadas no Iluminismo. O Liberalismo luta contra as imposições do sistema absolutista: o direito divino dos nobres, a hereditariedade dos mesmos e a religião oficial (Catolicismo). Seus princípios fundamentais são: os direitos individuais; a liberdade e a propriedade, igualdade para todos os cidadãos, bem como, liberdade de imprensa, de opinião e de religião.

No plano político, combate o absolutismo e defende um Estado apenas com funções judiciais e de proteção. Para Höfling (2001) a função do Estado nessa concepção se volta para os direitos e competições individuais e contratos privados e como o Estado não institui a propriedade privada, fica à margem dela. Sendo assim, o Estado “tem a função de arbitrar e não de regular conflitos que possam surgir na sociedade civil, onde proprietários e trabalhadores estabelecem relações de classe, realizam contratos, disputam interesses etc”. (2001, p. 36). No plano econômico, combate o mercantilismo, defende a iniciativa e a propriedade privada e a economia de mercado.

O Liberalismo se concretiza em três grandes momentos históricos: a Revolução Inglesa, a Revolução Francesa e a Revolução Americana.

Höfling (2001), trabalha com as principais idéias do liberalismo destacando um dos mais influentes liberais, o economista Adam Smith (1723 – 1790). Em sua obra “A riqueza das nações” Adam Smith considera que os indivíduos devem estruturar sua vida longe das intervenções estatais. As nações são mais fortes e mais prósperas quando tomam iniciativas sem a intervenção do Estado. Defende que o governo deve intervir apenas em áreas que não tenham impacto nos custos e lucros econômicos.

Na década de 1970, o Liberalismo ressurgiu com uma nomenclatura mais adequada para os novos padrões de modernidade: neoliberalismo, ou seja, novo Liberalismo:

Defendem enfaticamente as liberdades individuais, criticam a intervenção estatal e elogiam as virtudes reguladoras do mercado. Estas idéias ganharam força e visibilidade com a grande crise do capitalismo na década de 1970, apresentadas como possíveis saídas para a mesma. (HÖFLING, 2001, p. 36).

De acordo com Anderson (1995), o neoliberalismo nasce logo após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e América do Norte, onde imperava o capitalismo. Algumas décadas depois se torna o princípio oficial de dois principais países do primeiro mundo: a Inglaterra em 1979, com Margaret Thatcher e os Estados Unidos em 1980, com Ronald Reagan.

Diante da crise, o capitalismo precisa de uma saída, a fim de resgatar suas vantagens e principalmente sua estabilidade. Para isso o modo de produção capitalista se apropria do modelo neoliberal, pois este modelo ideológico vem ao encontro de suas aspirações

e determinações. Entretanto, o neoliberalismo não é inerente e nem inato ao capitalismo, este pode a qualquer momento abandoná-lo em favor de seus objetivos.

De acordo com as idéias de Carcanholo (2002), são quatro as proposições iniciais da ideologia neoliberal: as decisões e ações individuais são motivadas pelo interesse próprio (individualismo exacerbado); essas ações, mesmo sendo egoístas, levam à harmonia social, por fazerem parte da ordem natural; o mercado é que faz a manutenção da ordem; sendo assim, fica proibida qualquer intervenção estatal.

O ideário neoliberal tem dois grandes objetivos nos países pobres. Um deles é a fragilização do Estado e o outro é a imobilização dos movimentos populares de resistência ideológica e política, chegando a sua total extinção.

Embora se apresente com os mesmos ideais, por meio do pensamento único, tanto em países desenvolvidos quanto em países subdesenvolvidos, procura demonstrar sua democracia, igualdade e liberdade.

O mercado é o grande interesse do neoliberalismo. Incentiva o livre comércio internacional, a liberação dos mercados, o estímulo de entrada de capital estrangeiro e as privatizações.

O mercado mundial exige competitividade. Por este motivo, é preciso acabar com todas as atividades que não são competitivas e que conseqüentemente não geram lucros. É preciso desenvolver setores nos quais o país possa competir e ter lugar de sucesso no mercado mundial e para isso é necessário tecnologia. Ora, se os países pobres não possuem tecnologia própria, precisam importar de outros países e com isso, os países ricos têm, mais uma vez, vantagens sobre os pobres. Sendo assim, geralmente, o que é bom para os dominantes não é para os dominados.

De acordo com Malaguti (2002), no modelo neoliberal a intervenção do Estado deve ser mínima, restringindo-se ao cuidado com o funcionamento do mercado, para isso cabe a ele manter a ordem, elaborar leis que protejam a propriedade privada, segurança e defesa do país. Deve ser reduzido à função de segurança nacional.

O Estado não deve interferir nas transações econômicas, nos preços dos produtos ou nos salários dos trabalhadores, essas são preocupações do mercado. A partir disso, ocorrem as privatizações de todos os setores, a fim de gerar mais lucros e conseqüentemente

aumento de capital. “Na prática, o que acontece é sempre a privatização dos lucros e a coletivização das perdas”. (COMBLIN, 2001, p. 22).

A força que se concentra nas mãos do Estado, passa para os órgãos de financiamento internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) e às multinacionais, denotando que o poder se desloca dos setores nacionais para os internacionais. Podemos perceber que a intensidade da influência que o Estado deve ter é determinada pelos interesses de quem detém o poder.

A primeira exigência neoliberal é ser competitivo. Essa é uma exigência para todos. Não só as empresas precisam lutar por um lugar no mercado, mas também os trabalhadores. Os funcionários precisando defender seus empregos se rendem às exigências do mercado: flexibilidade, individualidade, capacidade e habilidade. Perdem a identidade e desaparece a solidariedade humana.

Por esse motivo, dentro do contexto neoliberal o individualismo é muito valorizado. Tem-se o indivíduo em detrimento do coletivo. Essa é mais uma estratégia neoliberal para imobilizar qualquer idéia ou ações contra ele, pois as pessoas isoladas não serão capazes de se unirem em uma corrente contrária. O objetivo é deixar o indivíduo isolado no mercado, sem possibilidade de resistência.

No contexto dos estudos realizados e com fundamentos em Gentili (1996), podemos perceber que na América Latina, o neoliberalismo descobre um terreno muito fértil para seu crescimento, devido às origens históricas, sociais e culturais destes países. A maioria dos países latino-americanos passaram por colonizações e ditaduras, que são regimes altamente repressores, nos quais a falta de liberdade é uma característica muito forte. Em razão disso, surgiu a facilidade da disseminação da ideologia neoliberal por trazer uma idéia libertária como possibilidade de liberdade, felicidade e democracia.

O Chile é considerado a matriz do neoliberalismo na América do Sul. No governo de Pinochet, a economia chilena é entregue a um grupo de jovens economistas formados em Chicago, os “Chicago Boys”. Elaboram um programa de reestruturação da economia do Chile, após quarenta anos de forte intervenção do Estado. O documento formulado pelo “Chicago Boys” contém as matrizes políticas e econômicas que seriam empregadas em toda a América Latina, exceto Cuba de regime socialista.

Podemos perceber que o documento contradiz exatamente o que estava sendo feito nas décadas anteriores. Agora, a prioridade é o mercado externo, trabalha-se para a exportação, em detrimento do mercado interno. Com isso, os países pobres precisam se abrir ao capital estrangeiro e às multinacionais.

Na perspectiva de Carcanholo (2002), outro marco importante do neoliberalismo para a América Latina é o “Consenso de Washington”, resultado de uma reunião realizada em novembro de 1989 pelos membros dos órgãos de financiamento internacional, entre eles, o FMI, o BID e o BIRD, além de funcionários do governo norte-americano e economistas latino-americanos.

A reunião assume um caráter acadêmico e não deliberativo, dando a impressão que seus objetivos eram estudar e avaliar as reformas econômicas e não tomar nenhuma decisão em relação aos países que mantêm dívidas com estes órgãos internacionais.

Desta reunião surgem algumas diretrizes para a construção do pensamento neoliberal e diretamente atingem diversas áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual.

A seu modo os organismos multilaterais, isoladamente ou reunidos em torno do “Consenso de Washington”, há quase uma década articulam sua compreensão desse desafio e fazem suas escolhas e recomendações a respeito das mudanças que deveriam ser promovidas para garantir seus propósitos salvacionistas. Todos sabemos que seus diagnósticos e prognósticos são perfeitamente adequados às soluções neoliberais vislumbradas para a crise do Estado do bem estar; soluções que atendem aos ditames das políticas macroeconômicas objetivando a reforma do Estado e a reestruturação da produção capitalista; soluções que, muito mais do que nos países cêntricos, “devem” ser implementadas nos países periféricos. (SGUISSARDI, 2000, p. 10).

Os países pobres devem grande quantia de dinheiro para estes órgãos, por isso têm que aceitar várias exigências e a forte intervenção em vários setores feitos pelo “Consenso de Washington”. As principais exigências são: abertura e isenção de impostos para as empresas estrangeiras, em sua maioria norte-americanas; o governo deve adotar um programa para equilibrar sua economia, valorizando sua moeda e controlando a inflação. Para atingir esse equilíbrio econômico o Estado deve reduzir os investimentos na área social.

Para o mesmo autor, o Brasil por ter um aparelho de Estado muito forte, em décadas anteriores, ter criado um plano de desenvolvimento nacional – importador nacionalista – e por ter grande resistência às privatizações foi um dos últimos países a aderir ao neoliberalismo. Foi preciso diminuir as importações, que para os neoliberais só traz pobreza e concentração de renda e voltar sua posição para a exportação (abertura de mercado), a fim de adentrar na concorrência internacional, que para o neoliberalismo, faz aumentar a produtividade e automaticamente reduz a pobreza e a concentração de renda.

No Brasil, essa abertura comercial e o crescimento da competitividade iniciam-se no governo Collor, se fortalecem com o Plano Real no governo Itamar Franco e se consolidam, efetivamente, com Fernando Henrique Cardoso.

Durante o governo FHC ocorrem medidas radicalmente neoliberais: estabilização monetária, por meio de uma “moeda forte” e com ela elevadas taxas de juros, abertura comercial, redução do poder do Estado, privatizações, livre circulação de capital estrangeiro e neutralização de muitas conquistas trabalhistas. O controle da inflação conseguido pelo Real de FHC fez com que o governo neoliberal conseguisse sucesso, principalmente, entre as camadas populares. Essas classes acreditavam que sem inflação seus salários valeriam mais e, conseqüentemente, consumiam mais.

O efeito mais expressivo do sistema neoliberal nos países pobres é o aumento progressivo da desigualdade. O Brasil, historicamente, tem um longo período repleto de diferenças sociais, entretanto, após a revolução de 1930, principalmente nos governos populistas e nacionalistas, essas diferenças foram amenizadas. Contudo, nos últimos 20 anos, desde a década de 1980, a desigualdade aumenta. Esse período equivale justamente à arrancada neoliberal. No contexto dessas discussões, Carcanholo (2002), faz uma analogia entre um pensamento de Marx, que critica o modelo capitalista e o pensamento atual neoliberal:

Enquanto sobrevivam as classes sociais, a exploração, a extorsão do excedente econômico, a humanidade vive sua pré-história. Só com a superação dos antagonismos de classes, com a superação da sociedade que estimula até o infinito as necessidades materiais dos indivíduos e com o surgimento de uma sociedade em que desaparece a necessidade econômica insatisfeita, surge a história da Humanidade. (MARX, *apud*, CARCANHOLO, 2002, p. 80).

A ideologia neoliberal continua influenciando a realidade atual. Entretanto, ela já apresenta um desgaste e um início de esgotamento. Embora, seus efeitos ainda estejam fortemente influenciando os dias atuais, podemos perceber que, apesar do seu poder e aceitação da maioria, outro sistema é possível. Essa ideologia não conseguiu atingir o consenso que pretendia por existir muitos grupos de resistência. Na história da humanidade, já se presenciou mudanças profundas nas ideologias e nos meios de produção. Não há nenhum sistema único e imutável.

No governo de Lula podemos perceber um distanciamento, mesmo que tímido, das principais concepções do neoliberalismo. Duas grandes características deste governo vão diretamente ao contrário às diretrizes neoliberais: o forte empenho do governo em criar políticas públicas, que é bem definida por Höfling (2001), “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. (2001, p. 31); e também o trabalho com políticas sociais que

se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Podemos dizer que algumas ações tanto por parte do governo, como por parte de diversos grupos sociais, têm feito uma forte resistência a esse modelo, procurando resistir a sua hegemonia. Entretanto, essa resistência precisa ser mais articulada com a realidade do país, levar em considerações os processos históricos e os resquícios que esses processos deixaram em nossa sociedade.

Faz-se necessário, no entanto, que, na análise das políticas educacionais brasileiras, sejam levadas em conta ainda algumas de suas especificidades de país não produtor de ciência e de tecnologia de ponta, de uma herança escravagista que nutre autoritarismo crônico nas relações sociais e uma crescente concentração da riqueza e da renda, que mantém e acelera uma profunda desigualdade social. (NEVES, 2007, p. 210).

O neoliberalismo adentrou em todas instâncias da vida social, tornando-se a ideologia dominante. No próximo item poderemos ver como esse ideário influencia a área educacional e quais são suas conseqüências para essa esfera tão importante e que atinge a todos os sujeitos.

2.2 A influência neoliberal na educação

Para Santomé (2003), os neoliberais defendem a educação como essencial no desenvolvimento econômico de um país e na construção do mercado de trabalho. Por isso, muitas vezes, as crises econômicas e sociais são justificadas pela crise educacional. Atribui-se à educação uma culpabilidade que não lhe pertence. Ao mesmo tempo, quando ocorrem crises econômicas, principalmente de desemprego, a educação é considerada como a saída “mágica” para o sucesso desse tipo de crise. Por isso, os órgãos de financiamento internacional dedicam tanto espaço em seus documentos, exigindo das novas reformas educacionais o ajustamento da educação conforme as necessidades do mercado e da produção.

“Essa construção ideológica revela uma concepção de progresso em que o tempo “bom” está sempre no futuro. Nessa perspectiva, a reforma é apresentada como equivalente ao progresso. A ela atribui-se a qualidade de portadora da semente do aperfeiçoamento da realidade, das ações sociais e dos setores humanos, passos imperativos para o aprimoramento da sociedade. Justificativas para um fundamentalismo pedagógico são elaboradas e, mescladas ao senso comum, emergem como inovadoras. De fato, opera-se uma bricolagem. Aos interesses do capitalismo vigente juntam-se princípios e ideários de outras épocas, porém, ressignificados. Essa estratégia abre passagem ao programa governamental e conquista de adeptos”. (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2002, p. 111).

Em nossos estudos podemos perceber que a perspectiva neoliberal busca uma qualidade³ muito específica dos serviços educacionais em todos os níveis e não é diferente no ensino superior. Entretanto essa qualidade,

³ O termo qualidade é relacionado com práticas empresariais e a serviço do mercado e não com a qualidade do ensino preocupado com uma formação crítica e humanística do sujeito.

é definida como competência cujo critério é o “atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”; e é a medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão. (CHAUÍ, 2001, p. 185).

A preocupação é em torno da quantidade e não da qualidade. O conceito qualidade perde sua especificidade e incorpora características de quantificação, isto é, quanto mais, melhor. Na maioria dos casos não se leva em consideração a verdadeira “qualidade” dessa quantidade.

A qualidade que defendemos, aquela que se preocupa com uma formação global e crítica, requer uma profunda reforma, tanto administrativa, quanto pedagógica. Contudo, a ideologia dominante, trabalha na mão contrária, introduz mecanismos de regulamentação de eficiência, eficácia e produtividade.

Nas idéias de Santomé (2003), percebemos que os termos, que antes eram exclusivos do mundo empresarial invadem e são incorporados à educação: habilidades, desempenho, produto, gerenciamento, mercado, clientes, competitividade, reestruturação, eficiência e excelência. Neste caso, os alunos se tornam clientes, os professores transformam-se em produtores e o conhecimento em produto, ou seja, um bem de consumo. Esse discurso invade os meios educacionais fazendo com que todos se apropriem dele, como sendo a nova forma de conceber e tratar a educação. Essa concepção torna-se tão forte e aceita, que qualquer manifestação contrária é tida muitas vezes como ultrapassada, irrelevante e obsoleta.

A partir de então, de forma orgânica, a educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, passa a ter como finalidade difundir e sedimentar, entre as atuais e futuras gerações, a cultura empresarial, o que significa conformá-las técnicas e eticamente às mudanças qualitativas ocorridas em nível mundial nas relações sociais de produção capitalista. A educação passa a ter na perspectiva da burguesia brasileira, como finalidades principais: contribuir para aumentar a produtividade e a competitividade empresariais, em especial dos setores monopolistas da economia, principais difusores, em âmbito nacional, do novo paradigma produtivo e, concomitantemente, conformar a força de trabalho potencial e/ou efetiva à sociabilidade neoliberal. (NEVES, 2007, p. 212).

Com base nos estudos de Gentili (2001), constatamos que a educação na perspectiva neoliberal se resume na preparação para o desempenho individual no mercado de trabalho. É uma atividade de transmissão do conhecimento necessário, que qualifica para a ação competitiva. A função da educação é formar para o trabalho e este por fim contribuir para o crescimento econômico. Sendo assim, o maior desafio para a educação na visão neoliberal é formar o indivíduo para um mercado restrito, competitivo, seletivo e acima de tudo hierarquizado, no qual somente os melhores terão sucesso.

A difusão desse tipo de concepção conduz à ampliação desmedida do mercado consumidor de “bens e serviços educacionais”. Aos empresários da educação tornam-se promissoras as possibilidades de extrair lucro da desqualificação dos trabalhadores. A situação de instabilidade, incerteza e vulnerabilidade a que estão expostos com o aumento de desemprego impulsiona o mercado de venda de consultorias de diplomas, de promessas de empregabilidade. A escola que na origem grega designava o “lugar do ócio” é transformada em um grande “negócio”. Inaugura-se um promissor nicho de mercado, favorecendo, na expressão de Apple, a expansão dos capitalistas do ensino. (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2002, p. 120).

A preocupação da educação é a da perspectiva profissionalizante e não ética e cultural. Questões como democracia, solidariedade, preocupações com a mudança social transformam-se em secundárias. A causa dessa mudança é que o mercado visa o curto prazo, isto é, precisa rapidamente de profissionais competentes para concorrer no campo de trabalho. Deste modo, a educação não deve se preocupar em formar cidadãos responsáveis ou preocupados socialmente, mas indivíduos que possam atuar em função do sistema.

Diante disto, o sistema educacional transformar-se-á em um mercado e a educação se resumirá a um bem de consumo. A educação adquire um caráter mercantilista. Esta transformação dos valores educacionais é realizada pelo ideário neoliberal e legitimada por uma forte e bem estruturada publicidade demagógica.

A crise educacional é vista pelos neoliberais como falta de eficiência, eficácia e produtividade do Estado. Defendem que a educação perde qualidade com o processo de universalização, quando se assegura maior quantidade de vagas para a população.

Nestes termos, coerentes com a defesa e referência essencial aos princípios da liberdade de escolha individual e do livre mercado, os neoliberais postulam para a política educacional ações do Estado descentralizadas, articuladas com a iniciativa privada, a fim de preservar a possibilidade de cada um se colocar, de acordo com seus próprios méritos e possibilidades, em seu lugar adequado na estrutura social. (HÖFLING, 2001, p. 38).

Na perspectiva de Gentili (2001), os argumentos dos neoliberais contra a intervenção do Estado na educação são: incapacidade de garantir qualidade e quantidade e ineficiência para administrar. Os neoliberais tentam comprovar a incompetência do Estado pelos altos índices de exclusão e o acusam de criar falsas promessas. Garantem que não é possível combinar quantidade e qualidade com igualdade e universalidade.

O discurso neoliberal situa que a má administração estatal não tem capacidade para aplicar o orçamento para a educação. Partindo deste pressuposto, garante que não há necessidade de mais verbas, mas sim melhor reorganização dos investimentos e dos gastos. A fim de promover essa adequação dos recursos educacionais tem-se o objetivo de transferir do Estado para o mercado a responsabilidade pelo sucesso educacional.

Trata-se, enfim, de transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores. A educação deve ser pensada como um bem submetido às regras diferenciais da competição. (GENTILI, 2001, p. 19).

Em seus estudos, este autor, faz uma análise sobre a privatização educacional. O importante na crítica à privatização da educação é que não se trata de compra e venda das unidades, o que classificaria uma privatização explícita e direta, mas a mudança no fornecimento e no financiamento para a educação. A partir disto, quem controla e delega neste campo são os responsáveis por esse financiamento, que acaba beneficiando poucos e prejudicando muitos. Com isso, o fornecimento continua a ser público, mas o financiamento começa a ser privado.

Com base na idéias de Santomé (2003), percebemos que os governos neoliberais não têm intenção em oferecer serviços de qualidade e por isso, não investem em políticas para

melhorá-las. Buscam justamente o contrário, tentam convencer a população da falta de competência do setor público, incentivando e promovendo o setor privado.

Entendemos que o sistema educacional é utilizado como triagem para separar e hierarquizar as diferentes formações e posições na sociedade. A educação é organizada de tal maneira que evita o acesso de alguns às informações e conteúdos críticos. A idéia de que no neoliberalismo existe a igualdade de oportunidades não passa de uma falácia, pois nem todas as pessoas têm as mesmas chances, mesmo com muito esforço pessoal. Em uma sociedade capitalista-neoliberal, para que poucos triunfem muitos terão que fracassar.

Na perspectiva de Santomé (2003), a excelência é um dos pontos valorizados pelas idéias neoliberais. O melhor sistema educacional é aquele que busca excelência. Todavia, o conceito de excelência, defendido e empregado pelo neoliberalismo não é aquele que busca a excelência na educação por meio de melhores serviços, melhores condições e salários para os profissionais, melhores estratégias de ensino-aprendizagem. Pelo contrário, não são considerados nem as condições de trabalho, nem os conteúdos e muito menos os recursos pedagógicos. O que importa é a excelência nos resultados padronizados, ou seja, no produto final, que deve ser de acordo com as expectativas do mercado.

Compreendemos que em uma concepção neoliberal a educação está baseada em diretrizes empresariais, que interferem em sua gestão, currículos e tempo utilizado, e, sobretudo, na mercadoria conhecimento. Entretanto, a educação não pode ser considerada uma mercadoria, pois diferentemente de qualquer artigo de consumo, não é possível reduzi-la ou traduzi-la em valores materiais para avaliar ou estabelecer um preço.

Concordamos com Santomé (2003), quando afirma que o sistema educacional deve levar em consideração a formação do aluno para uma profissão. Entendemos que esse deve ser um dos objetivos da universidade. Entretanto, é inconcebível um sistema educacional cujo sentido único seja preparar trabalhadores para um mercado desigual, no qual os detentores do poder, geralmente, têm vantagens sobre os menos favorecidos. A universidade deveria indicar e preparar os indivíduos para entender esses mecanismos, a fim de promover o equilíbrio social.

Lúcia Neves (2007), afirma que a educação no modo de produção capitalista pode contribuir tanto para a reprodução das relações sociais de produção (concepções liberais), como para transformá-las (concepções progressistas). Para Sguissardi (2000) o capitalismo é

responsável pelas grandes diferenças sociais e a educação é diretamente atingida por medidas conservadoras de classes específicas.

É imperativo reafirmar sempre a realidade de um país cuja população em geral sobrevive em situação socioeconômica das mais desiguais e injustas do planeta, e no qual, mercê dos modelos de desenvolvimento e décadas de políticas educacionais conservadoras adotados pelas elites dominantes, o saber e a educação foram via de regra entendidos muito mais como mercadorias de interesse privado ou dádivas para semicidadãos, do que como bens públicos universais de interesse coletivo da cidadania. (SGUISSARDI, 2000, p. 14).

Como vimos, o neoliberalismo atinge todos os níveis da educação, sendo assim, como fica a universidade e principalmente sua autonomia em relação às mudanças causadas por essa ideologia, é o que veremos a seguir.

2.3 Universidade e autonomia em tempos de neoliberalismo

Podemos observar que muitas questões em relação à universidade são levantadas nas últimas décadas. As influências empresariais interferem na educação, transformando características que até então eram típicas ao ensino superior. As questões econômicas e políticas interferem nas regras e no funcionamento da educação. A universidade é um campo fértil para as ideologias e serve de propagação dos interesses das classes dominantes da sociedade.

Tabela 1. Crescimento do número de universidades no Estado de São Paulo.

Ano	Total de Universidades	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	33	2	3	1	27
1996	34	2	3	1	28
1997	35	2	3	1	29
1998	36	2	3	1	30
1999	36	2	3	1	30
2000	36	2	3	1	30
2001	36	2	3	1	30
2002	36	2	3	1	30

2003	36	2	3	1	30
2004	37	2	3	2	30
2005	37	2	3	2	30
2006	38	3	3	2	30

Fonte: MEC/INEP, Censo da Educação Superior de 1995 a 2006. Elaboração própria.

De acordo com os dados da tabela 1 percebemos que o aumento das universidades no estado de São Paulo⁴, no período de 1995 a 2006 foi baixo, não houve crescimento expressivo em relação às universidades públicas, já para as universidades privadas nos primeiros anos houve o aumento de uma unidade por ano. Neste período tivemos o aumento de uma universidade federal, uma municipal e três privadas.

Tabela 2. Crescimento do número de IES no Estado de São Paulo.

Ano	Total de Instituições de Ens. Superior	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	279	1	8	30	240
1996	285	1	8	31	245
1997	276	1	9	29	237
1998	286	1	9	28	248
1999	320	1	9	22	288
2000	337	1	11	21	304
2001	375	2	12	20	341
2002	414	2	12	22	378
2003	439	2	11	22	404
2004	467	2	18	21	426
2005	484	2	20	22	440
2006	502	2	20	21	459

Fonte: MEC/INEP, Censo da Educação Superior de 1995 a 2006. Elaboração própria.

Observando a tabela 2 notamos que a maior expansão do ensino superior foi em relação as instituições de Ensino Superior (IES), a grande maioria de caráter privado. O incentivo do governo para a criação dessas instituições causou um volumoso aumento de

⁴ O Estado de São Paulo foi escolhido como referência para as tabelas por dois motivos: por ser um Estado de grande importância no país e por ser o local onde estão implantadas as universidades da nossa coleta de dados.

estabelecimentos voltados para a formação profissional de caráter mercadológico. As federais aumentaram em apenas uma as suas unidades, enquanto as estaduais chegaram a crescer de oito para vinte unidades. Já as municipais tiveram o fechamento de algumas faculdades, passando de 30 para 21 unidades. A grande expansão foi mesmo do setor privado, que teve o crescimento de 91%, passando de 240 para 459 unidades no Estado de São Paulo.

Para Catani (2000), a privatização do ensino superior e o crescente domínio das instituições particulares está ocorrendo, entre outros motivos, porque o ensino superior é considerado um dos negócios mais lucrativos do país.

Questiona-se, portanto, se não estaria o processo de aceleração da oferta de vagas e das matrículas no ensino superior produzindo uma “armadilha social”, uma vez que teremos um sistema diversificado e, ao mesmo tempo, diferenciado em termos e qualidade. Isso, no entanto, não parece ser uma preocupação para os gestores do sistema de ensino superior no Brasil, pois parecem assumir a diferença, a distinção e a desigualdade como princípios de organização e metas a serem alcançadas. Além do que, parecem rejeitar a pertinência da “universidade pública como bem social”, a serviço do bem comum, e a responsabilidade do Estado para com o seu financiamento. (CATANI, 2000, p. 71).

Além disso, alguns cursos dentro de universidades públicas, como os cursos de especialização (Lato Sensu) e extensão passaram a ser custeados pelos alunos. Houve muitos acordos entre empresas e universidades, nos quais, normalmente, as universidades ficam subjugadas ao poder privado, devido ao fato deste entrar com os recursos financeiros. Aqueles que entram com o capital sempre se acham no direito de comandar, enquanto a outra parte precisa executar o que lhe é delegado. Esse mecanismo é fácil de ser explicado, dentro do modo de produção capitalista, no qual comanda quem tem mais, os que não têm precisam se subordinar aos que têm.

Ao longo dos anos 1990, os governos neoliberais, ao implementarem uma de suas diretrizes políticas fundamentais, a privatização da execução das políticas sociais, adotaram duas estratégias concomitantes de privatização da educação superior: a privatização paulatina das instituições de ensino superior públicas e o estímulo ao empresariamento do ensino. No que tange à implementação da política de privatização das instituições públicas de ensino superior, o Estado tomou medidas como a redução do financiamento público, a cobrança sempre mais alta de taxas escolares até a cobrança de mensalidades em cursos de pós-

graduação *lato sensu* e mestrados profissionalizantes, e a prestação de serviços via fundações, a não-realização de concursos públicos para as vagas criadas pelos processos de aposentadoria “induzida”, a contratação precária de professores substitutos, o congelamento de salários e a introdução de mecanismos de controle da produtividade dos docentes. (MARTINS, NEVES, 2004, p. 97).

De acordo com Sguissardi (1998), a lógica empresarial privilegia a quantidade em detrimento da qualidade, a relação custo / benefício, o afastamento do Estado da administração e manutenção do Ensino Superior, o que, normalmente, leva às privatizações, bem como a diversificação de fontes de recursos (públicos e privados) e obediência das demandas do mercado. Segundo o Banco Mundial essas são condições indispensáveis para o êxito das universidades e do Ensino Superior. O que estiver fora desse modelo de racionalização estará obsoleto e não garantirá a melhora na qualidade da educação. Por meio dessas leis do mercado ocorre a destruição do princípio de autonomia, que é “a possibilidade de a universidade responsabilizar-se plenamente por suas decisões e ações no campo da produção e socialização do saber”. (SGUISSARDI, 1998, p. 46).

Segundo Cunha (2006), no final da década de 1990 houve aumento nas despesas das universidades públicas e por isso necessitavam de mais recursos financeiros, porém o governo não concedeu esse aumento, ao contrário, houve, em alguns casos, até redução. A fim de justificar essa redução o governo argumentava que o montante destinado à educação superior era suficiente, mas mal administrado. Com isso, as universidades tiveram que aumentar a prestação de serviço que obtinham valor no mercado. “Assim, o ensino e a pesquisa passaram a ser defendidos em função de sua característica como mercadoria vendável, quando não eram demandados diretamente pelas empresas interessadas”. (2006, p. 18).

De modo geral, de um lado, a universidade se vê forçada a obter recursos próprios para melhoria e expansão da instituição, e também precisa adaptar as carreiras docentes e os cursos às demandas específicas do mercado. De outro lado, se vê regulada e controlada pelo Estado, que interfere no seu funcionamento por meio de intervenções burocráticas.

As universidades, portanto, são vistas como espaço privilegiados para a criação da propriedade pública não-estatal, assim como todas as instituições que prestam serviços sociais ou científicos. Por essa razão, as universidades seriam controladas de forma mista pelo mercado e pelo Estado, especialmente através da cobrança e aferição dos serviços prestados. Além do controle exercido

diretamente pelo mercado, as universidades seriam controladas gerencialmente pelo Estado através de “novos” procedimentos burocráticos, dos resultados e da competição administrada. (CATANI, 2000, p. 76).

Existe uma tentativa para que os países abram seus “mercados educacionais” para a competição internacional. A educação superior seria um serviço oferecido por empresas de diferentes países, a fim de que os sujeitos pudessem escolher as melhores ofertas.

De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), para que a universidade se adequasse ao novo modelo foi necessário a racionalização em relação a sua administração e gestão; incentivo de ações contra o caráter público das universidades e um grande aumento de faculdades privadas. Alguns programas de avaliação também foram implantados nesse nível de ensino. Embora esses programas sejam necessários, foram implementados de forma autoritária. Para atingir seu objetivo foi instaurada uma reestruturação produtiva caracterizada por formas mais racionalizadas de organização do trabalho.

A maior preocupação em relação ao crescimento das universidades privadas é a qualidade e finalidade dos cursos oferecidos, muitos são voltados apenas para a formação profissional, para atender a exigência do mercado. A nova filosofia é conseguir em curto prazo diplomas para adentrar ao mercado de trabalho. A partir disso, é possível entender os objetivos de cursos de graduação com carga horária reduzida, cursos que formam tecnólogos, cursos de “fim de semana” e o incentivo a cursos profissionalizantes, ou à distância. Esses cursos, na maioria dos casos, não têm o comprometimento com o conhecimento, são voltados para a formação da profissão. Essa é uma visão economicista e utilitarista, reduz a educação em formadora de habilidades e competências para atuar na competitividade gerada pelo sistema. Diante disso, percebemos que administrar uma instituição que cresce cada vez mais complexa exige a tomada de medidas administrativas novas e criativas, que devem ir contra essas concepções mercantis de educação, que visam apenas à formação utilitarista e pragmática para o mercado.

Nesta concepção “a educação superior adquire cada vez maior visibilidade a presença dos empresários industriais na escolarização regular, quer na adoção de escolas, quer na realização de cursos a distância ou mesmo no financiamento de laboratórios nas instituições de ensino superior públicas e privadas. (NEVES, 2007, p. 215).

Nessas reflexões não estamos afirmando que não deva ocorrer à formação profissionalizante nesse nível de ensino. A educação sempre esteve e estará atrelada ao mundo do trabalho. Contudo, dever-se-ia ter a preocupação com a formação de uma consciência crítica e promover a indignação com as indiferenças e injustiças e a partir dela nascer a luta por maior igualdade e menor exclusão.

É importante destacar a diferença entre os diplomas. É interessante para o sistema neoliberal que todos tenham um nível de formação. Esse nível não deve ser o mesmo: uns se formam para cargos de chefia, enquanto outros para trabalhos subalternos. “A educação é apresentada como o instrumento objetivo por meio do qual se assegura um posto de trabalho e se legitima os privilégios de classe social”. (SANTOMÉ, 2003, p. 81).

Na perspectiva de Wanderley (1983) e Cunha (2006), a vinculação crescente das universidades com governos, empresas, grupos privados e setores militares aumentou os riscos de perda da autonomia universitária. Ora, a autonomia universitária perde com isso, pois os interesses empresariais, que na maioria das vezes são os do governo, são bem distintos dos acadêmicos.

Na mesma linha de pensamento Catani (2000), entende que a proposta de reformulação das universidades resulta numa pseudo-autonomia, ou seja, em uma autonomia controlada pelo Estado e pelo mercado. Instaura-se um quadro, no qual a esfera educacional fica subordinada à esfera econômica e um constante processo de mercantilização da educação superior.

A “autonomia” proposta se vincula claramente ao aprofundamento da transformação da natureza das universidades federais. Essas instituições deveriam assumir um perfil organizacional mais próximo das empresas prestadoras de serviços ao mercado (organizações sociais), subordinando-se cada vez mais ao setor produtivo. O financiamento diferenciado, vinculado a um sistema de avaliação do desempenho, estaria no centro desse processo de promoção da diferenciação institucional. O acirramento da concorrência institucional levaria as universidades federais a um constante processo de ajuste, em termos da racionalização das formas de gestão e da prestação de serviços adequados ao contexto local e regional. Nesse sentido, as universidades assumiriam cada vez mais uma racionalidade operacional, produtivista e competitiva, bem semelhante à empresa capitalista. (CATANI, 2000, p. 78).

De acordo com Sguissardi (2005), no período de 1995 a 2002, houve uma intensa luta pela autonomia, principalmente, financeira das universidades. Todavia, a grande maioria das universidades brasileiras nunca gozou de efetiva autonomia, especialmente administrativa e financeira.

Através dos tempos (a discussão sobre autonomia), talvez jamais tenha enfrentado tanta polêmica em torno de seu significado como nos dias atuais, quando entre outros obstáculos à sua formulação mais clássica, se põem os quase-dogmas do mercado, do privado da competitividade, da eficiência, do saber / mercadoria e da identidade universidade / empresa econômica. (SGUISSARDI, 1998, p. 29).

A luta por maior autonomia, é uma das bandeiras defendidas tanto por instituições públicas quanto privadas, embora nas públicas essa luta seja mais intensa. Contudo, cada uma defende interesses específicos. Os defensores das universidades públicas lutam pela continuidade do ensino gratuito, pela autonomia acadêmica, administrativa e de gestão financeira⁵. Os representantes das instituições confessionais buscam, principalmente, autonomia acadêmica e subsídios oficiais. As privadas (empresas de ensino) voltadas somente para o mercado, se preocupam com a autonomia como se fosse soberania. Defendem que não devem dar satisfação a nenhum órgão e agem diretamente por meio das suas necessidades empresariais.

Para Lodi e Lima Neto (1998), a comunidade acadêmica busca na autonomia uma nova relação entre o Estado e as universidades, a fim de conseguir uma melhora no atendimento da universidade em relação a seus objetivos com a sociedade. Enquanto isso, o governo usa da mesma busca de autonomia para abrir novos espaços de transferência de sua responsabilidade para os setores privados e para a própria universidade.

Diante disto, verificamos que a mesma luta é utilizada de modo contrário pelos interesses específicos. “O conceito (de autonomia), no entanto, encerra tamanha diversidade de compreensões que se tornou palavra de ordem comum entre contrários, cada qual,

⁵ Autonomia financeira é aquela na qual a universidade tem que buscar subsídios em outras fontes que não as oficiais, por exemplo, na iniciativa privada. Autonomia de gestão financeira é aquela na qual a universidade pode gerenciar os recursos recebidos do poder público.

evidentemente, dele se utilizando para antagônicos propósitos públicos e privados”. (LIMA NETO e AMARAL, 1996, *apud*, SGUISSARDI, 1998, p. 29).

Atualmente, a tendência é que o controle do Estado em relação às instituições de Ensino Superior seja substituído pela autonomia com supervisão do Estado. Com isso, é transferido para as instituições a organização de suas especificidades, a definição de seus objetivos e o planejamento de suas tarefas. Ao Estado é reservado as grandes decisões normativas e legais. Nesta concepção autonomia é entendida como um distanciamento entre as universidades e o poder público, garantindo que esta procure recursos financeiros, principalmente, em fontes privadas, como as empresas e as fundações. De um lado, as universidades teriam autonomia financeira para procurar novas fontes de recursos na iniciativa privada, já que o Estado é isentado dessa tarefa. Por outro lado, não gozariam de autonomia acadêmica e política, que continuariam a ser controladas pelo governo. “O poder econômico destrói a liberdade acadêmica e a autonomia da universidade se torna uma farsa, controlada que é pelos interesses do mercado” (DURHAM, 1996, *apud*, SGUISSARDI, 1998, p. 46).

Segundo Catani (1996), diante dos atuais moldes econômicos, da defesa da privatização do ensino, o número de universidades privadas tem aumentado assustadoramente, bem como seu caráter mercantilista. Com efeito, acontece a redução dos investimentos estatais em universidades públicas. Uma série de incentivos são usados para que as universidades busquem a heterogeneidade na busca dos recursos, aumentando as fontes privadas. Isso leva, como vimos acima o fim da gratuidade do ensino e, muitas vezes, a sutil privatização do Ensino Superior.

Faça ao atual modelo de Estado em construção inspirado pelo ideário neoliberal, o financiamento da educação superior parece estar cada vez mais fora da esfera estatal. Esse projeto de reestruturação estatal, no que toca ao Ensino Superior, parece concretizar as orientações neoliberais quanto às restrições de gastos com as políticas sociais em geral e as políticas educacionais, em particular. (CATANI, 1996, p. 25).

Esse caráter mercantil da educação faz com que o valor do conhecimento se perca e se transforme em mercadoria. É preciso recuperar a idéia que,

O conhecimento, a ciência e a educação não se reduzem a, nem podem ser essencialmente, uma mercadoria, mas que são fundamentalmente um bem público, coletivo, fruto do trabalho humano solidário ou explorado nas relações de produção capitalistas, um bem que não se desgasta, não se degrada, mas ao contrário, cresce e multiplica-se pelo uso individual e coletivo e constitui-se em parte essencial dos direitos humanos de cidadania. (SGUISSARDI, 2005, p. 197).

O ensino superior tanto público, quanto o privado deve ter o compromisso público com o conhecimento, como sendo parte da humanidade. A transmissão deste conhecimento não pode se dar meramente guiado pelas leis do mercado.

Incorporar princípios empresariais com os princípios acadêmicos da universidade tem originado distorções, e em muitos casos, tem transformado o ensino em negócio, resultando em uma alteração no caráter da universidade. Movimentando, inclusive, a questão das diferenças entre o público e o privado, que perdem suas principais características na tentativa dos governos em padronizar as diferentes esferas.

Num contexto em que o Estado procura transferir a responsabilidade pelo financiamento para o setor produtivo. Esse viés influenciará o setor público e o privado. Há, no entanto, um outro nível de tendência mais imediatista que já se manifesta na educação brasileira. Nesse conjunto de tendências pode-se perceber uma diferença entre as instituições públicas, as confessionais e comunitárias e aquelas propriamente privadas. Os três grupos de instituições serão afetados pela aproximação com o setor produtivo e com a não-intervenção do Estado sobre esse nível de ensino, salvo se a iniciativa privada mobilizar-se para a realização desse objetivo. O primeiro grupo parece, no Brasil, ter condições de qualquer tipo de aliança com o mundo do trabalho, enquanto o segundo tem possibilidades mais reduzidas, e o terceiro, com exceções, não mostra a credibilidade necessária para as parcerias que se apresentam. Quanto às ações estatais na educação superior, os três grupos deverão estar sob a mesma política e legislação. (CATANI, 1996, p. 31).

Nos estudos realizados podemos confirmar que duas tendências se combatem no interior da universidade brasileira: a luta entre uma corrente tecnocrática, isto é, baseada em pressupostos empresariais para a educação e outra humanista, voltada para a formação crítica e social dos sujeitos. Neste embate, vê-se claramente o contraponto entre as idéias de eficácia e competência e as de democracia e autonomia.

Para Lima Neto (1997), a universidade está sendo ancorada em quatro pilares: diferenciação, privatização, flexibilização e descentralização / centralização. O próprio projeto de reforma universitária, que atualmente, se encontra congelado no congresso, traz esses mesmos pontos como fundamentais para o novo perfil da universidade dentro de um novo paradigma. Notamos que essas quatro características são totalmente coerentes com o modelo atual e visam atender ao mercado. Esses problemas cruciais que a universidade enfrenta: o engessamento de sua estrutura; o excesso de controle das decisões; a burocracia e excesso de normatização denunciam uma modernização conservadora.

O contexto atual, no qual operam as universidades, caracterizado por um sistema de financiamento ineficaz e pela rigidez burocrática, é consequência de uma tradição centralizadora do Estado que regulamenta linear e detalhadamente toda a ação da universidade, impedindo-a de responder as demandas sociais. Neste sentido, a universidade volta-se para o interior dela e os interesses são na maioria das vezes os interesses dominantes.

Segundo Chauí (2001), o MEC utiliza esses conceitos e idéias até então restritos ao mundo empresarial e desloca-os para a educação. O MEC tem algumas diretrizes para o ensino superior, uma delas é a flexibilização que para ele significa: eliminar o regime único de trabalho nas universidades, a dedicação exclusiva, substituindo o atual regime de contratação por contratos flexíveis, isto é, temporários e precários, no qual o trabalhador, neste caso o docente, perde seus direitos trabalhistas conseguidos com árduas lutas. Suas perspectivas prevêm, simplificar os processos de gestão financeira e a prestação de contas utilizando outras fontes de financiamento, não apenas as do governo, como também o financiamento privado. Pressupõe adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais. Sendo assim, a preocupação não é com as diferenças locais e culturais, mas sim com as necessidades dos mercados locais. Por último sentencia separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e a segunda para centros autônomos de pesquisa. Com isso, a universidade se tornaria uma formadora para o mercado de trabalho e transmissora de conhecimentos específicos para as diferentes profissões. Perderia seu caráter de produtora de conhecimento e formação crítica dos sujeitos.

Seguindo a mesma idéia Warde (1997) expõe que “a universidade está cada vez mais sendo compelida a não ser produtora de conhecimento e sim produtora de informações, digeríveis e suplantadas rapidamente pelo mercado”. (1997, p. 281).

Esta característica de descentralizar e centralizar ao mesmo tempo é uma estratégia muito bem articulada pela ideologia dominante. Por um lado, o Estado deve ser mínimo em relação aos investimentos e financiamentos. De outro, deve ser máximo no controle, por meio de currículos nacionais e sistema de avaliação, neutralizando a autonomia das universidades.

Chauí (2001), define a universidade como “organização social”, aquela que realiza uma ação social.

A universidade como organização social é uma prática fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. (2001, p. 185).

É preciso impedir que a manipulação e o controle administrativo transforme a universidade de uma instituição social para uma organização, ou seja, uma instituição isolada, na qual a maior preocupação é com a eficácia, estratégias de desempenho e competição.

A universidade como instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca uma universidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto uma inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais”. (CHAUÍ, 2001, p. 188).

Contrapondo a essa idéia da defesa da universidade como instituição social e não organização, a ideologia dominante permeia os documentos destinados à educação superior elaborados pelos órgãos de financiamento internacional. O documento do BIRD (Banco Mundial), um dos órgãos internacionais de financiamento mais influentes no Brasil destaca:

Uma maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma do ensino superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente. A experiência recente indica que as instituições autônomas

respondem melhor aos incentivos para melhorar a qualidade e aumentar a eficiência. (LIMA NETO, 1997, p. 259).

Acreditamos que o conceito de autonomia empregado neste caso é distorcido e apropriado para outros fins e não para o que realmente defendemos: a autonomia no sentido sócio-político. Visto pela perspectiva dominante a autonomia serve para incentivar a mercantilização da educação. Neste caso, o termo é usado como estratégia para que haja menor interferência do Estado e maior interferência do setor privado. Por isso, ao utilizar alguns conceitos precisamos ter cuidado para que uma verdadeira concepção democrática não seja transformada e utilizada para fins que beneficiem apenas uma minoria.

Ao ser, porém, transformada numa organização administrada, a universidade perde a idéia e a prática da autonomia, pois esta, agora, se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelecer metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas. (CHAUI, 2001, p. 183).

A luta pela autonomia da universidade sem por em risco seu futuro é uma grande preocupação. É uma ação diferenciada das ocorridas em outros tempos históricos. Primeiramente, é preciso ter claro sua concepção. Em nosso entendimento a autonomia deve ser uma práxis revolucionária, isto é, aliar a reflexão teórica com a ação transformadora. A comunidade universitária precisa se apropriar efetivamente das informações para poder participar das discussões e debates que concretamente possam contribuir para uma mudança. Contudo, não há transformação de forma pacífica. Ela não é uma dádiva ou algo que se legitimará por decretos ou leis. Sua conquista só ocorrerá em outros níveis, quando as classes trabalhadoras e oprimidas se unirem a fim de conquistar um espaço verdadeiramente democrático.

Essa luta está inserida em uma proposta educacional que tem como pressuposto uma organização social cuja diretriz fundamental consiste na defesa da democracia nos seus aspectos econômico, político e social. Tendo como horizonte essa diretriz, a educação escolar se destinaria a contribuir para a qualidade social, esta traduzida, no campo educacional, como escola pública,

gratuita, universal e laica voltada para a soberania nacional e a melhoria da qualidade de vida da população. (NEVES, 2007, p. 219).

Novas políticas devem ser criadas para se alterar a situação atual. Seria ineficiente estabelecer novas medidas que fossem baseadas no mesmo princípio de ações centralizadas no governo ou no mercado. É preciso uma profunda alteração na relação entre as universidades e os poderes superiores, só assim a universidade poderá efetivamente ter autonomia plena, ter a possibilidade de enfrentar a crise do Ensino Superior e desenvolver seu papel em relação à sociedade. “A política educacional para o Ensino Superior é, (ou deveria ser), portanto, a de valorização das universidades enquanto entidades de direito público”. (SGUISSARDI, 1998, p. 41).

Após entendermos o conceito de autonomia, de universidade, de autonomia universitária e o contexto atual, teremos no próximo capítulo a oportunidade de apreciar como os gestores pensam e entendem as questões levantadas e discutidas até aqui.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: O PONTO DE VISTA DOS REPRESENTANTES

Neste capítulo, apresentaremos os resultados das análises do conteúdo das entrevistas, realizando a articulação com os teóricos estudados. Faremos, primeiramente, uma exposição das idéias gerais de cada entrevistado e posteriormente uma análise comparativa entre “as falas”, avaliando os pontos de convergência e os pontos discordantes, a fim de entendermos como a autonomia se dá nas diferentes instituições pesquisadas.

3.1 Primeiras falas

Destacamos algumas respostas que podem contribuir com o objetivo deste trabalho, para uma maior informação sobre o “pensar” dos entrevistados.

A primeira diz respeito à relação entre universidade e poder público. Há um grande descontentamento em relação de como se dá a relação entre a instituição e o governo federal. Podemos dizer que há um certo grau de descrédito nas políticas públicas e na possibilidade de grandes mudanças em relação à conquista de mais autonomia.

“Para se ter autonomia deveria haver um ajuste entre os poderes, o poder do governo e o poder da universidade. E isso não ocorre”. (Entrevista I).

“Eu acho que você traz questões importantes e temas que são tratados há algumas décadas pelas universidades públicas, que é a questão da autonomia, que mais recentemente foi pauta das discussões com o governo por ocasião do projeto de lei da Reforma do Ensino Superior. Quando se fala em Ensino Superior não se está tratando especificamente das universidades públicas, mas do ensino superior no país”. (Entrevista I).

Na citação acima, o entrevistado I fala sobre a importância da discussão sobre autonomia tanto nas universidades públicas, como em todo Ensino Superior.

Ao mencionar o ensino público diz que educação pública é aquela supervisionada pelo poder público, mas é uma questão a ser discutida por todos envolvidos nos processos educacionais.

“O que é educação pública? Educação pública é aquela mantida e regulada pelo poder público. Essa é uma discussão dos juristas, é uma discussão dos teóricos, daqueles que trabalham com essa questão”. (Entrevista I).

Ao falar sobre a autonomia traz uma diferença conceitual e esclarece sua concepção sobre o assunto:

“Autonomia não isenta as universidades de uma prestação de contas, absolutamente detalhada, constante e clara dos recursos que recebe, das ações que empreende e dos resultados do cumprimento de metas acadêmicas, do cumprimento de metas do emprego de recursos públicos. Alguns consideram que a autonomia significa a possibilidade de gerir sem prestar contas, mas é necessário fazer esta distinção: autonomia é a possibilidade de você seguir as regras, atender a lei e fazê-lo de uma maneira que seja benéfica para a instituição”. (Entrevista I).

Continuando na mesma linha afirma que para as universidades terem autonomia é preciso democracia nas decisões e essas devem ser do coletivo em função da coletividade e não decisões individuais em função de interesses específicos.

“A questão da autonomia requer ao mesmo tempo em que as instituições de Ensino Superior públicas tenham estruturas de funcionamento que atendam aos preceitos da transparência e adotem a democracia das decisões colegiadas, decisões tomadas em conselhos representativos da comunidade

acadêmica. Essas escolhas devem ser institucionais e não pessoais”.
(Entrevista I).

A autonomia possibilita a universidade de realizar suas funções da maneira que achar mais conveniente para o cumprimento de seus objetivos, entretanto, ela precisa trabalhar com alguns princípios:

“A autonomia te dá a possibilidade de trabalhar com o princípio constitucional, que a ausência de autonomia não te permite. Vai permitir que cada instituição, embora seguindo os princípios constitucionais, atendendo às exigências e requisitos de prestação de contas, das suas decisões, do cumprimento das suas metas, o faça de maneira que julgar mais apropriada, mas tem que fazer”.
(Entrevista I).

Sobre o conceito de autonomia o entrevistado II traz as seguintes considerações:

“Acho que o conceito rígido de autonomia é, como se fosse uma corporação, no sentido mais corporativo ele passa a ser negativo, porque fica em si mesmo e acaba se afastando da realidade, acaba se burocratizando e se afastando da necessária interação com os problemas da sociedade. É realmente uma área divisória bastante difícil. Por isso, eu realmente prefiro não acatar o termo autonomia pelos riscos que ele tem, mas defender ferrenhamente a liberdade, a liberdade e responsabilidade, no sentido de relacionar-se com os problemas da sociedade, da vida, enfim das relações. A autonomia não deve ser soberania, que eu acredito que não seja, pelo contrário, mas também não é liberdade, por que ela é muito restritiva. Para mim autonomia é um conceito que não contribui para o avanço da universidade”. (Entrevista II).

O entrevistado mesmo não gostando da utilização do termo autonomia, aceita que este é o utilizado nas discussões sobre esta problemática. A própria legislação vale-se desse termo em suas regulamentações e sobre isto o sujeito se expressa:

“A Constituição fala de autonomia, mas você tem que relativizar o termo ou colocá-lo na sua própria interpretação. O legislador procurou dar o sentido de que a universidade tenha uma certa liberdade de se autogerar na parte administrativa, na parte dos seus colegiados definirem aquilo que é necessário”. (Entrevista II).

A organização das universidades depende de seu caráter público ou privado, essa diferenciação faz com que as instituições tenham realidades e atitudes diferentes em seu funcionamento. O entrevistado entende que essa relação se dá da seguinte maneira:

“A universidade particular depende do orçamento próprio, basicamente das mensalidades, ela tem liberdade de dosar o seu quadro de pessoal, não só docente como também administrativo, de acordo com suas necessidades. As universidades confessionais e as comunitárias têm um jeito organizacional nos seus estatutos e regimentos muito próximo das públicas no sentido de selecionar professores por meio de, não concurso público no rigor da palavra, que estabelece direitos e estabilidades, mas no sentido de ter um recrutamento mais aberto. Já as escolas privadas que têm dono mesmo, elas fazem ao bel prazer, contratam, destrutam conforme o jeito do mercado, como uma empresa faz naturalmente”. (Entrevista II).

Ainda que cada instituição seja responsável pela criação de seus estatutos, que deveriam ser elaborados pelos colegiados e pares, cabe ao MEC reconhecer esses estatutos como válidos. Muitas vezes acontece a padronização desses estatutos sem que se leve em consideração à especificidade de cada instituição. Compartilha dessa afirmação o entrevistado II quando expressa:

“As universidades têm liberdade de fazer seus estatutos, embora o estatuto por sua vez também é acompanhado pelo próprio MEC. O MEC homologa o estatuto da universidade, de certa forma há um controle em cima disso. Essa liberdade também não é total, existem alguns padrões que são aceitos pelo MEC dependendo da natureza da universidade, se ela é privada, pública, mista, comunitária ou confessional”. (Entrevista II).

Mesmo acreditando que esse controle do MEC, algumas vezes pode ser exagerado, o entrevistado acredita que precisa ter um controle sobre os órgãos superiores, senão a situação se torna dicotomizada, ou total liberdade ou total responsabilidade e essas duas precisam caminhar juntas:

“O mínimo de controle precisa ter senão a coisa avacalha. Por isso que eu digo o jogo da liberdade e da responsabilidade precisam caminhar juntas, porque é isso que dá maturidade na relação. Como diz aquele ditado: “se eu tenho total liberdade não tenho nenhuma responsabilidade, eu sou um ditador, um tirado. Se eu tenho toda responsabilidade eu não tenho liberdade, eu sou um escravo”. Entre os dois extremos que estaria o equilíbrio. A liberdade e a responsabilidade, cada uma responde pelo que faz”. (Entrevista II).

Encerra sua fala dizendo que a universidade tem a liberdade de obedecer, nunca terá uma liberdade total, terá sempre um compromisso com a sociedade e deve estar a serviço dessa sociedade com muita responsabilidade sobre ela.

“Vejo autonomia como a liberdade para obedecer aos anseios da sociedade e aos seus problemas. A autonomia é e está sendo influenciada, como a sociedade também, porque fazem parte da mesma contradição”. (Entrevista II).

Na entrevista III, as primeiras considerações que foram trazidas pelo sujeito, foi em relação à autonomia estar ligada diretamente com o desenvolvimento da sociedade. Há uma grande preocupação com essa questão:

“Falar em autonomia é uma questão muito delicada e complicada. Na minha opinião a autonomia da universidade tem que estar atrelada aos objetivos que ela tem na sociedade. A autonomia serve para você poder fazer coisas que de alguma forma ajudem a sociedade”. (Entrevista III).

Revela o reconhecimento da inexistência “natural” da autonomia, em razão dos limites que sempre serão postos.

“Podemos avançar nos limites, mas sempre existirão. A liberdade existe sempre dentro de certos limites, podemos empurrar esses limites, mas nunca ultrapassar para não ter mais limites, isso eu acho que não existe. Estamos dentro de regras e limites, não temos como sair disso”. (Entrevista III).

Para ele autonomia se define como algo que não é completo e sempre estará limitado por fatores externos. Assim se expressa:

“Autonomia está dentro de limites bem pré-estabelecidos e está vinculada com o poder do outro, por isso ela é relativa e vai depender das necessidades e dos interesses. Isto quer dizer, autonomia está dentro de regras e limites”. (Entrevista III).

Dentro do mesmo raciocínio levanta duas questões que interferem na realização da autonomia e conseqüentemente em seu objetivo com a sociedade:

“Questões filosóficas da instituição podem dificultar, porque quem rege ou administra ou é dono, ele só vai permitir que você trabalhe tudo dentro do que ele está pensando, da forma como ele pensa. Economicamente, você precisa de recursos e você de certa forma apóia alguma posição política. Mesmo que você possa contestar, mas se de repente essa contestação pode fazer com que você não tenha os recursos que você precisa, você volta atrás. Isto é natural, isto é sobrevivência”. (Entrevista III).

O entrevistado IV diz que a autonomia efetivamente nunca existiu no Brasil, porém a legislação determina que sim. Na sua opinião a lei não garante nenhuma autonomia efetiva para as universidades.

“Quando se ganhou legalmente a idéia da autonomia universitária, não se garantiu um aporte de recursos suficientes para fazer tudo aquilo que a gente quer que a universidade seja, mas ainda assim deveria ter sido bom, porque com a garantia legal nós deveríamos ter autonomia para utilizar como quiséssemos esses recursos, mas de fato não temos autonomia para fazer o que bem entender com os recursos”. (Entrevista IV).

Em relação à diferença no grau de autonomia entre as instituições privadas e públicas, o entrevistado é muito claro em suas colocações, acredita que as privadas, principalmente as empresariais, têm maior autonomia que as confessionais e públicas.

“Se a gente pensar do ponto de vista financeiro, talvez as instituições privadas tenham mais autonomia, porque são empresas, são tratadas como empresa e fazem o que quiserem, isso dividido entre os privados no sentido estrito, que é particular com fins lucrativos. As privadas sem fins lucrativos são regidas por outra legislação e tem que cumprir certas metas, a autonomia se dá de modo diferente. Acho que as privadas em sentido estrito têm sim mais liberdade

financeira. Se for pensar no trabalho pedagógico, trabalho de pesquisa que elas fazem e a autonomia de quem trabalha nelas, acho que aí ocorre o inverso, não tem autonomia nenhuma, é adaptação quase que total ao que a empresa determina, como qualquer empresa que funciona altamente hierarquizada”. (Entrevista IV).

Chamamos atenção para uma situação que o entrevistado traz em relação à autonomia não acontecer. Para ele, existe um mecanismo “natural” na universidade que faz com que as pessoas envolvidas no processo não consigam agir de forma diferente do que é posto para elas. Elas, de certa forma, são obrigadas a agir de acordo com o que é colocado sob pena de perda de cargos, salários ou bonificações.

“A autonomia não existe não por causa das pessoas, elas não tem mesmo outra possibilidade. Se o seu salário depende de cumprir certas metas, que minam a autonomia, você vai fazer, não tem outro jeito. Fica impossível ter autonomia nesta situação”. (Entrevista IV).

Considera a universidade reprodutora das relações sociais e diz que a autonomia nunca existiu:

“Na universidade existe um clima de democracia, mas na realidade são controladas e a autonomia não existe. Discute-se, mas não se consegue colocar isso em prática. Realmente, falar em autonomia é mais um saudosismo do que não aconteceu, do que falar de realidade”. (Entrevista IV).

Na entrevista V, as considerações são acerca das universidades públicas paulistas e principalmente ao fato de elas terem a vinculação orçamentária, isto é, receberem recursos do governo de acordo com a arrecadação do ICMS. Para o entrevistado o sucesso, dessas instituições, vem justamente da possibilidade de receber os recursos e ter a liberdade de utilizá-los da maneira que achar conveniente.

“Autonomia no caso específico das públicas tem uma particularidade que me parece importante, que é o modelo de São Paulo que é a autonomia com vinculação orçamentária. Autonomia em si é você dar à universidade a liberdade de tomar decisões. Só que isso sem você ter uma autonomia financeira, vale muito pouco. Autonomia com vinculação orçamentária garante à universidade um certo recurso em função da arrecadação de impostos”. (Entrevista V).

O entrevistado V vê a questão da autonomia como algo resolvido nas instituições públicas paulistas, atribuindo ao fato da constituição paulista de 1989 garantir a autonomia de gestão financeira. Diz não haver grandes conflitos, desde que se mantenha a clareza dos objetivos.

“No caso específico das universidades públicas no Estado de São Paulo, o que garante a autonomia geral da instituição é a autonomia de vinculação orçamentária, mas para isso a universidade tem que ser competente para saber lidar com essa liberdade”. (Entrevista V).

Um outro ponto é determinado por ele em relação à vinculação orçamentária, destaca que ela é fundamental para se ter autonomia, mas que a universidade deve estar preparada para momentos de mais e de menos arrecadação, já que os recursos recebidos oscilam de acordo com a arrecadação de impostos.

“Existe limite do orçamento atribuído à universidade, por isso ela tem que planejar todo seu futuro, porque autonomia com vinculação orçamentária é para o bem e para o mal. Ou seja, quando tiver muito recurso, quando a atividade econômica estiver bem, a universidade terá muito mais recursos. Por outro lado, quando a economia vai mal a universidade também tem dificuldades e não vale pedir socorro, na hora que a coisa aperta não vale

também recorrer ao governo. Essa sistemática dotou a universidade de uma responsabilidade muito maior”. (Entrevista V).

Na entrevista, ele ressalta que para a autonomia ser conquistada e colocada em prática é preciso controlar os conflitos com os órgãos superiores e ter lucidez em suas decisões. O bom senso nas atitudes também garante um bom relacionamento entre as instâncias.

“Sempre existem vários vetores no cenário da autonomia. Mas o importante é que se reconheça a competência da universidade em relação a essa liberdade. Normalmente é uma questão de entendimento, de conversa entre a universidade e o poder público. Se todos tiverem muita clareza do seu papel não é muito difícil ter um pouco de bom senso para se atingir as metas”. (Entrevista V).

O último entrevistado inicia sua fala levantando os diferentes âmbitos da autonomia e afirma que a autonomia de gestão financeira é a base para a realização das outras autonomias:

“Temos autonomia de gestão, autonomia de ensino, autonomia jurídica, autonomia de gestão financeira e autonomia patrimonial. Eu acho que a autonomia de gestão financeira é fundamental para que a universidade possa se fortalecer e conquistar as outras. Nós estamos tentando desenvolver essa autonomia”. (Entrevista VI).

Para ele, ter autonomia de gestão financeira é poder fazer com o orçamento recebido aquilo que for possível para o bom funcionamento da instituição:

“A gente trabalha para tentar conquistar essa autonomia de gestão financeira. Se a gente tem um orçamento precisamos cumpri-lo, avaliar mensalmente

esse orçamento para dizer se estamos no vermelho. Então a gente tem que ter autonomia para dizer o que fazer para não ficar no vermelho. Se estamos no azul a gente briga pela autonomia de onde vamos investir esse azul. Para isso é fundamental que a universidade esteja estruturada e organizada”. (Entrevista VI).

A instituição na qual o entrevistado atua responde diretamente a uma fundação, com a qual mantém forte ligação em relação à falta de autonomia. Ele considera que é preciso definir qual o nível de controle que a fundação exercerá sobre a universidade e a partir disso ver a possibilidade de conquista de maior autonomia.

“É preciso questionar a fundação: vocês querem uma universidade autônoma? Como vocês querem trabalhar a relação de autonomia? Ou vocês querem manter uma tutela? Essa é a grande conquista, porque se a fundação disser vocês tem autonomia para abrir e fechar curso e todo o resto é tutelar, é uma gestão tutelar. Não tem por que eu brigar por uma autonomia e querer crescer mais, porque é tutelar. A partir do momento que eles entendam que a gente precisa desta confiança para poder crescer, vamos conquistando nossa autonomia. Você tem que saber muito bem para que lado você vai. Tem que estar tudo muito bem definido, porque dependendo do que eu entendo, do que você entende, você vai querer autonomia de um jeito e eu vou querer autonomia de outro”. (Entrevista VI).

Seguindo a mesma linha de pensamento, o entrevistado acredita que para a instituição ter maior autonomia, o próprio gestor precisa tê-la conquistado e para isso precisa saber exatamente quais são os objetivos a serem cumpridos:

“Se não soubermos exatamente o que queremos fica difícil ter os indicadores para conquistar sua autonomia, mas precisa de autonomia para atingir os indicadores, uma coisa depende da outra. A gente vem nessa construção. Eu acredito que depende do gestor conquistar a autonomia. Depois que a gente

conquista, é que você tem os processos todos organizados na instituição, você já tem as metas definidas, você tem os objetivos definidos, você tem os indicadores que mostram se você evoluiu ou não, fica mais fácil trabalhar essa questão da autonomia". (Entrevista VI).

Dentro de sua instituição tem-se uma autonomia acadêmica maior, consegue-se mudar currículos, alterar e criar cursos, tudo aprovado nos colegiados. Entretanto a autonomia de gestão financeira ainda não se conquistou, esta continua sendo realizada pela fundação. Sobre isso se expressa:

"De um lado, eu tive muita autonomia para mexer com política de pesquisa, na graduação, nos componentes curriculares. Isso aprovei tudo nos colegiados, de forma como deveria ser em uma universidade comunitária que é colegiada e tudo foi aprovado em todas as instâncias. De outro lado, eu quero ter um projeto X e se está no meu orçamento, se está na minha previsão orçamentária, existe caixa, eu vou executar meu orçamento. Isso não acontece, a nossa autonomia ainda fica nas mãos da fundação. A mãe se tornou madrasta. Não assinamos cheque. Eu posso ter o entendimento, mas se o financeiro disser não, está prevalecendo. É agora o nosso passo, é a conquista dessa execução orçamentária que estamos precisando e que é a parte mais difícil". (Entrevista VI).

Mesmo entendendo que a universidade não tem autonomia, acredita que é possível essa conquista, principalmente, devido ao caráter comunitário da instituição. Compreende que a autonomia se dá de maneira diferente nas diversas instituições:

"Eu acho que a universidade comunitária consegue autonomia, pois é diferente de uma universidade empresarial, porque nessas instituições o dono fala: eu quero isso, eu quero aquilo, isto aqui dá mais dinheiro. Nas federais as demandas vêm do governo federal e isso não garante a autonomia. Nós conseguimos negociar com a fundação". (Entrevista VI).

Para finalizar diz que a conquista da autonomia é uma luta constante e de todos da instituição:

“Temos que estar atentos com a nossa autonomia, ela é construção diária. Precisamos trabalhar pela instituição. Não pode ter idéias como: “esse espaço é meu, enquanto eu estiver aqui eu vou fazer minha gestão”. Assim, não vai acontecer, aí não acontece nada. Eu tenho a minha equipe e é importante demais que a gente construa isso, que deve ser junto”. (Entrevista VI).

Em seguida, apresentaremos a comparação dos pontos de vista dos entrevistados fundamentados pelo referencial teórico estudado.

3.2 Os pontos de vista: semelhanças e diferenças

Uma das questões apresentadas para os entrevistados foi em relação à identidade e aos compromissos da universidade no contexto atual. Ao analisarmos as respostas percebemos que a concepção de universidade de cada entrevistado está inserida em sua visão de mundo, sua maneira de entender as relações sociais existentes e a sua própria subjetividade.

Na experiência concreta vivenciada pelos sujeitos, podemos perceber uma certa unanimidade em suas idéias, no que se refere à questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como três eixos fundamentais para que a universidade atinja seu objetivo.

“A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é o pilar de sustentação da universidade e é de extrema importância”. (Entrevista V).

A Lei de Reforma Universitária 5540/68 trouxe em seu artigo segundo as três atividades fins da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Porém o princípio da indissociabilidade foi legitimado com a LDB 9394/96.

Muitos teóricos trazem em seus estudos a discussão sobre a indissociabilidade. Para Fávero (1977) a universidade é chamada a assumir as três funções de forma explícita e são elas que deveriam inovar a ciência e acelerar o desenvolvimento do conhecimento nos diversos campos.

De acordo com Saviani (1986), o ensino é relacionado com o já conhecido, enquanto a pesquisa com o que ainda não é conhecido. E a relação entre eles é transformar o que ainda é desconhecido em conhecido.

Daí a tendência a se considerar que o ensino recorre da pesquisa: só pode haver ensino a respeito daquelas coisas que se conhecem. Eu só posso ensinar aquilo que eu conheço, aquilo que eu aprendi. Mas eu só posso aprender, se houver conhecimentos sistematizados; a função da pesquisa é justamente produzir esses conhecimentos. (1986, p. 46).

A extensão, por sua vez significa a articulação da universidade com a sociedade, de modo que o conhecimento não fique apenas restrito aos alunos e professores, mas que seja socializado para a sociedade em geral, a fim de elevar o seu nível de cultura.

A extensão é uma via para a universidade transferir ao conjunto social o que ela tem de mais consolidado, em termos de ensino e pesquisa. À medida em que ela se consolida nessas áreas, vai gerando na sociedade a expectativa de ter acesso a esse conhecimento extracurricular. Os bons projetos de extensão estão calcados em bons projetos de pesquisa e atividades de ensino. (MARCOVITCH, 1998, p. 34).

Segundo a entrevistada VI, por um lado, esses três eixos devem ser claros e precisos. Por outro não podem ser dicotomizados, devem ser relacionados uns com os outros, a fim de contribuírem para o funcionamento da instituição.

“A universidade tem que ter no seu projeto a extensão, a pesquisa e o ensino fortemente definidos e delimitados e aí então a gente vai conseguir que ela atinja seu objetivo, mas eles não podem ser vistos de maneira separada”. (Entrevista VI).

Saviani (1986), manifesta igual compreensão ao reforçar essa idéia quando afirma que as três funções da universidade estão interligadas e uma depende da outra para satisfazer as necessidades da sociedade em que a universidade está inserida.

Embora os entrevistados tenham colocado a questão da indissociabilidade como fundamental e como algo que aparentemente realiza-se, adequadamente, dentro das instituições, alguns teóricos como Saviani (1986) e Fávero (1977) dizem que, na verdade, ainda não se atingiu essa meta por se tratar de focos diferentes e, eventualmente, ocorre a ênfase de um em detrimento do outro. Ainda dizem esses autores, que em algumas instituições pretendeu-se converter a pesquisa em atividade principal. No entanto, a pesquisa continua sendo atividade secundária e suplementar na universidade. Isso permite inferirmos que a questão da indissociabilidade está em processo na universidade e ainda não é algo efetivo e consolidado.

A questão da indissociabilidade está relacionada diretamente com o objetivo da instituição que para todos os entrevistados é a formação profissional. Nessa questão dois grandes pontos são citados: um deles é que o objetivo precípua da universidade é formar recursos humanos, formar o profissional em diversas áreas. O outro é o compromisso da universidade com a sociedade.

“O objetivo fundamental da universidade é formar recursos humanos em todos os níveis, colégio técnico, graduação, mestrado, doutorado, pós doc; esse é o objetivo fundamental”. (Entrevista V).

Os representantes de instituições públicas e da comunitária declaram que o objetivo da universidade é formar o profissional, como vimos acima. Nas respostas dos gestores das instituições privadas confessionais percebemos que a preocupação maior é contribuir para a

sociedade, devolver a ela o investimento que faz na instituição, por meio da arrecadação de impostos. Essa preocupação está relacionada com uma das características desse tipo de instituição, que é a filantropia. A legislação específica para elas delega que seu compromisso também é a melhoria da qualidade e condições de vida da sociedade.

“A universidade passa a ser instituição social na medida em que contribui para o avanço da sociedade. Sua crescente conscientização sobre os problemas sociais é uma de suas funções, nesse sentido a universidade precisa de disciplina metodológica e epistemológica para expor suas demandas e influências”. (Entrevista II).

“Filosoficamente e politicamente hoje nós estamos em uma política voltada realmente muito mais voltada para o social, para o compromisso com a sociedade”. (Entrevista III).

Marcovitch (1998) e Fávero (1977) nos atentam para o fato de que é preciso ter o cuidado para que o único aspecto relevante da função da universidade não se restrinja à formação profissional, que se dá preferencialmente pelo ensino. A universidade não pode ficar restrita a uma perspectiva pragmática e utilitarista, na qual o ensino está voltado para o treino ou preparo de habilidades. Ao contrário, para eles a função é de a formar profissionais conscientes sobre a realidade social e preparados para atuar numa perspectiva mais ampla, procurando promover mudanças no que está instituído.

Para Síveres (2006), mais que um lugar profissionalizante a universidade deve ser um espaço pensante, que ele denomina filosofante. O processo educativo diante desse objetivo de formação profissional se transformou em acumulação de informações e técnicas e deixou de executar sua dinâmica questionadora e comprometida com o social e cultural.

Assim, o modo de ser social vai, também, definir a prática de uma universidade que se manifesta pela sua reflexão e ação. Na medida em que se assuma essa função, a educação não é mais um privilégio, mas um direito social, independente

da personalidade jurídica estatal, comunitária ou privada da instituição, porque ela não é apenas uma repassadora de profissionais para o mercado, mas uma formadora de cidadãos para a “república”, na qual os sujeitos interagem para construir a democracia. (SÍVERES, 2006, p. 148).

Chauí (2001), é também uma crítica da formação profissional que vem ocorrendo nas universidades, afirma que a tarefa de a universidade não está sendo produzir e transmitir o conhecimento e a cultura, mas treinar indivíduos para que sejam produtivos, isto é, servir ao sistema produtivo.

Quando se alega que a universidade não treina mão-de-obra, pois quem o faz realmente é a empresa, imagina-se implicitamente que, para possuir verdadeira função econômica, a universidade deveria formar até o fim a força de trabalho intelectual, coisa que ela não é capaz de fazer. Com isso, perde-se o nervo da questão, ou seja, o modo peculiar de articulação entre o econômico e o político: a universidade, exatamente como a empresa está encarregada de produzir incompetentes sociais, presas fáceis da dominação e da rede de autoridades. A universidade adentra mão-de-obra e fornece força-de-trabalho. (2001, p. 52).

A formação deve ser para além da formação profissional, ela deve ser coerente com a função social da universidade, fazer com que se criem condições de desenvolver a capacidade de criticar os conhecimentos transmitidos, dando consciência aos alunos de um contexto mais amplo do que sua formação profissional específica. Tornando-os profissionais pensantes, a partir de uma visão crítica da realidade.

A universidade não deve se limitar em oferecer uma formação apenas ajustada aos problemas reais da sociedade ou às exigências do processo científico. Cabe-lhe ainda oferecer instrumentos teóricos que permitam uma reflexão verdadeiramente empenhativa sobre o sentido global da sociedade em mudança. (FÁVERO, 1977, p. 16).

Como apontamos anteriormente, há nas instituições profissionais o objetivo de atender aos compromissos sociais.

“A universidade tem que prestar serviço para a sociedade. Porque a universidade é feita de pessoas, portanto, pessoas fazem coisas para as pessoas” (Entrevista III).

Em seus estudos Saviani (1986), afirma que a responsabilidade da universidade é devolver para a sociedade algo daquilo que a sociedade deu a ela. Se a universidade existe é porque a sociedade a sustenta e é de responsabilidade da instituição devolver em forma de serviços para a sociedade.

Do nosso ponto de vista, a universidade por estar numa sociedade, se torna uma instituição social, portanto, não pode estar dissociada dessa realidade. Ambas, universidade e sociedade, são historicamente determinadas, estão constantemente em sintonia, o que não significa harmonia. É um espaço de conflito e contradições, no qual dialeticamente relacionam-se uma com a outra. A universidade deve ser um espaço de discussão e formação de alternativas políticas, sociais e culturais.

O reconhecimento da relação existente entre universidade e sociedade foi manifestada por um dos entrevistados que assim se expressa:

“A universidade é uma organização que precisa ter liberdade de interpretar as demandas da sociedade e também interagir fortemente com essa sociedade. Ela não está isolada. Constantemente influencia e é influenciada pela sociedade e por isso é um ambiente de muita tensão. A universidade é um lugar de refletir as contradições da sociedade”. (Entrevista II).

A universidade tem a função social de problematizar a realidade e contribuir para o desenvolvimento desta sociedade; para que isso aconteça, elas, sociedade e universidade, precisam potencializar suas relações de organização e estar em constante diálogo.

É necessário, portanto, retomar a função da universidade, como geradora e socializadora de um conhecimento criativo, contribuindo dessa forma, com o desenvolvimento da sociedade. A universidade, na medida em que se ausentar

do horizonte social, o seu conhecimento será estéril e a sua contribuição será irrelevante. (SÍVERES, 2006, p. 139).

Retomando a problemática da formação profissional, percebemos na fala dos entrevistados uma grande preocupação em relação à qualidade e ao tipo de formação que ocorre nas instituições. Sobre isso o entrevistado IV se pronuncia:

“Nas últimas décadas o mercado vem reorganizando o formato das universidades forçando-as a organizarem novas formas de ensino e novos conteúdos voltados para essa tendência mercadológica. As universidades precisam atender as novas profissões, as novas demandas, os novos formatos profissionais demandados pelo mercado, que não chamam de mercado, chamam de sociedade da produção”. (entrevista IV).

Percebemos que as demandas são imediatistas e específicas para determinados grupos. Compartilha dessa visão o entrevistado VI quando diz:

“Formar para o mercado é formar o desempregado, precisamos formar pessoas para pensar”. (Entrevista VI).

Segundo Síveres (2006), percebemos que a universidade está voltada para uma eficiência produtivista e uma qualidade mercantilista, em vez de uma eficácia democrática e uma qualidade social. Ela deixou de ser um local de crítica da crise, para se transformar num local de crise, no qual tornou-se reprodutora da dimensão economicista da sociedade.

Esses traços economicistas e corporativistas presentes em todos os âmbitos universitários só contribuem para o prejuízo da qualidade da educação e do compromisso social da universidade.

Concordamos com Chauí (2001), quando afirma que diferentemente das empresas, as universidades são instituições heterogêneas e por isso não podem seguir o mesmo modo de organização empresarial e devem ser regidas por lógicas e práticas diferentes.

A universidade é uma instituição social constituída por diferenças internas que correspondem às diferenças dos seus objetos de trabalho, cada qual com uma lógica própria de docência e de pesquisa, ao contrário das empresas que, por força da lógica do mercado, operam como entidades homogêneas para as quais os mesmos padrões podem ser empregados. (p. 126).

A universidade, como todas as instâncias sociais, está inserida e mergulhada no contexto atual, que é tomado pelo tempo fragmentado, pela descontinuidade nos processos, pela competitividade, pela fluidez de informações, pelo privilégio de alguns em detrimento de outros, pelas regras do mercado e pela velocidade da produção e do lucro.

A entrevistada I diz que a formação está sendo de baixíssima qualidade, porque quem determina como deve ser essa formação são as corporações:

“São as corporações que determinam as discussões acadêmicas, as necessidades e as decisões a serem tomadas. As corporações, normalmente, são muito poderosas com interesses peculiares e particulares. Eu acho que é necessário haver um equilíbrio entre as diferentes instâncias da vida civil, uma reorganização da sociedade, criar a possibilidade de que objetivos maiores que os interesses do mercado possam ser levados em consideração”. (Entrevista I).

Uma outra discussão gira em torno do que se entende por qualidade e qual é a qualidade que a universidade quer. Observamos essa preocupação nas respostas de alguns dos entrevistados:

“Eu acho que o compromisso que as universidades públicas tem hoje é com a qualidade e expansão do ensino. A expansão do ensino com qualidade. Mas

que qualidade é essa, ela pode ser uma para mim e outra para você”. (Entrevista I).

“Posso dizer que para mim qualidade é construir um monte de prédios, você pode dizer para mim qualidade é ter um monte de professor qualificado. Outro pode dizer para mim não é nada disso, qualidade para mim é fazer ensino à distância. Se a gente não souber exatamente qual é o conceito de qualidade não teremos qualidade nenhuma”. (Entrevista VI)

Na visão neoliberal que em muitos casos foi incorporada pela educação, qualidade é definida como competência, excelência, produtividade visando o mercado de trabalho. A preocupação é com a produtividade, o tempo e o custo e não mais com a qualidade em termos de formação ampla, crítica e consciente. De acordo com Chauí (2001), “observa-se que ocorreu uma inversão tipicamente ideológica da qualidade”. (p. 184).

O tempo da modernização é muito rápido e a universidade se vê na obrigação de acompanhar esse ritmo frenético de mudanças e informações. Ao contrário, ela deveria ser a maior questionadora desse processo e trabalhar para formar sujeitos humanizados, como afirma um dos entrevistados:

“Os mercados são transitórios e seu tempo é algo muito rápido e flexível. A universidade tem outro tempo, outra velocidade e as discussões são lentas e assim deve ser, não dá para discutir questões dessa dimensão em um ritmo acelerado. Velocidade não é sinônimo de qualidade”.(Entrevista I).

Ainda, sobre a indissociabilidade, algumas entrevistas dizem que ela contribui, pois a pesquisa coloca os professores na ponta do conhecimento, a extensão coloca os alunos em relação com a sociedade, suas realidades e necessidades e o ensino transmite o conhecimento sistematizado.

“Primeiro, a universidade precisa fazer pesquisa, porque assim você está na ponta do conhecimento. Com a pesquisa os professores vão ensinar para os alunos, a ponta do conhecimento. Com a pesquisa você cria a necessidade constante de atualização. Mas tem uma segunda coisa importante: que é a relação com a sociedade. Então, uma relação com a sociedade é importante, primeiro para trazer para cá a realidade da profissão, seja ela qual for. Segundo, para permitir que o estudante tome contacto com a realidade da profissão que escolheu. E, claro, o ensino que foi a primeira função da universidade”. (Entrevista V).

Entretanto, existe uma controvérsia entre a compreensão de pesquisa entre os entrevistados V e VI.

Na experiência do primeiro, a pesquisa além de produzir a ponta do conhecimento para o ensino, tem o objetivo de licenciar patentes. Faz-se parcerias com empresas, recebe-se verbas para a pesquisa e se a empresa produzir em longa escala esse produto, a universidade recebe os “royalties”. Sobre isso ainda revela que o investimento privado na universidade pública é pouco.

“O investimento do setor privado é importante, é positivo e é um mito. As pessoas acham que tem um monte de dinheiro privado sendo investido nas universidades. Eu gostaria muito que tivesse, esse é o mito”. (Entrevista V).

A grande preocupação gira em torno da questão: é a universidade que decide as pesquisas ou são as indústrias que injetam os recursos financeiros? Indagado sobre isso, diz que,

“O posicionamento ideológico dos pesquisadores e da administração da universidade não mudam em relação a essa influência do mercado”. (Entrevista V)

Em contraposição, o entrevistado VI considera que atrelar pesquisa ao desenvolvimento tecnológico é uma distorção do conceito de pesquisa. Pesquisa-se não para fazer patentes ou solucionar problemas mercadológicos e em relação a isto opina:

“Existe uma distorção que a universidade tem que fazer pesquisas e tem que fazer patentes. Quem tem que ter patentes é empresa. A gente não, a gente tem que ter soluções para que essas empresas cheguem nessas patentes. Isso pode interferir na pesquisa porque uma empresa, ela quer soluções imediatas”.
(Entrevista VI).

Ao contrário da outra visão, acredita que as empresas, nestes casos, decidem os rumos da pesquisa e a universidade deixa de atender uma demanda da sociedade que poderia ser mais abrangente e menos específica.

Com o avanço neoliberal, que prevê a intervenção mínima do Estado, a partir da década de 1990, além das privatizações do ensino que ocorreram, intensificaram-se as parcerias com a iniciativa privada. As universidades tanto pública, quanto privada começaram a ter uma relação direta com as empresas, a fim de complementar seu orçamento financeiro. Este fato, na maioria das vezes faz com que a universidade seja subjugada a uma forte intervenção do mercado.

Aceitação da idéia de modernização, racionalização pela privatização e terceirização da atividade universitária, a universidade participando da economia da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas, com total descaso pela pesquisa fundamental e de longo prazo. (CHAUÍ, 2001, p. 36).

A universidade como produtora e disseminadora de conhecimento é um ponto de convergência entre os entrevistados e confirmado por muitos autores, que definem a identidade da universidade dentro deste mesmo princípio.

“A universidade é uma produtora de conhecimento e uma disseminadora de conhecimento. Ela deve ser reconhecida pela produção de conhecimento científico e reconhecido pela comunidade científica”. (Entrevista I).

“Ela tem o privilégio de estar à frente do conhecimento de todas as áreas do saber e por isso a universidade precisa de disciplina metodológica e epistemológica”, (Entrevista II).

“A universidade é o local de produção de conhecimento, onde ocorre os estudos e as discussões para a melhoria do conhecimento. Ela precisa produzir conhecimento para o mundo, é preciso que esse conhecimento seja socializado para todos, pois se ficar em seu interior de nada adianta”. (Entrevista III).

Muitos estudiosos do assunto contribuem para o entendimento sobre a identidade e os desdobramentos da idéia de universidade. Entre eles destacamos:

Para Vieira (1989), a universidade é o lugar que a sociedade reservou como espaço do saber, da criação e transmissão sistemática do saber acumulado. Por isso, para ela o saber pedagógico deve ocupar posição central na dinâmica da instituição, caso contrário a universidade perde sua essência, que é contribuir para a criação e difusão do conhecimento para todos e com isso o desenvolvimento da humanidade.

Segundo Chauí (2001), a identidade da universidade está fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhes são inerentes. Seu reconhecimento e legitimidade social vinculam-se, historicamente, à sua capacidade autônoma de lidar com as idéias, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento. Nesse processo, ela interroga, reflete, critica, cria e forma, exercendo seu papel no avanço e na consolidação da democracia, que implica compromisso com a luta pela democratização dos meios de produção da vida humana. Esse aspecto social, aliado à função científica e educativa, vai conferindo identidade à instituição universitária. Entretanto, a universidade tem uma outra face, que a autora define como:

A universidade está estruturada de tal forma que sua função seja: dar a conhecer para que não se possa pensar. Adquirir e reproduzir para não criar. Consumir, em lugar de realizar o trabalho de reflexão. Porque conhecemos para não pensar, tudo quanto atravessa as portas só tem direito à entrada e à permanência se for reduzido a um conhecimento, isto é, uma representação controlada e manipulada intelectualmente. É preciso que o real se converta em coisa morta para adquirir cidadania universitária. (p. 62).

Barros e Silva (1998), vêem necessidade da acentuação do papel crítico e responsável, bem como ampliação do saber e da arte na universidade, para isso é preciso

entender a universidade como uma agência da sociedade, uma instituição política de produção e disseminação do conhecimento que projeta nessa produção e disseminação do conhecimento uma visão social de mundo, que tanto poderá estar a serviço dos dominadores quanto dos dominados. (p. 18).

Nas entrevistas percebemos que os sujeitos vêem a universidade como um local de conflito e contradições. Ela está entre o cidadão, que a mantém e aqueles que a governam, que criam as leis e as avaliam. Como já dissemos a universidade está inserida em uma sociedade, sendo assim, participa da reprodução das relações sociais. “A universidade antes de mais nada, é parte e fruto de um modelo político-cultural e é condicionada por esse modelo” (FÁVERO, 1977, p. 11). Ela precisa atender a sociedade, mas é regulada por órgãos com outros interesses. Compartilha desse pensamento o entrevistado IV quando diz:

“Sobre universidade, podemos dizer, que por um lado, ela virou uma cumpridora de tarefas que são necessárias, de outro ela não consegue cumprir suas demandas”.(Entrevista IV).

Diante disso, a universidade se apresenta como uma instituição social que reproduz as diferenças sociais existentes, mas ao mesmo tempo pode se tornar uma porta para contribuir para a transformação do status quo. Ela não é estática e constantemente passa por mudanças ideológicas e estruturais.

O contexto do ensino superior brasileiro é, acima de tudo, contraditório. Exatamente por ser assim dialético, está fortemente influenciado por interesses antagônicos, tanto no que diz respeito aos que produzem no interior da universidade quanto à sociedade como um todo. (BARROS e SILVA, 1998, p. 17).

Em relação à questão sobre universidade como instituição, outro tópico levantado nas entrevistas foi a universidade como um local onde se desenvolvem práticas democráticas. Como determina o entrevistado I:

“Como gestor você não pode tomar decisões que impliquem a bancarrota da sua instituição, então é necessário sempre um equilíbrio que temos que ter com os colegiados e conselhos. É preciso conselhos que efetivamente participem da elaboração das políticas, da gestão dessas políticas e que contribuam para que as decisões sejam equilibradas, claras, sejam públicas, ou seja, sejam de domínio público”. (Entrevista I).

A administração universitária não pode ser autoritária e defender interesses particulares de seus gestores, ela deve ser baseada em princípios democráticos de distribuição de poder, liberdade e responsabilidade.

A universidade é acima de tudo uma estrutura coletiva. Os chefes de departamentos, diretores, reitores, são dirigentes transitórios de uma instituição descentralizada. Cada um está subordinado a pelo menos um colegiado que constitui elemento de contrapoder. Esse colegiado coletiviza o processo decisório. (MARCOVITCH, 1998, p. 107).

Para o entrevistado II, na universidade deve haver uma atmosfera de democracia, no sentido de participação, liberdade para discutir e tomar decisões:

“Ela deve ser um espaço no qual as idéias podem divergir, mas que possam ser colocadas por todos num ambiente de liberdade de opiniões”. (Entrevista II).

Isto é confirmado com Marcovitch que assim se expressa:

Na universidade, a livre circulação de idéias é a sua própria razão de ser. Transitam nela as mais diversas correntes de opinião. Sempre foi assim e sempre será. A busca do saber exige essa contínua apreciação de todos os ângulos, em todas as questões. (p. 34).

Entretanto a entrevistada VI levanta um conflito existente no interior das instituições que limita essa democracia e liberdade: a relação com os órgãos superiores. No caso da instituição comunitária, essa relação se dá com a fundação⁶.

“A fundação segurava todos nossos processos de gestão e nossos processos decisivos, as decisões estavam na fundação. Ficava muito difícil porque a fundação ficava maior que a própria universidade. Ela aparece muito mais e a fundação tem que aparecer menos. Porque ela é só um conselho. Na realidade ela supervisiona as nossas atividades e ela chegava a ser muito maior nos processos decisórios do que a gente”. (Entrevista VI).

O conceito de autonomia dos entrevistados é muito semelhante àqueles encontrados na literatura. Dentre os conceitos apresentados destacamos:

“Autonomia é a possibilidade de você seguir regras, atender a lei e fazê-lo de uma maneira que seja benéfica para a instituição”. (Entrevista I).

⁶ Entendemos a partir de Catani (1993) que as fundações são “prestadoras de serviços”, ou seja, uma sociedade civil que administra a universidade. Esta administradora pode dar lucros, pois não é sobre ela que incide tal restrição. Assim, a remuneração da prestadora de serviços é igual ao excedente da universidade, garantindo-se então a sua característica “não lucrativa”.

“O termo autonomia pode parecer autoritário na medida em que a origem autônoma quer dizer legislar para si mesmo, quer dizer: sem dar satisfação para ninguém. O sistema auto-suficiente em si mesmo não existe”. (Entrevista II)

“Quando falo em autonomia, falo em liberdade, em livre arbítrio. Porém, essa liberdade, esse livre arbítrio estão sempre dentro de limites”. (Entrevista III).

“Quando falamos em autonomia estamos falando do alicerce mais fundamental da universidade. Autonomia em si é você dar à universidade a liberdade de tomar decisões em qualquer âmbito: pedagógico, administrativo e financeiro”. (Entrevista V).

“Autonomia é fundamental para que a universidade possa se fortalecer, além disso, ela precisa estar atrelada aos documentos: o projeto político e o plano de desenvolvimento da instituição. A questão é ter autonomia para oferecer os serviços que a universidade se propôs a oferecer”. (Entrevista VI).

Otranto (1997), fundamenta a idéia dos entrevistados quando afirma que a autonomia é uma independência parcial e uma liberdade limitada concedida para um fim específico, que é um processo em construção.

Na mesma linha, Alvim (1995) considera que o conceito de autonomia não é estático, universal e absoluto e sim dialético, elástico e dependente de leis, bem como interligado às diferentes épocas históricas, regiões e povos. É a condição da instituição de autodeterminar-se, libertando-se de coações e interferências externas.

Autonomia universitária é a transferência de certas faculdades do Estado para a universidade, que passa a exercitá-las, com o objetivo de garantir a liberdade de pesquisar e ensinar, bem como o de cumprir as demais finalidades sociais

que lhe são próprias. Comporta deveres e direitos, privilégios e obrigações. Deve ser legitimada pelo reconhecimento da sociedade e supõe contrapartida bem definida em termos de desempenho, que devem ser avaliados. Emanada da própria natureza da universidade e é condição essencial para sua existência. Longe de ser um fim em si mesma, é imprescindível para que a universidade possa realizar-se eficientemente em suas tarefas e ser útil à sociedade. (ALVIM, 1995, p. 51).

Para melhor esclarecimento do conceito, alguns entrevistados recorrem à legislação, principalmente ao artigo 207 da Constituição brasileira de 1988, que, como já vimos garante a autonomia para as universidades.

Na fala do entrevistado V, percebemos que a maneira de entender o cumprimento da lei, se dá apenas pelo fato de se ter uma lei que garante a autonomia, como se isso bastasse para sua verdadeira efetivação.

“Existe uma lei que tem que ser respeitada. O artigo 207 da Constituição garante a autonomia das universidades. Este artigo não pede nenhuma regulamentação. Ele é ponto final”. (Entrevista V).

Em uma visão mais crítica da interpretação do funcionamento da lei, os entrevistados II e IV se manifestam da seguinte maneira:

“A legislação garante a autonomia, mas ao mesmo tempo acaba cerceando muito a liberdade de responder a novas posições”. (Entrevista II).

“A autonomia que se fala hoje, ela foi consagrada de fato na Constituição de 1988. Entretanto, existe uma grande diferença entre o que está na lei, do que existe na prática. Essa contradição forma um velho dilema: os objetivos declarados e os objetivos efetivados”. (Entrevista IV).

Acreditamos que as leis não bastam, a autonomia precisa ser conquistada e legitimada por aqueles que estão envolvidos no processo entre as instituições e os órgãos superiores. Ela deve ser entendida e aceita como algo importante para o desenvolvimento da universidade e não será obtida exclusivamente por meio de uma legislação. As leis acabam não garantindo a efetivação da autonomia, é necessário investir na sua aplicação “A autonomia só pode ser realizada em uma “empreitada coletiva”. (MARTINS, 2002, p. 219).

Para Alvim (1995), ter autonomia é ter maior responsabilidade, isto é, quanto mais autônoma se torna a instituição, maior serão seus deveres e responsabilidades.

Durham (1989), compreende a autonomia de uma forma diferenciada e a critica por entender que a universidade se torna a principal fonte de decisões e por isso não terá a quem recorrer em caso de não dar conta do que lhe foi delegado.

A liberdade nunca é uma benção que proporcione vantagens irrestritas. Costuma trazer, junto de si, uma carga de responsabilidades difíceis de aceitar, pois não haverá ninguém para culpar em caso de fracasso. (1989, p. 1).

Entendemos que autonomia não é uma folha em branco que a sociedade passa à universidade, ao contrário, a autonomia é intrínseca à universidade e exige muita responsabilidade por parte das instituições.

Nas entrevistas observamos que os gestores entendem que autonomia é algo que deve estar atrelado à responsabilidade:

“Autonomia no seu sentido estrito seria ter liberdade para interpretar os anseios da sociedade e influir e deixar-se influenciar para a tomada das decisões. É preciso que a liberdade e responsabilidade caminhem juntas”. (Entrevista II)

“Autonomia sem responsabilidade não resolve. Você tem que saber muito bem seus objetivos, todo o planejamento tem que estar muito bem definido”. (Entrevista VI).

No mesmo sentido, notamos que ter autonomia não significa liberdade total, não ter regras, normas ou a quem responder. Segundo Marcovitch (1998), a autonomia não implica no isolamento da universidade em relação à sociedade, nem a ausência de fiscalização por parte do poder público, ela é cobrada pelo seu desempenho e deve prestar conta ao poder público. “Autonomia não pode significar isolamento, nem absolutização do poder universitário”. (ALVIM, 1995, p. 45). Nas entrevistas percebemos as seguintes considerações:

“Na minha compreensão não se pode confundir autonomia com ausência de controle social, com ausência de controle de gestão tanto financeira quanto acadêmica”. (Entrevista I).

“Não se deve confundir autonomia com liberdade. Autonomia da universidade poderia ser entendida como a liberdade para obedecer. Não se deve entender autonomia como soberania de uma organização que não responde a ninguém e a nada, ou seja, buscar uma liberdade sem necessidade de prestar contas, como se fosse o dono do próprio nariz e não responder a ninguém”. (Entrevista II).

“A Autonomia deve se dar dentro de uma ordem. É necessário também que se conheça essa ordem. Porque se você não conhecer, fica sem propósito e cada um pode fazer o que quiser”. (Entrevista III)

“Quando falamos de autonomia, na verdade nós não estamos falando de soberania, nós estamos falando de liberdade. Tem uma série de aspectos que de certa forma colocam os limites de atuação da universidade”. (Entrevista V).

Entendemos que autonomia não deve ser confundida com independência ou soberania. A instituição precisa seguir leis e regras e ser avaliada para que não se tomem decisões de acordo com os interesses específicos, suas funções precisam ser supervisionadas

para o cumprimento das suas finalidades sociais, evidenciando os grandes interesses e não os menores poderes em disputa.

Por autonomia se entende, de modo geral, a capacidade de reger-se por leis próprias. Neste, sentido mais geral, o termo confunde-se com “soberania” e se aplica integralmente e mais propriamente às nações. Quando se trata de uma instituição específica do Estado ou da Sociedade Civil, entretanto, a autonomia não confere uma liberdade absoluta. Instituições existem, são criadas e reconhecidas socialmente para preencherem funções sociais específicas e são estas que as legitimam. A autonomia de que gozam é restrita ao exercício de suas atribuições e não como referência o seu próprio benefício, mas uma finalidade outra, que diz respeito à sociedade. Desta forma, a autonomia da instituição é sempre relativa, e deve ser definida como reconhecimento de sua capacidade de reger-se por suas próprias normas no cumprimento das finalidades sociais às quais se destina. (RIBEIRO, 1988, p. 01).

Percebemos uma concordância entre os entrevistados e alguns autores quando salientam que autonomia não é soberania, ou seja, estar acima de qualquer norma ou supervisão. Convergem também em relação à idéia de que a autonomia é relativa, isto é, depende do grau de maior ou menor autonomia que lhe é concedido. “Quando os setores dominantes se sentem ameaçados, diminuem a autonomia da universidade, o que sinaliza a sua relatividade”. (ALVIM, 1995, p. 43).

Na compreensão dos entrevistados, autonomia não é soberania, existem limites e contas a prestar. Entretanto, sobre a relatividade uns dizem que autonomia é relativa, ao passo que, outro difere desses, dizendo que autonomia não pode ser relativizada.

“O conceito de autonomia deve ser relativizado”. (Entrevista II).

“A autonomia é relativa e depende do contexto”. (Entrevista III).

“Autonomia não tem como você relativizar, autonomia terminando aqui ou ali, quer dizer você marcando a linha divisória, até onde você tem autonomia, até onde você não tem, isso não faz sentido. Qualquer regulamentação que você

faça na autonomia é, pra dizer que você acabou de perdê-la, porque não precisa regulamentar. Autonomia é autonomia". (Entrevista V).

Se pensarmos na relatividade da autonomia podemos dizer que ela é resultado da intervenção do Estado como órgão regulador e das mantenedoras como administradoras, que controlam o grau da autonomia, tornando-o variável de acordo com suas necessidades e interesses. Um acordo entre as instituições e o Estado só se dará com grandes conflitos entre essas duas instâncias.

O grande problema do governo na universidade é o da conciliação entre a autonomia e a heteronomia entre sua vontade e a do Estado. Claro que o Estado é por definição o órgão mais abrangente e ao mesmo tempo mais específico da vontade comum, mas essa vontade pode também expressar-se através de outras instâncias que devem ser captadas dentro e fora dela. Na sociedade contemporânea, em particular, as relações entre Estado e universidade se revestem de grande importância. Faz-se necessário, sobretudo, um confronto do que deveriam ser as duas expressões da síntese nacional: uma, o Estado, como expressão máxima da estrutura do poder e a outra, a universidade, como expressão da estrutura do saber. Não obstante, é preciso não esquecer que a autonomia desejada pela universidade varia em função do estágio de desenvolvimento da sociedade de que faz parte e do projeto político do país. (FÁVERO, 1977, p. 12).

Nos pronunciamentos dos entrevistados percebemos os dois lados da relação instituição e Estado: o da necessidade que este órgão financie, regule e acompanhe o funcionamento da instituição e o controle centralizador e burocrático sobre as instituições:

"A regulação do Estado é imprescindível, ela tem que acontecer. Não só para as universidades públicas, mas para todo ensino superior no país, pelo papel estratégico que o Estado tem. O Estado tem que cobrar metas, tem que cobrar a execução, tem que cobrar prestação de contas daquilo que é dinheiro público". (Entrevista I)

“O Estado tem um papel de acompanhamento das universidades, mas ele extrapola demais ao tentar controlar o sistema, ele entra em detalhes que acabam cerceando a liberdade”. (Entrevista II).

Pelo exposto, tornar os processos burocráticos é a maneira encontrada pelos órgãos superiores, mantenedoras, fundações e governo para controlar as universidades.

Para autores como Barros e Silva (1998) e Penteado (1998), a universidade mesmo sendo uma instituição dinâmica fica reduzida e enfrenta problemas cruciais com o excesso de centralização das decisões causadas pelo emperramento burocrático.

A relação entre administração e burocracia é bem colocada por Marcovitch (1998), a administração não é um fim em si mesma, é o meio para viabilizar objetivos, é a maneira de atender as necessidades da instituição, não se pode confundir com procedimentos gerenciais e procedimentos autoritários e burocratizantes. “A gestão é o instrumento colocado a serviço de um coletivo humano para que bons resultados sejam alcançados”, (p. 152).

Segundo Chauí (2001) a universidade estruturada como uma empresa tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condições.

O que caracteriza a administração burocrática é a hierarquia funcional de postos e cargos, que, por sua vez, determina uma hierarquia de salários e de autoridade, um sistema de poder no qual cada um sabe quem o comanda diretamente e a quem comanda diretamente, sem que seja possível uma visão do conjunto e a determinação de responsabilidades. Por seu turno, a administração, forma contemporânea da racionalidade capitalista, implica a total exterioridade entre as atividades universitárias de ensino e pesquisa e sua direção ou controle. (p. 57).

Alguns entrevistados expressam suas dificuldades em relação às complicações decorrente da rotina, do processo burocrático e dos regulamentos inflexíveis.

“As amarras burocráticas que determinam o que vai fazer com os recursos, as metas que tem que ser cumpridas, o formato institucional que não pode ser mudado, isso tudo são fatores que influenciam diretamente na autonomia da universidade”. (Entrevista IV)

“Existe a centralização. Todo sistema muito centralizado é burocrático, mas por quê? É porque quando o poder de certa forma está nas mãos de poucos, os sistemas são burocráticos. Além, da burocracia já ser cultural, no sentido de não se confiar na palavra, tem que ter um carimbo e isso pode fazer com que algumas decisões atrasem, dificultando o processo”. (Entrevista III).

A grande problemática deste trabalho é investigar se as universidades têm ou não autonomia.

Segundo autores como Vieira (1989) e Alvim (1995), na história da educação superior no Brasil em nenhum momento veremos que foi respeitado o princípio da autonomia das instituições, elas sempre sofreram com o poder centralizador do Estado.

Na realidade, a análise da história da educação superior no país leva a crer que as instituições de ensino superior nunca tiveram autonomia suficiente para decidir sobre seus próprios caminhos. Vinculadas em sua grande maioria, desde o início de sua criação, ao Poder Central, as instituições de ensino superior no Brasil crescem à luz da tutela estatal, sendo portanto, extremamente difícil que pudessem centralizar anseios de autonomia e contrariassem os interesses do Estado. (VIEIRA, 1989, p. 80).

Podemos perceber que compartilham deste ponto de vista os seguintes entrevistados:

“Alguns projetos do governo prevêem um certo grau de autonomia para as universidades públicas federais, mas na prática isso acaba se alterando e a autonomia não existe. Diante disso, podemos dizer que as universidades públicas federais não têm autonomia. Nenhuma”. (Entrevista I).

“Não existe autonomia no Brasil, esse debate todo é mais para inglês ver”. (Entrevista II).

“Nunca tivemos autonomia por completo, porque estamos regidos por uma ordem econômica. Limitados de certa forma, por questões econômicas, políticas e filosóficas”. (Entrevista III)

“Se fossemos mesmo rigorosos em relação à história da educação no Brasil, a história do Ensino Superior, talvez nem pudéssemos falar em autonomia universitária, a não ser como uma questão legal e jurídica. De fato, nunca houve uma autonomia das instituições em relação aos poderes superiores: governo do estado e governo federal”. (Entrevista IV).

“Na universidade comunitária precisamos conquistar a autonomia, mas primeiro temos que provar competência para poder ter essa autonomia. Funciona assim, primeiro você mostra competência para depois usufruir dos benefícios. Mas essa autonomia nunca chega por mais que mostremos resultados”. (Entrevista VI).

Apenas o entrevistado V aponta que a autonomia existe no seu grau máximo nas instituições públicas paulistas, se manifesta assim:

“Desde 1989, quando começou a vigorar essa lei de vinculação orçamentária, que temos autonomia didático-pedagógica, autonomia de investigação, de pesquisa, de escolha dos temas que se quer pesquisar. Liberdade total. Não há ingerência nenhuma do governo do Estado”. (Entrevista V).

Em sua argumentação este entrevistado recorre ao decreto 29.598 de 02/02/1989, que estabelece autonomia de gestão financeira para as universidades paulistas. Este decreto garante que as três universidades estaduais paulistas receberão o percentual mensal de 8,4% da arrecadação o ICMS para uso em suas atividades. Os recursos não são fixos já que vem de acordo com uma porcentagem do montante total, isso exige uma reformulação constante entre os recursos e os gastos.

A fixação de um montante em termos de porcentagem de arrecadação apresenta algumas vantagens. Do ponto de vista da universidade, garante um fluxo de recursos que não depende de negociação permanente. Da perspectiva da sociedade, oferece a todos, inclusive à própria universidade, uma informação clara de quanto o Estado investe em Educação Superior, que não é pouco. Assim, traz como contra-partida a necessidade permanente das universidades justificarem o uso que fazem de uma parcela relativamente importante do orçamento do Estado. Inicia-se um processo de estabelecer a transparência na alocação e no uso dos recursos públicos. (DURHAM, 1989, p. 9).

A Constituição Paulista organiza seu sistema de ensino em relação à autonomia da seguinte maneira:

“A autonomia da universidade será exercida respeitando, nos termos de seu estatuto, a necessária democratização do ensino e a responsabilidade pública da instituição, observados os seguintes princípios:

I – Utilização dos recursos de forma a ampliar o atendimento à demanda social, tanto mediante cursos regulares quanto atividades de extensão;

II – Representação e participação de todos os segmentos da comunidade interna nos órgãos decisórios e na escolha de dirigentes, na forma de seus estatutos.

Parágrafo único – A lei criará formas de participação da sociedade por meio de instâncias públicas externas à universidade, na avaliação do desempenho da gestão dos recursos “. (CATANI, 1993. p. 89).

Entender a autonomia como essencial para o desenvolvimento da universidade e como um dos fatores que melhoraria suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é destacado em mais da metade das entrevistas. Isso reforça nossa idéia de que maior

autonomia para as universidades poderia fazer com que as mesmas conseguissem atender às demandas próprias das instituições.

“A questão da autonomia universitária é de fundamental importância e sempre foi alvo de discussões. Ela sofre transformações nos diferentes processos históricos e não tem fórmula exata, não é tudo ou nada, não tem certo ou errado”. (Entrevista I).

“A autonomia foi pensada como necessária para a universidade para que houvesse uma liberdade de pensamento, de busca de conhecimento, liberdade de pesquisa, que a universidade pudesse agir sem limitações e não fosse tolhida ou reprimida pelos poderes dominantes”. (Entrevista II).

“A autonomia é imprescindível para a universidade, ela é antes de tudo a liberdade de pensamento. É a liberdade de você discutir, repensar algumas questões, a possibilidade de criar o novo, não necessariamente você desmanchar tudo que foi feito, mas melhorar a partir daquilo que deu certo”. (Entrevista III)

“A autonomia é fundamental para que a universidade possa executar o seu papel e é por meio da autonomia que podemos construir a universidade que queremos e que devemos ser”. (Entrevista VI).

No capítulo I apresentamos alguns fatores que inibem a efetivação da autonomia: comportamentos conservadores que temem mudanças, a centralização autoritária, o medo de perder ou distribuir o poder e o corporativismo exagerado.

Questionados sobre os fatores que influenciam na efetivação da autonomia, os entrevistados revelam a legislação como um fator limitador.

O entrevistado I acredita que se a universidade tivesse autonomia ela poderia gerir algumas leis e não ser atingida por elas:

“Um fator que interfere na efetivação da autonomia é que as universidades seguem uma legislação que não é recente, mas é uma legislação que se desdobrou em inúmeros outros decretos, gerando novas regras. Esse tipo de legislação não permite que as instituições se auto gerenciem ou se auto-regulem”. (Entrevista I).

Compartilha da mesma opinião o entrevistado IV, quando diz que a Constituição de 1988 traz considerações razoáveis sobre a autonomia universitária, porém posteriormente a ela, vieram uma série de reformas e decretos que inibiram a Constituição.

“Essa questão da garantia da lei é relativa, pois tantas leis já se sobrepuseram à Constituição, que talvez nem seja mais possível falar que existe mesmo a garantia legal. Para um jurista o princípio institucional é auto aplicável, ou seja, só pelo fato de estar lá a universidade tem que ser autônoma, não importa o que a lei menor diz, agora na prática não funciona assim. As leis menores, os decretos, as medidas provisórias enfim as leis municipais, estaduais, elas vêm de fato obstaculizando a possibilidade de autonomia”. (Entrevista IV).

O entrevistado II também levanta a avaliação e a legislação como fatores que inibem e controlam a possibilidade de efetivação da autonomia. Seguindo o mesmo raciocínio, para Alvim (1995), “o MEC, por exemplo, propõe a concessão de uma autonomia que não tire as universidades de seu controle”. (p. 41).

“O maior entrave para a efetivação da autonomia nas universidades é o controle de vários órgãos e ações dos poderes superiores, a Capes, os programas de avaliação como o Sinaes, pelo MEC. Cada um vem com a sua visão e tenta

padronizar todas as áreas. Existe no país muitas contradições, exploração do poder privado, mercantilização e isso acaba enrijecendo os controles burocráticos e de modo que a autonomia no conceito da LDB, no conceito constitucional tem grandes restrições”. (Entrevista II).

O entrevistado III além de citar a questão administrativa/financeira e a legislação como fatores limitantes da autonomia, revela um obstáculo bastante diferenciado para a sua efetivação. Essa especificidade se dá devido à origem confessional de sua instituição.

“Vários fatores interferem na efetivação da autonomia, a própria filosofia ou princípios religiosos de cada instituição pode construir uma base de valores e princípios que poderiam impor algumas questões e amarrar outras”. (Entrevista III).

Partindo da questão administrativa/financeira o entrevistado VI, se pronuncia como sendo esta o maior entrave para efetivação da autonomia, no que diz respeito aos projetos:

“A maior dificuldade de realização da autonomia é a possibilidade de se ter a gestão financeira. A possibilidade de executar os meus projetos sem pedir permissão. É a possibilidade de execução orçamentária”. (Entrevista VI).

Todos os entrevistados revelam que para se ter autonomia acadêmica, científica e administrativa é fundamental ter-se autonomia de gestão financeira. Ela é apontada por ser o fator limitante da efetivação da tão desejada autonomia plena (ou do todo) da instituição. Entre as idéias, apresentamos:

“A grande dificuldade é a questão da autonomia de gestão financeira. Como os recursos públicos não estavam dando conta das necessidades da universidade e ainda, ela não podia gerenciar esses recursos, foi aos poucos sendo introduzido a idéia de complementação financeira, buscar recursos na iniciativa

privada, fazer convênios com empresas para obtenção de financiamentos”. (Entrevista IV).

“Para que a autonomia ocorra em todos os âmbitos precisa ter autonomia financeira. Só assim você pode viabilizar a decisão que você tomou. É a autonomia com vinculação orçamentária que garante à universidade a autonomia plena. Só assim, você pode usar toda sua liberdade para qualquer assunto que a universidade tenha que se envolver e pode fazer isso sabendo até onde você pode ir. Com a autonomia de gestão financeira, as outras são mais fáceis”. (Entrevista V).

“Autonomia de gestão financeira é fundamental para que a universidade possa se fortalecer. Ela que norteia toda a autonomia da instituição. Temos, de forma geral, autonomia didática, acadêmica e científica, mas não temos autonomia de gestão financeira”. (Entrevista VI).

Autores, como Durham (1989), dizem que a ausência da gestão financeira está presente em todas as instituições públicas e é responsável pela ruína em que muitas dessas universidades se encontram, pois ela não possibilita à instituição gerir os recursos recebidos, tornando-as ineficientes. A universidade precisaria dispor de condições para executar seu orçamento com flexibilidade, de acordo com seu planejamento, julgando o que é prioritário de acordo com as suas necessidades.

Sem a liberdade de distribuir o orçamento, as diferentes demandas não são confrontadas internamente e não são processadas em termos de prioridades institucionais, mas são todas repassadas diretamente para o órgão financiador através de mecanismos independentes de pressão e reivindicação. Nesse sistema, não existe internamente, nenhuma pressão para eliminar gastos supérfluos, suprimir pessoal ocioso ou utilizar mais intensamente o existente, uma vez que a economia por acaso lograda num setor não redunde em aumento de recursos para atender outras necessidades. (DURHAM, 1989, p. 2).

Entretanto, não há um consenso entre os entrevistados quanto à autonomia de gestão financeira. Um fato curioso é que, essas divergências de opiniões independem do caráter público ou privado da instituição.

Acreditam ter autonomia de gestão financeira o entrevistado II, representante de uma instituição privada e o entrevistado V, de uma instituição pública.

“A universidade particular depende financeiramente das mensalidades, sendo assim, ela tem um orçamento próprio, por isso ela tem liberdade de dosar o seu quadro de pessoal, não só docente, como também administrativo, de acordo com suas necessidades”. (Entrevista II).

“Ter autonomia com vinculação orçamentária exige que a universidade planeje seu futuro, pois ela se torna responsável por toda utilização dos recursos. Ela precisa saber controlar seus gastos em caso de sobrar ou faltar recursos. A vinculação orçamentária foi o fator decisivo para diferenciar até hoje a realidade das Estaduais paulistas em relação ao restante das universidades”. (Entrevista V).

Os sujeitos I representante de uma instituição pública e VI representante de uma instituição privada comunitária, pronunciaram-se que a conquista da autonomia de gestão financeira faria muita diferença na administração da universidade.

“Precisávamos ter autonomia de gestão acadêmica, mas, principalmente, de gestão financeira”. (Entrevista I).

“A maior dificuldade é conquistar e conseguir desenvolver nossa autonomia de gestão financeira, porque a gente tem uma autonomia de gestão do cotidiano, mas a financeira ainda é muito controlada. Nosso maior trabalho é nesse sentido de tentar conquistar essa autonomia de gestão financeira. Queremos

ter um orçamento, avaliar esse orçamento e tomar as medidas necessárias para que a universidade cumpra o seu papel". (Entrevista VI).

Nas entrevistas III e I além da necessidade de gestão financeira, elas trazem outros elementos para a autonomia universitária. O entrevistado III afirma que a autonomia acadêmica é a mais fácil de se colocar em prática.

"Das dimensões financeira, pedagógica e administrativa a maior autonomia, com certeza, é a pedagógica. Isso é indiscutível. As questões pedagógicas podem ser discutidas, mudam com maior liberdade em consenso entre os pares, já as questões financeiras e administrativas dependem de certos ajustes que não podemos mudar facilmente ao nosso bel prazer". (Entrevista III).

Na entrevista I, é levantada a idéia que as dimensões da autonomia não podem ser dicotomizadas e de acordo com o objetivo da universidade, que é a produção de conhecimento, a autonomia acadêmica deveria se sobrepor a de gestão financeira. Sobre isso o entrevistado diz:

"As dimensões de autonomia, entre elas, acadêmica, administrativa e financeira não estão separadas. As decisões de gestão acadêmica implicam necessariamente em tomadas de decisão administrativas e financeiras. Isto quer dizer que as decisões acadêmicas não são desvinculadas das decisões administrativas e financeiras. Além disso, as decisões financeiras e administrativas deveriam estar subordinadas às necessidades acadêmicas". (Entrevista I).

Apesar de em muitos momentos separarmos os âmbitos da autonomia, para que nossa análise se torne mais detalhada e de mais fácil entendimento, concordamos com o entrevistado I e com Marcovitch (1998) quando situam que uma boa parte da literatura coloca

os âmbitos da autonomia tão separados como se não tivessem relação entre si. A autonomia acadêmica depende da autonomia administrativa para viabilizá-la, e ambas precisam da autonomia de gestão financeira para que efetivamente aconteçam.

Com o término das análises, mesmo com algumas discordâncias, percebemos que a conquista da autonomia universitária em termos reais e não simplesmente no discurso é um desejo generalizado. Sem ela a universidade perde sua especificidade e a possibilidade de realizar seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, resgatar o conceito de autonomia e universidade, bem como entender autonomia como práxis, conhecer a história da universidade, seus compromissos e seus aspectos políticos, sociais e econômicos, nos respalda para um profundo entendimento da questão da autonomia universitária. É imprescindível contextualizar a sociedade atual, com suas ideologias, conflitos, contradições, bem como seus aspectos positivos a fim de entender seu funcionamento como um todo, para auxiliar na compreensão da educação.

Este trabalho, constituído de pesquisa bibliográfica e de campo, sendo ambas complementares entre si, traz uma preocupação em constatar qual o grau de autonomia que as universidades tem em seus diversos âmbitos: acadêmico, administrativo e financeiro.

A educação superior no Brasil evoluiu muito desde sua criação. No início a instrução ocorria por conta dos padres. Não existia um ensino oficial e institucionalizado. Com o passar do tempo foram se criando os estabelecimentos isolados. Com as cátedras a educação sai das mãos da Igreja. Estabelecimentos públicos e privados são criados a fim de atender a população. Surgem as faculdades e com a união de muitas delas as universidades.

A partir das mudanças sofridas no ensino superior, as relações existentes entre a universidade e a sociedade se tornam, ao mesmo tempo, mais complexas. A sociedade passa a exigir da universidade mais empenho e responsabilidade para a superação dos problemas sociais. Da universidade passa-se a exigir mais competência, criatividade e mais compromisso com os problemas sociais. A universidade é vista hoje como o local de formação de profissionais (ensino), de produção de conhecimento (pesquisa) e prestação de serviço para a comunidade (extensão).

As universidades, entre suas muitas funções, devem ser espaços com liberdade de pensamento, nos quais as novas gerações entrem em contato com o conhecimento sistematizado e com a cultura produzida pela humanidade, para que possam analisar a realidade, intervir nela, a fim de construir uma sociedade melhor.

As críticas que as universidades recebem, intensificaram-se com a ideologia neoliberal. Apesar disso, ela continua sendo o elemento fundamental de uma sociedade democrática. A principal tarefa da universidade é política, ou seja, tornar os cidadãos mais

conscientes, capazes de pensar, julgar e agir. Infelizmente, no modo de produção atual, essa tarefa perdeu sua especificidade e a finalidade do ensino superior acaba sendo formar pessoas para ocupar espaços no mercado de trabalho.

As políticas neoliberais de liberdade levam a um redirecionamento dos assuntos públicos, buscando aproximá-los cada vez mais do privado. Não devemos esquecer que a educação pública deve defender a coletividade e o benefício das maiorias, pois não é um bem privado, que busca os benefícios individuais.

O ensino não é mercadoria, como muitas vezes é entendido, é um bem público. A Constituição Federal de 1988, por um lado garante a educação como dever do Estado, de outro prevê a participação da iniciativa privada. No entanto, para exercer uma função pública, como a educação, o setor privado deveria buscar a qualidade como principal preocupação, mas entendemos que isso não ocorre. O setor privado, na maioria dos casos, está preocupado com os lucros que vão obter no mercado educacional.

Os sistemas públicos e privados devem integrar o sistema de ensino superior, já que as instituições públicas não dão conta da demanda. O Estado, como regulador deveria garantir o princípio de qualidade, acompanhando e controlando a expansão de instituições de caráter mercadológico, cujo maior objetivo é a obtenção de lucros. A qualidade é indispensável para garantir o papel de produtora de conhecimento e o papel social e político da universidade.

A universidade precisa se comprometer cada vez mais com a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento. Deve promover a discussão, o debate e a comunicação de novas idéias. Deve intensificar sua relação com a sociedade que a sustenta para melhor cumprir um de seus papéis que é o compromisso social na formação de sujeitos críticos e conscientes.

A autonomia não é um anseio de independência, isolamento e nem controle do poder universitário pelas instituições, não é um poder ilimitado de se fazer o que quer e sim, a possibilidade de manter com os órgãos superiores relações democráticas que possam auxiliar na melhoria da Educação Superior. É reger-se por leis próprias no cumprimento das finalidades as quais se destina. Para se garantir a autonomia é preciso a fiscalização de um órgão competente, mas que não imponha ou delegue funções. Um órgão que acompanhe, financie e avalie o desempenho da universidade em termos de ensino, pesquisa e extensão, de forma a contribuir para o crescimento deste nível de ensino.

Autonomia universitária significa liberdade para que as instituições decidam sobre as pesquisas que realizam, proponham os currículos dos cursos, estabeleçam seus sistemas administrativos e possam gerir os recursos recebidos. Essa autonomia deve ser alcançada pelos centros, institutos e faculdades, incluindo toda comunidade universitária em uma ação coletiva contra as formas de controle.

Entendemos autonomia como uma ação, guiada por uma prática unida a uma teoria. Uma atividade humana real e transformadora. Não se pode levar em consideração apenas a teoria e os conceitos, eles são mera interpretação ou apenas a prática, ela por si só, é utilitarista e reproduz o *status quo*. É preciso considerar a unidade entre elas para que seja possível legítimas modificações.

A maior vantagem da autonomia universitária é que ela pode promover a verdadeira democratização da universidade. A autonomia estimula: a negociação; as discussões nos processos decisórios e a transparência nas decisões; controla os interesses individuais; prioriza as verdadeiras necessidades da instituição. Ela garante: liberdade efetiva de decisão sobre seus estatutos, conteúdos, currículos, pesquisas, atividade de extensão, contratação, seleção e promoção de professores e funcionários; formação democrática dos colegiados; liberdade de escolha de seus dirigentes e o emprego dos recursos recebidos da maneira mais conveniente para a melhoria dos objetivos propostos.

Como vimos, a autonomia universitária não tem sido realidade em nosso país. Ela foi consagrada há muito tempo no plano formal, por meio de leis, decretos, estatutos e mesmo assim não se tornou efetiva no plano material. Muitos fatores são responsáveis por isso, o Estado não alargou seus controles e amarras burocráticas. A comunidade universitária não lutou por seu direito, aceitando muitas vezes as imposições. A sociedade não reconhece a universidade como um direito e não intervém diretamente nessas questões como deveria.

Por um lado, nunca houve autonomia universitária no Brasil. Por outro lado, observa-se cada vez mais uma luta intensa pela construção de uma autonomia, que só se consolidará com um novo projeto político para a Educação Superior. Entendemos que esse projeto deva garantir a efetiva gestão acadêmica e financeira, assegurar que o financiamento continue sendo público, buscando, enfim, uma integração mais efetiva com a vida e com o mundo do trabalho.

Desde o início desta pesquisa, a idéia era realizar entrevistas junto aos representantes de diversas universidades. Isso significava uma grande oportunidade de entender e compreender a realidade. Após as entrevistas muitos dados foram coletados e como prevíamos as informações foram essenciais para o melhor entendimento do assunto. Como resultado da análise dos dados chegamos a algumas considerações relevantes:

Com relação às concepções dos entrevistados sobre autonomia concluímos que não há unanimidade entre eles, tendo em vista às diferentes formações, ideologias e a experiência de cada um adquirida em suas instituições. O significado de autonomia está de acordo com as diferentes definições encontradas na literatura, que envolvem questões como liberdade acadêmica, de pensamento e de gestão financeira, mas subordinada a leis e critérios. Há uma idéia geral que a autonomia é fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento das universidades.

Sobre os aspectos legais da autonomia universitária verificamos que os entrevistados conhecem o seu conteúdo. Entretanto, analisam e entendem de forma diferente, devido às suas formações tanto profissional, quanto pessoal. A maioria entende que a lei está apenas no papel e não se efetiva, enquanto há os que compreendem que se a lei diz, realmente é garantido.

Percebemos que a autonomia de gestão financeira aparece como a mais importante entre os âmbitos da autonomia. É consenso entre os entrevistados que a gestão financeira é fundamental. Se a instituição não possui recursos financeiros suficientes e não pode administrá-los, não terá condições para exercer as autonomias didático-científica e administrativa.

A pesquisa mostra que a autonomia promove mudanças significativas nas áreas administrativas, orçamentária e financeira, exigindo mais responsabilidade da universidade, proporcionando maior desenvolvimento.

Sobre o financiamento, há concordância que a universidade pública deve ser integralmente financiada pelos governos federal, estadual ou municipal, dependendo de seu caráter. A preocupação em relação aos financiamentos privados fica por conta da possibilidade de se abrir portas para privatizações e maiores interferências do mercado.

Observamos que é fundamental que a comunidade universitária esteja consciente da importância da autonomia para a universidade e que se veja como participante deste

processo e compreenda sua responsabilidade nessa implantação. Apesar de sabermos que a universidade sozinha modificará pouco, seu trabalho contribuirá muito para que a autonomia se efetive.

Julgamos que ainda é possível uma política de educação superior que concretize a democratização do ensino, a autonomia, a associação entre pesquisa, ensino e extensão, a gestão democrática e a qualidade do ensino.

Acreditamos que, ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa avançamos sempre na direção da concretização dos objetivos iniciais sem perder o foco: a autonomia universitária. Procuramos nos manter coerentes com nosso referencial teórico e esperamos, desta maneira, contribuir para os avanços das discussões sobre o tema, no sentido de possibilitar o crescimento do Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Mendes de. Jr, **Noções ontológicas de Estado, soberania, autonomia, federação e fundação**. São Paulo: Editora Saraiva, 1960.

ALVIM, Gustavo J. Dias. **Autonomia universitária e Confessionalidade**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1995.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 3 ed. Porto: Portugal: Edições Afrontamento, 1976.

BARROS, Davi Ferreira, SILVA, Rinalva Cassiano. **Entre a autonomia e a competência**. 2 ed. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1998.

CASTANHO, Sergio Eduardo. Globalização, redefinição do estado nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, Caçador, SC: UnC, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira de. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades públicas. In: SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Constituições estaduais brasileiras e educação**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Novas perspectivas nas políticas de Educação Superior na América Latina**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. **O que é capitalismo?** 21. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

_____ (org.). **Universidade na América Latina: tendências e perspectivas**. São Paulo: Editora Cortez, 1996. (Coleção Questões da nossa época).

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Vozes, 2001.

Chizzotti, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COLOSSI, Nelson, BROTTI, Maria Gorete. Autonomia: um estudo na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). In: **Revista Avaliação**, ano 6, vol. 6, mar/2001.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001. Série IV: Desafios da Cultura.

CUNHA, Luiz Antônio. **Autonomia universitária: teoria e prática**. En publicacion: Universidad e investigación científica. Vessuri, Hebe, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Bueno Aires. Noviembre, 2006.

_____. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane M. Teixeira, FARIA FILHO, Luciano M, VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão da autonomia universitária. In: **Universidade e Sociedade**, ano 1, n. 2, novembro de 1991, p.25-9.

Dalbosco, Cláudio Almir. Da pressão disciplinada à obrigação moral: esboço sobre o significado e o papel da pedagogia no pensamento de Kant. In: **Educação e Sociedade**, v.25 n.89 Campinas set./dez. 2004

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA AURÉLIO, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política para o Ensino Superior brasileiro ante o Desafio do Novo Século. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Novas perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. **A autonomia universitária: o princípio constitucional e suas implicações**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. (Nupes - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Tradução Leandro Konder).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1977.

_____. **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

_____. Autonomia universitária: necessidades e desafios. In: **Caderno Cedes**, nº 22. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso – simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2001.

_____. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu, GENTILI, Pablo (orgs). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

HÖFLING, Eloísa. De M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**. Ano XXI, nº 55, nov/2001: p. 30-41.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

LALANDE. Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, 1999. Disponível em <<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomia/autonomia>>. Pesquisado em abril de 2008.

LIMA Neto, Newton. Políticas para o ensino superior: a reforma do Estado e a autonomia administrativa e financeira das universidades federais. In: SGUISSARDI, Valdemar, SILVA Jr, João dos Reis (orgs.). **Políticas públicas para a educação superior**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1997.

LODI, Lúcia Helena, LIMA NETO, Newton. Autonomia universitária e mudanças na Educação Superior Pública. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Novas perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

MALAGUTI, Manoel, CARCANHOLO, Reinaldo, CARCANHOLO, Marcelo (orgs.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. (Coleção Questões da nossa época).

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.

MARTINS, Maria Angela. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. In: **Cadernos de Pesquisa**. nº 115, março 2002: p. 207-232.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23 e.d. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004. (Coleção Temas Sociais).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo da Educação Superior, 2006. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Pesquisado em setembro de 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Brasil século XXI: propostas educacionais em disputa. In: LOMBARDI, José C. SANFELICE, José L. (orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____ (org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

OLIVEIRA, Antônio. Autonomia Universitária: **Caderno de Legislação UNA-LEX**. Belo Horizonte, 1999.

OTRANTO, Celia Regina. A Autonomia universitária como Construção Coletiva, GT 11 Anped, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <<http://www.anped11.uerj.br>> . Pesquisado em Abril de 2008.

PENTEADO, Sílvia Teixeira. **Identidade e poder na universidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez e Editora Unisanta, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003. (Coleção Educação, teoria e crítica).

SAVIANI, Dermeval. A nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Ensino público e algumas falas sobre universidade. Campinas, SP: Autores Associados, 1986.

SHIROMA, O. Eneida. MORAES, Maria Célia M. EVANGELISTA, Olinda. A reforma como política educacional dos anos 1990. In: _____. **Política Educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. Autonomia Universitária e mudanças no Ensino Superior: da polissemia do conceito às controvérsias de sua aplicação. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Novas**

perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. In: **Educação & sociedade.** nº 90, Campinas, SP: Unicamp/Cedes, Jan/Abr, 2005

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA Jr, João dos Reis (orgs.). **Políticas públicas para a educação superior.** Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1997.

SÍVERES, Luiz. **Universidade: torre ou sino?** Brasília: Universa, 2006.

VÁZQUÉZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Sofia Lerche. A democratização e a socialização do conhecimento. In: Fávero, Maria de Lourdes Albuquerque. **A universidade em questão.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

WARDE, Miriam Jorge. Síntese: políticas para o ensino superior – os assaltos a uma instituição mal constituída. In: SGUISSARDI, Valdemar, SILVA Jr, João dos Reis (orgs.). **Políticas públicas para a educação superior.** Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1997.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade?** 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

APÊNDICE

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1 – O senhor (a) poderia falar sobre autonomia universitária?

2 – A autonomia universitária é importante para a existência da universidade? Por quê?

3 – Quais os fatores que influenciam e qual o maior entrave para a real efetivação da autonomia nas universidades?

4 – Qual das dimensões, acadêmica, administrativa ou financeira têm maior autonomia e qual tem menor?

5 – Qual o compromisso da universidade hoje?